

# POVO

CORREIO RE6. do

— Entrevista com o Min. da Comunicação Social, na pág. 29

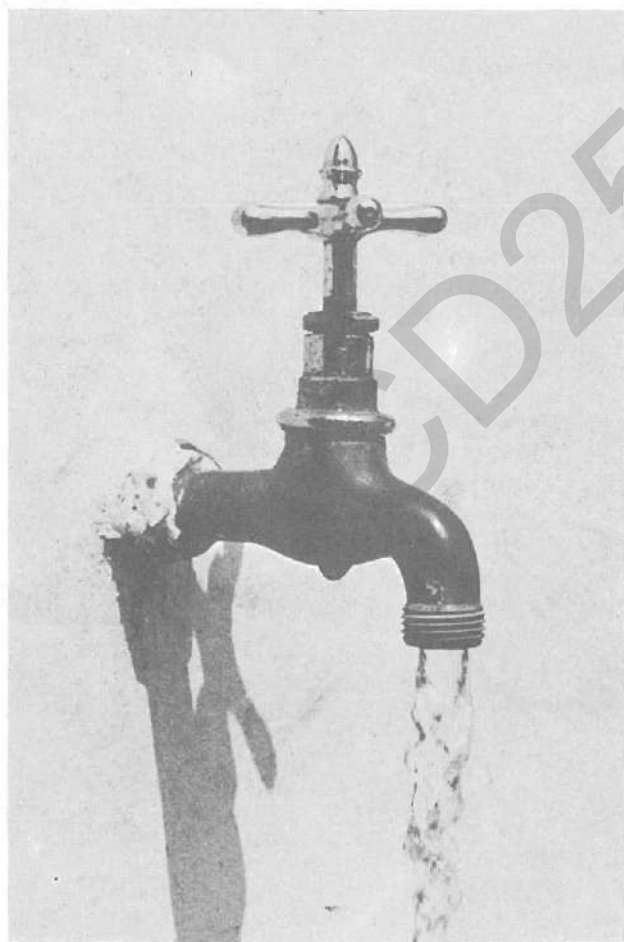


Cooperativas no Alentejo

**O produto da terra  
para quem a trabalha  
e para o país**

# A DIRECÇÃO-GERAL DE SAÚDE

recomenda



## LAVE AS MÃOS

- antes de comer
- antes de cozinhar
- depois de se servir da retrete

## Venceremos a médio ou a longo prazo

Aproveito a oportunidade de poder saber mais verdades acerca do povo do nosso país e também do Programa do MFA, lendo a revista *Correio do Povo*. Desde já lhe peço para assim que lhes seja possível enviarem-me, todas as quinzenas, não é que ela sai? Eu, no meu fraco entendimento, percebo que é grátis, mas se, fora da primeira, já as tenhamos de pagar, é só dizerem quanto é?

Agora vou dar-lhe a minha identificação: sou casada, tenho 25 anos, sou mãe de uma linda Gizela e sou trabalhadora rural. Gosto imenso de ler, ouvir rádio e ver televisão, em especial programas políticos e alguns que nos façam divertir. Enfim, eu tento através desses meios, ver se consigo aprender muito mais e melhor, já que me não é possível outros. Resido em Monte de Trigo, Portel, está mais que verificado que nasci na Charneca Alentejana até ao 25 de Abril de 1974 esquecida pelos governos Salazar e Caetano. Desse tempo para cá, o MFA e aqueles partidos progressistas já nos ajudaram em várias dificuldades e estão sempre a ensinar-nos para bem de toda a colectividade. Só é pena haver tanta gente, infelizmente, ainda com os olhos fechados e não verem quais são os que estão ao nosso lado na prática do dia a

dia. Tão bem que se vê! Até parece mentira haver certas regiões onde ainda acreditam que os partidos dos patrões nos defendem, a nós nunca o partido dos patrões, dos fascistas encapotados, nos poderão defender. Mas a minha confiança e de todas as minhas colegas são no Movimento das Forças Armadas e daqueles verdadeiros partidos progressistas que se encontram sempre ao lado do MFA, em todas as horas, boas e difíceis. Agora vou-lhe contar uma história, de tantas que se têm passado por este imenso Alentejo: uns e umas nossas camaradas foram trabalhar para a herdade da Alcabórcia, elas e eles não tinham nem capataz nem patrão, mas foram trabalhar e continuaram trabalhando semanas e semanas a fio, e não recebiam capital. Um dia o dono da herdade mandou até lá uma camioneta de carga carregar a cortiça que lá tinha, mas tinham-na levado, se ele fosse justo e pagasse aos trabalhadores... Então os trabalhadores disseram-lhe: Não, você não leva daqui a cortiça. Então daí por mais uns dias o gajo pagou mesmo tudo, o que devia aos trabalhadores. Venceram. Nós temos que lutar muito, mas vale a pena lutar porque venceremos e a médio ou a longo prazo, o nosso país será um grande Portugal.

Josefa da Silva Ramalho

Monte do Trigo (Portel) — Alto Alentejo

## LUGAR QUE NÃO DEVE NADA AO ESTADO DESDE D. AFONSO HENRIQUES

Aqui em Baião, concelho a que pertencô, também há imensas dificuldades em muitos lugares, das vinte freguesias, que tem o concelho. Lugares há, que não devem nada ao Estado desde o tempo de D. Afonso Henriques. Não tem caminhos em condições transitáveis, águas potáveis, luz eléctrica, telefones, etc.

É um concelho essencialmente agrícola, com algumas terras de velho (como diz o povo) e outras mal aproveitadas ou agricultadas, por falta de braços novos e preparação profissional adequada aos tempos que correm. Os senhores possuidores das mesmas, nunca investiram desde que são terras um terço do que elas produziram para as melhorar. Há casas onde habitam os seus caseiros, piores do que os aios dos animais, cheias de buracos, quando chove e faz frio, mal se pode estar nelas. Terrenos para construção habitacional, só se consegue a custo insupportável, com as pequenas economias do povo e outros em óptimos sítios não são vendáveis. Isto é um pouco do

retrato destas terras dominadas pelo feudalismo.

Ricardo Custódio Carvalho  
Gosende — Ponte do Govo

*Aqui registamos o retrato. Os retoques terão que ser globais.*

## POR UM PORTUGAL RENOVADO LIVRE E MAIS JUSTO

Que o sol do progresso chegue a todos os pontos do país... Estou convencido que o *Correio do Povo* pode ajudar a despertar o nosso povo. Por um Portugal renovado, livre e mais justo.

Padre Silvério Beníquo Pires  
S. Pedro Velho

*O Correio do Povo vai procurando obter cada vez mais respostas dos governantes. Os problemas que levanta foram e continuarão sendo por nós levantados. Quanto à função da revista, é para nós estimulante um testemunho como o do senhor.*

Ano 1 \* Número 6  
20 de Junho de 1975 \* Mensal

Propriedade do  
Ministério da Comunicação Social

Redacção e Administração  
Palácio Foz  
Praça dos Restauradores — Lisboa

Chefe de redacção  
António Tavares-Teles

Redacção  
Francisco Teixeira da Mota  
António Baptista da Silva

Colaboração  
Maria de Lurdes Pires Neves  
Alberto Ferreira  
José Guimarães  
José Carlos Gonzalez  
Diamantino Trindade  
Filipe Rocha da Silva

Reportagem fotográfica  
Eurico Chalbert  
Alberto Gouveia  
António Costa Mota

Paginação  
Luís Osório  
Abreu Lima

Pesquisa  
Ethel Silva

Secretária  
Maria do Rosário Valdívia

Composição e impressão  
Anuário Comercial de Portugal

## SUMÁRIO

- 1 — Genérico
- 2 — Correio do Povo
- 5 — Reportagem
- 13 — Informação
- 21 — Humor
- 22 — Poesia
- 23 — Pintura
- 24 — História
- 27 — Economia
- 28 — Saúde
- 29 — Entrevista

DESTACÁVEL: «Horizonte Cerrado»,  
um texto de Alves Redol

CAPA: Cooperativa no  
Alentejo

40 000 ex.: DISTRIBUIÇÃO GRÁTIS

## COMISSÕES DE MORADORES

Actualmente não estou na minha terra, estou no Sanatório Militar do Caramulo a curar uma doença que contraí em três longos anos de alimentação deficiente no R.I. 3 — Beja, mas felizmente estou quase curado e vou para o Brejão fazer a convalescença e quero contribuir para a união dos meus conterrâneos, fundando uma comissão de moradores. Agradecia que num próximo número do *Correio do Povo* saísse qualquer secção que falasse destas comissões e sua legislação ou até se houver estatutos acerca do assunto e o MCS me os enviar fico-lhes muito grato.

Manuel António dos Reis  
Caramulo

*As comissões de moradores têm surgido, até agora, a partir de um movimento espontâneo de um grupo de moradores, que convoca uma reunião de todos moradores da freguesia, com a necessária antecedência e publicidade, para a eleição da comissão. Nessa reunião pode a eleição ser marcada para uma data posterior, a fim de que todas as listas que se desejem candidatar o possam fazer. As Comissões de moradores, embora já reconhecidas por algumas autarquias locais, não têm ainda, um estatuto legal definido. Integrando-se as comissões de moradores, com o seu carácter partidário, dentro do tipo de organizações autónomas das populações que melhor poderão reforçar a aliança POVO-MFA, fazendo avançar o processo revolucionário em curso, a elas nos procuraremos referir mais detalhadamente no próximo número.*

## UM PÁROCO HOMEM DE VIRTUDES

Um Paróco, um homem, um cavaleiro cheio de virtudes humanas como é o Padre Abel António Albino, natural de Vila Boa do Mondego — Concelho de Celorico da Beira e presentemente residente há cerca de 14 anos em Aldeia Viçosa onde depois da sua formação sacerdotal iniciou a sua carreira paroquial, este exemplar da humanidade dedicou-se não só à Igreja como também ao trabalho; para não ter que viver a custa dos paroquianos, o que muito lhe custaria, após 2 anos de permanência nesta Freguesia limitou-se a pedir trabalho numa serralharía de construção civil onde ia aparecendo de quando em quando, até que decidiu fazer o pedido. O proprietário da oficina olhando a cultura desse Padre exemplar, aconselhou-o que não seria ali o lugar mais indicado para as suas inspirações, valeria mais tentar empregar-se

num escritório pois ali andaria sempre enfarruscado e cheio de ferrugem. Passado algum tempo consegue empregar-se num escritório a 4 km da sua paróquia numa aldeia chamada Porto da Carne onde ganha o pão para ele e seus pais, tentando assim fugir à exploração dos paroquianos o que ele tanto repudiava. Este, tanto padre como homem, para ele não há distinções de classes o rico é igual ao pobre e a criança é igual ao velho, com todos conversa com a mesma alegria, este que muito ao contrário de tantos outros colegas, já em 1970 nas suas Homílias nos vinha falando muito às escondidas pois os tubarões estavam sempre à espreita, que deviam de deixar de ser uns menos ricos para deixarem outros de ser menos pobres, que todos tínhamos o direito a uma habitação mais condigna.

Este virtuoso homem é já dos tempos modernos: com 35 anos de idade é um exemplo como padre e como homem.

António de Jesus da Nave  
Presidente da Junta de Freguesia de  
Aldeia Viçosa — Guarda

*Mais um retrato, este humano. Que reproduzimos com todo o prazer.*

## DESABAFO ANTIFASCISTA

O meu pai era barbeiro numa aldeia distante onde vivíamos menos mal. Um dia passou pela horta de um senhor rico da seita desse Salazar e roubou um regador de regar que hoje custa 80\$00, o senhor rico vai logo mandá-lo prender para a cadeia de Santarém, passado pouco tempo é desterrado para o ultramar, que nem sabemos para qual colónia, foi tudo feito com certeza à custa de dinheiro, ainda nos escreveu 2 ou 3 vezes, decorridos 45 anos mais nada soubemos por isso julgamo-lo morto.

Eu tenho 49 anos, fui criado sem pai, mas não deixo de ser um homem trabalhador que não pode ser mais. Tenho uma filha e duas netas em casa já lá vão 7 anos, eu ganho honradamente para elas comerem.

Desculpem esta maçada e pedia que estas linhas sejam escritas no *Correio do Povo* para o mundo saber mais uma tortura salazarista. Só agora desabafo, pela 1.ª vez, por causa do 25 de Abril.

Muito obrigado e desculpe.

Olívio da Silva Cardoso  
Casal Miguel — Casal do Arroxo —  
Tremês — Santarém

*Não é maçada nenhuma. O 25 de Abril também foi uma espécie de desabafo e de reivindicação. Ninguém precisa de pedir desculpa para desabafo nem reivindicar.*

## CARTA ABERTA AO EX. SENHOR MINISTRO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

Como a revista *Correio do Povo* é propriedade do Ministério da Comunicação Social, eu, pároco de Travancas, concelho de Chaves, tomo a liberdade de me dirigir a V. Ex.ª para esclarecer alguns pontos que no n.º 5 da mesma revista vêm descritos de forma incorrecta. Como entendo que só a verdade é revolucionária (a mentira está ao serviço da reacção), espero que V. Ex.ª providenciará para que seja rectificadada no próximo número a notícia caluniosa que vem na pág. 9 dizendo a respeito do pároco de Travancas:

«Haveria (casa do povo) se a residência construída em tempos para o pároco pela população pudesse ser utilizada. Acontece porém que o padre deixou de residir em Travancas, onde só vem dizer a missa, sem, no entanto ter abandonado a residência, que aluga por cem mil réis por mês, a um guarda fiscal. Sem residência nem sequer a renda que o seu aluguer permite receber, a aldeia não tem «Casa do Povo».

Ora, não é verdade que o padre deixasse de residir em Travancas sem ter abandonado a residência, pois, quando em Novembro de 1972 o sr. Bispo me pediu para tomar conta dessa freguesia, já eu residia em Mairós de que sou pároco também. Já nessa altura a residência estava alugada ao sr. cabo Heitor Augusto dos Santos, comandante do quartel da GF de Travancas.

Não é verdade também que o povo seja privado da sua renda pois ela recai não a favor do pároco como a notícia deixa transparecer mas sim a favor do Povo, ou seja, a favor da conservação da mesma residência.

De resto, toda a gente de Travancas o sabe pois em Fevereiro de 1974 foram lidas as contas na Igreja. Nessa ocasião devia-se ao sr. cabo Heitor dos Santos a quantia de 5660\$40 — pois ele tinha realizado várias obras de acordo com o pároco sendo o trabalho quase todo feito por ele gratuitamente havendo apenas a despesa dos materiais, despesa essa que se vai amortizando com o dinheiro da renda da casa. Toda a gente de Travancas deve saber isto e, por isso mesmo, ou alguém de má fé deu informações erradas ou então os repórteres dessa revista não souberam reproduzir o pensamento do informador, o que me parece muito grave.

Senhor Ministro, lá que algumas pessoas ou órgãos de comunicação se permitam rebaixar os padres do Norte, como se fez com as campanhas de alfabetização, está mal. Por isso mesmo fui obrigado a pôr uma acção no Tribunal de Chaves contra uma jorna-

lista e um repórter da Rádio Estudantil por calúnias e contra o *Diário de Notícias e Avante!* por se recusarem a cumprir as leis da Imprensa não aceitando o direito de resposta.

Mas, que o *Correio do Povo*, propriedade do Ministério da Comunicação Social, entre também nessa campanha caluniando pessoas sem primeiro as procurar ouvir, isso está mesmo muito mal e afigura-se-me um fraco sintoma do que seja a informação que se pretende em Portugal.

Deus guarde V. Ex.ª

Delmino Rodrigues Fontoura

A resposta, «em carta aberta ao ministro da Comunicação Social», do padre Delmino, ao texto da nossa reportagem em Travancas, começa por enfermar de um erro: nós nunca falámos dele, padre Delmino, mas do pároco de Travancas, o que não é a mesma coisa. Foi o pároco de Travancas (então um tal padre Moura), para quem o Povo havia construído uma residência — o que é diferente de oferecer uma casa — que, ao sair, permitiu a situação que levou o bispo a encarregar o pároco de Mairós — padre Delmino, no caso — a «tomar conta» da freguesia de Travancas. Ora, o que nos disse o presidente da Junta, Gustavo Baptista, é que a saída do pároco e a não nomeação de outro, deveria ter implicado o retorno da casa, que servia de residência ao dito pároco, à propriedade da freguesia, e não à do pároco de Mairós que, só porque faz serviço religioso em Travancas, entendeu guardar-lhe o usufruto, assumindo, desse modo, e inteiramente, a herança. E alterando, inclusive, sem consultar fosse quem fosse, a renda, de 200 escudos para 100.

Que a população de uma aldeia pobre construa, com muitos sacrifícios, uma residência para o padre que o bispo lhe destinou como pároco, poderá ser discutível mas é, de qualquer forma, um acto livre. Que esse padre entenda que a casa é sua, como ainda no passado dia 1 de Junho o padre Delmino afirmou à saída da missa em termos agressivos e, até, insultuosos, segundo nos disse Gustavo Baptista ao telefone, é já uma forma de comportamento que nos parece abusiva. E lá reside o fundo da questão.

Quanto à gerência que o padre Delmino faz daquilo que ele considera, contra a opinião de muitos dos habitantes de Travancas, o seu bem, é um problema que lhe diz respeito e que em nada altera o tal fundo da questão. Que poderá resumir-se nos seguintes termos: quando uma freguesia constrói uma casa destinada à residência do pároco, quem é o legítimo proprietário dessa casa? O padre ou a freguesia?

Quanto a «calúnias» e «más-fés», que

o pároco de Mairós procure, como nós fizemos, ouvir a população dessa aldeia, onde vem em serviço religioso. Ela lhe dirá o mesmo que nos disse quando por lá passámos. E que, hoje mesmo, 17 de Junho, confirmou, ao telefone, pela boca do presidente da Junta eleito, Gustavo Baptista.

Correio do Povo

### O CORREIO DO POVO «PERMITE»

No último *Correio do Povo* vem um ataque ao meu Prelado e isto em dois locais (págs. 2, 11 e 12). Se a coisa continuar, a revista deixa de me interessar para o fim que tenho em vista: entregar aos meus jovens (estes principalmente) uma revista imparcial que os forme e informe.

Desejo saber a propósito, se a dita revista permite que nas suas colunas e em mesmo pé de igualdade sejam refutadas essas acusações por aqueles que são fiéis ao seu Bispo e sabem como as coisas são. Dar lugar aos seus inimigos (poucos, muito poucos) e pôr de parte os amigos (muitos) será coisa, suponho eu, que o *Correio do Povo* não consentirá.

Padre José Nunes Monteiro  
Sequeiró — Santo Tirso

Aquilo que chama ataques são, na página 2, a transcrição de uma carta de um leitor; nas páginas 11 e 12, a narração de factos por nós vividos e indesmentíveis. No primeiro caso, aconselhámos, inclusive, os nossos correspondentes a enviar, prioritariamente, cartas respondendo a matéria de outras publicações a essas mesmas publicações; sem exercer, evidentemente, censura sobre o que nos é escrito. No segundo caso, o relato não envolve qualquer crítica, a não ser a implícita no acolhimento, pelo menos descortês, do secretário do Arcebispo de Braga.

Se o padre Monteiro considera a acção do «seu Prelado» acima de quaisquer críticas, comentários ou referências, terá que contar, está bem de ver, com o desacordo de muita gente.

Pergunta o padre Monteiro se o *Correio do Povo* permite que, nas suas colunas, e em mesmo pé de igualdade, sejam refutadas essas acusações», etc. etc. O *Correio do Povo* «permite», até, que o critiquem nas suas próprias colunas e não ameaça de desinteressar-se do diálogo com ninguém.

### REPÚDIO «MUITO RESPEITOSO» DO CORREIO DO POVO

Venho mui respeitosamente agradecer o ter-se dignado enviar-me a revista

*Correio do Povo* e dizer que não estou interessado na sua assinatura.

Por isso devolvo os dois números recebidos, do que peço desculpa.

Padre Manuel Rodrigues  
Pároco da Freguesia de Penude —  
Lamego

Não podendo enviar um exemplar do *Correio do Povo* para cada um dos habitantes de Penude, enviamos alguns exemplares para a junta de Freguesia e para o pároco, na esperança de que divulgassem aos seus administrados e paroquianos a existência da revista, os informassem acerca dela e do facto dela ser distribuída, gratuitamente, a quem a pedir para este Ministério. Foi o que fizemos com todas as freguesias do País. Héritamos, pois, em concluir se esta devolução corresponde ao desejo dos Penudenses ou ao repúdio pessoal do senhor padre Manuel Rodrigues.

Não estamos, evidentemente, interessados em enviar a revista, que é paga com o dinheiro do Povo, a quem não a quer ler; nem podemos exigir dos párocos que divulguem o que não lhes interesse. Estamos, porém, certos que, em Penude, não chega qualquer outra informação escrita, para além do *Correio do Povo*. Muito menos gratuita.

### BARRAGEM DE ALQUEVA

Alqueva é uma aldeia alentejana onde habitam cerca de 500 a 600 pessoas mas metade desta aldeia está despovoada, pois a falta de trabalho levou as pessoas a emigrarem. Mas como é esta aldeia?

Luz e esgotos não há; o médico vem cá duas vezes por semana ou apenas uma; só há uma escola, num edifício com 3 salas e quatro professores e apenas se pode estudar até à 6.ª classe, quem quiser continuar terá que ir para Évora; as ruas não têm nomes; não há carteiro; a estrada que liga Alqueva a Portel está em péssimo estado, apenas tem a largura de um carro, pois quando circulam dois um deles terá que sair para fora da estrada; ao saírem da escola as crianças brincam na rua ao rigor do tempo, pois seus pais partem cedo para o trabalho e voltam tarde. Se houvesse uma casa onde estas crianças pudessem ficar não seria muito melhor? Mas não há e elas terão que continuar na rua.

Havia apenas uma esperança neste povo, a barragem de Alqueva pois, concerteza, já ouviram falar nela. Mas na TV ou na Rádio não dizem Alqueva mas sim Alqueve! Será que a palavra Alqueva custa mais a dizer que Alqueve? Se querem que se semeie trigo, milho e outros produtos eles concerteza não crescem sem água. Pois esta barragem talvez fosse a riqueza do Alentejo.

Há mais de 10 anos que a começaram mas ao fim de 3 ou 4 anos desprezaram o que fizeram e ninguém mais quis saber dela.

Maria Domingas Santos Carmo  
Alqueva — Portel — Alto Alentejo

Ver resposta na Informação, num texto de António dos Santos e foto de Inácio Ludgero, cedidos pela A Capital.

## AS FORÇAS ARMADAS TAMBÉM SÃO POVO

Estando em «vigília» do dia 25 de Abril de 1975, em que comemorámos o 1.º aniversário da grande vitória alcançada para o povo português, aproveito para agradecer a revista que têm enviado para as freguesias onde estou. Faço votos para que tudo continue a progredir. As revistas são colocadas à porta da Igreja ou na sala de entrada.

Estou a colaborar nas campanhas de alfabetização que estão a ser feitas na zona. Os jovens estão com muito entusiasmo. Iremos qualquer dia continuar a organizar uma biblioteca que existe na igreja e que tem bastantes volumes que, aliás, já há muito tempo são emprestados, sobretudo às crianças e adolescentes. Envio o que tem sido as palavras (homílias) destes dias.

**ELEIÇÕES: 25-Abril-1975:** O grande acontecimento desta semana foram as primeiras eleições, sérias e livres, como tanto se tem comentado. Ao celebrarmos o 1.º aniversário de mudanças importantes no nosso país cremos que hoje nos orgulhamos de todo o trabalho realizado e devemos sintonizar com todos aqueles que se sentem empenhados a continuar a construir uma Pátria mais feliz, mais próspera, mais amiga, mais dialogante. É melhor continuar a voltar a «página de história de 48 anos» e estarmos seriamente empenhados e comprometidos a avançar, a lutar, e a progredir. Lembrar o antigo para reparar, para nos penitenciarmos, para dizer «não» ao que foi mau, aviltante, obscurantista. E com esperança, decisão e coragem olhar para o futuro que será formidável se todos, de mãos dadas, em união, em ordem, em desejo sincero de mudar para mais e melhor, quisermos e decidirmos.

É momento de **AGRADECERMOS**, significando que o agradecer é estar feliz, contente, satisfeito, e por isso «damos graças», dizemos: «ainda bem», «é formidável». Agradecer e **ANUNCIAR UMA BOA NOVA**. Para os cristãos, já que «ligamos», todos os acontecimentos a Deus, agradecemos este DIA; acreditamos que Ele está presente em toda a história dos homens. Uma vez os homens fecham-se, não colaboram na obra criadora de Deus, são egoístas, mas HOJE, abrimos o nosso coração a todos; Ele

também veio para todos na **PESSOA DE JESUS CRISTO**. E nós, que queremos ser seus **CONTINUADORES E IMITADORES**, sendo cristãos a sério, empenhar-nos-emos com todos a **CONSTRUIR UM PAÍS NOVO**. Isto é Páscoa! Isto é **RESSURREIÇÃO!** Isto é **LIBERTAÇÃO!** Isto é **REVOLUÇÃO!** Isto é **RENOVAÇÃO!**

Não é preciso «agradecer» porque não querem, porque afinal são também **POVO PORTUGUÊS**, às **FORÇAS ARMADAS**. Foi necessário «meter medo» a quem «medo nos metia». **BEM HAJAM**. Enquanto houver homens com armas são necessárias armas. Mas ainda bem que não têm tido serviço. Que bom seria que todo o **MUNDO** reconhecesse o **DOM DA PAZ...** Que continuem a ser garante e estímulo do progresso, da ordem, da democracia, da liberdade, da unidade de todos os portugueses.

Bem hajam **TODOS OS GOVERNANTES** que se têm empenhado em resolver os problemas da nação portuguesa. São os representantes «maiores» do povo. Que decidam com rectidão, com justiça, e com menos cansaço... Englobamos o «**CONSELHO DA REVOLUÇÃO...**» a **COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES...** as **AUTARQUIAS LOCAIS...** os **DIRIGENTES POLÍTICOS...** os **MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL...** enfim todos aqueles, pessoas e meios, que se têm disposto a que de facto o nosso País avance mesmo na senda do progresso, numa grande busca de verdade, numa maior partilha de iniciativas, num pôr em comum todos os bens, num acabar com todas as desigualdades sociais e de classes, num terminar de vez com a «exploração do homem pelo homem». Que todos, de mãos dadas, estejamos presentes para solucionar as carências com que o País se debate e nos unamos a todos os povos para que dando exemplo e estímulo, possamos afinal realizar o **HOMEM TOTAL**, a **PESSOA HUMANA**. Devemos acreditar que é possível. É este o **PLANO** de Deus.

**TEXTOS:** Notícias e Documentos dos jornais Diários,/Boletim do MFA/Revista o Correio do Povo/Jornais dos Agrupamentos Políticos/Voz da Verdade/Revistas: Miriam, Paz e Bem, BDP, Flama, Juventude Rural, Família Cristã, etc.

Padre Leando Manuel Monteiro Serrão  
Pároco de Carregado

*Também o senhor «mete medo»,  
concerteza, a «quem medo nos metia» e  
quer continuar a meter. Poderíamos  
não agradecer-lhe a sua carta, porque,  
afinal, também o senhor é Povo. Mas  
preferimos fazê-lo, agradecer  
significando, neste caso, «estar feliz,  
contente, satisfeito, dar graças, dizer  
ainda bem, anunciar uma boa nova».*

## REPORTAGEM



# Cooperativas no Alentejo



# Uma nova lei de vida democrática, comunitária sem exploradores nem explorados

A política agrícola do regime fascista foi sempre caracterizada pela defesa dos interesses dos grandes latifundiários e pelo desprezo a que votou os dos pequenos e médios agricultores. Os poucos investimentos realizados foram-no nas zonas de latifúndio, aumentando, desse modo, ainda mais as riquezas desses grandes proprietários. Os subsídios, tal como foram concedidos, só beneficiaram os grandes produtores, uma vez que os pequenos e médios não alcançavam a produção mínima exigida para a sua atribuição.

Os pequenos agricultores nunca tive-

ram garantidas condições de venda, nem mesmo a venda, dos seus produtos, ficando à mercê dos intermediários, que lhes impunham os preços que entendiam por bem pagar. Destas manobras dos intermediários resultava que, quantas vezes, os consumidores pagavam, nas cidades, preços exorbitantes por produtos que os produtores tinham a apodrecer em casa.

Deste modo, os pequenos e médios proprietários enfrentam, hoje, graves problemas, não só no domínio da produção como também no da comercialização. Uma das formas capazes de atenuar e, mesmo, fazer desaparecer os efeitos de tal situação, é a associação desses produtores em cooperativas agrícolas, que sirvam verdadeiramente os interesses de quem trabalha a terra.

No Alentejo, onde 1 milhão e 500 mil assalariados agrícolas trabalham para 500 grandes patrões, criando, assim, uma classe cuja única riqueza é, justamente, a força do trabalho (ao contrário do Norte do País onde a propriedade, muito mais distribuída, não originou tal «proletarização»), o movimento cooperativista surgiu de uma forma espontânea porque, se antes do 25 de Abril, as condições de vida, lá, eram miseráveis, desde então, a situação da agricultura e essas mesmas condições de vida foram degradando-se mais e mais, devido à política de sabotagem promovida pelos grandes proprietários. Foi assim mais fácil para os trabalhadores compreenderem e realizarem a necessidade de se unirem e fundarem cooperativas, em que pudessem produzir e repartir riscos e benefícios.

A recusa de arrendamento de terras para cultivo, os despedimentos sucessivos, o desperdício de colheitas, o abandono puro e simples das terras e o não cuidado com o gado, constituíram algumas das formas pelas quais os latifundiá-



A tabuleta indica bem a direcção

rios procuraram sabotar a economia alentejana e, por conseguinte, nacional; e a Revolução em curso.

A isso se opuseram os explorados alentejanos — trabalhadores e pequenos proprietários — quer através dos seus sindicatos e ligas, quer promovendo novas formas de reivindicação e luta.

Tanto desemprego e tanta terra por cultivar!

A associação de trabalhadores, levados à revolta pelas condições de vida miseráveis de que falámos, e ajudados nessa decisão pela nítida separação de classes existente no Alentejo, mais do que em qualquer outra região do País, tem-se verificado como forma de resolver, pelo menos numa primeira fase, os problemas de subsistência económico-social das populações rurais proletariadas.

Atitude inicialmente de revolta, contra a anterior existência, logo teve que transformar-se, após a ocupação das terras — a tomada do poder — em organização de uma nova existência. Porque a organização cooperativa de trabalhadores, como todos sabemos, teve que fazer-se contra os patrões, contra uma determinada ordem (capitalista-fascista) estabelecida. E implica, necessariamente, a implantação de uma nova lei de vida, democrática, comunitária, sem classes exploradoras nem exploradas.

As condições específicas alentejanas, que já definimos — um número mínimo, de 500 senhores, dominando toda uma imensa região e controlando a existência de 1 milhão e 500 mil assalariados — permitiram uma tomada de consciência mais firme e uma tomada de posição mais rápida, o que faz com que, hoje, já encontremos, nessa província, vários casos de ocupação de grandes herdades pelos trabalhadores, que expulsaram os patrões e nelas instauraram um regime de cooperativa de produção, que vamos tentar caracterizar, através da observação directa que dele fizemos.

Para a nossa reportagem, escolhemos a cooperativa da Estrela Vermelha, que compreendia, outrora, as herdades de Corona e Pocinho, com, respectivamente, 2 118 e 600 hectares, na sua maior parte incultivados, pertencentes, também respectivamente, à Casa Barreiras e Pereira do Amaral.

Escolhemos a Estrela Vermelha, em Santiago do Cacém, não só porque é a primeira tomada, pelos trabalhadores, do seu destino nas suas próprias mãos mas também porque representa uma afirmação de classe exemplar. Tão exemplar que podemos já, hoje, contar, várias outras ocupações de herdades e consequente organização cooperativa, dirigida pelos trabalhadores, numa iniciativa precursora de Reforma Agrária. Como, por exemplo, a de Casebres, onde estivemos igualmente, «filha da



Zorrinho, ao fundo, conta a «Estrela Vermelha» à reportagem do Correio do Povo



Estrela Vermelha», como nos disseram em Alcácer do Sal, quando por lá demandámos o caminho para Santiago do Cacém.

— Mas, porquê a ocupação, Manuel Zorrinho — um dos membros da Comissão administrativa da Estrela Vermelha — e como?

— Aqui, nós começámos a luta pois víamos tudo na maior miséria, com os trabalhadores desempregados. E ele há tanta terra no Alentejo! 500 agrários eram donos do Alentejo e 1 milhão e 500 mil não tinham nem sequer um bocadinho de terra para semear uma cabeça de alho. Não podíamos aceitar isso. Eles, quando nasceram, traziam todos estes sobreiros, todas estas terras, agarradas a eles, para isto ser deles? Eu acho que não! Eu também nasci aos pés da minha mãe e não trouxe nada agarrado a mim. A partir do 25 de Abril, eles nunca mais quiseram dar trabalho aos trabalhadores. Aqui na Corona, só cerca de 100 hectares é que eram cultivados. E isto é propriedade para ter 1 000 hectares a produzirem. As vacas morriam à fome. No Pocinho, estava só um homem a trabalhar, e eu cheguei a conhecer essa herdade com 350 trabalhadores...

E Zorrinho continua:

— A gente, em Outubro, comunicou para Beja, para dizer que havia aqui sabotagem económica. Mas como não era dada solução ao caso, decidimo-nos pela ocupação das terras, precisamos que elas dêem produção para comermos.

Também em Casebres os trabalhadores, organizados em cooperativa, de forma inclusive mais espontânea do que na Estrela Vermelha, embora «filha» da experiência desta última, na qual a consciência política desempenhou um papel preponderante, explicaram-nos as razões da sua luta contra a sabotagem económica e contra o desemprego. Com as máquinas paradas, os homens parados, as terras paradas, recusando-se os seus proprietários a arrendá-las, que poderiam fazer?

Conta João dos Santos Jesuino, da Comissão técnica:

— A gente queria cultivar as terras e fomos falar com a Silvicaima, que é uma empresa de celulose, proprietária da herdade da Azenha Pintada, recusou-se a arrendá-la. Noutras herdades, não nos davam trabalho. Então, decidimo-nos pela ocupação da Azenha, pois fala-se tanto que as terras têm de ser cultivadas e nós a vê-las ali ao abandono...

A nossa ideia era fazer a cooperativa, que era para produzirmos todos para o mesmo lado. Mas as terras eram poucas e as pessoas aqui de Casebres queriam juntar-se à cooperativa. De modos que foi-se juntando mais gente e fomos ocupando mais herdades. A última a ser tomada foi a Junceira, a 7 de Abril. Quem a ocupou foram as mulheres que lá trabalhavam. Essa

herdade era propriedade do senhor Barreiras (também!), que tinha a infelicidade de ter só 52 propriedades...

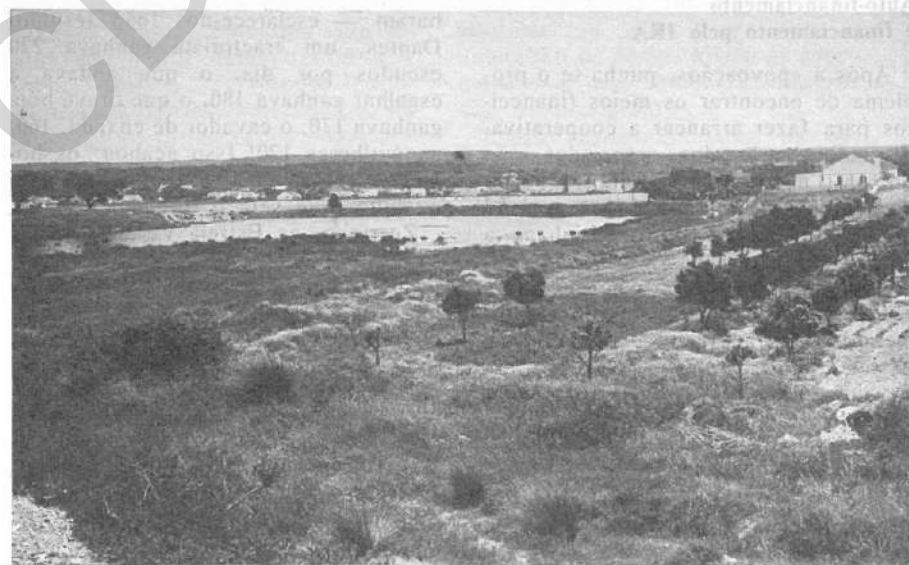
Ao todo, ocupámos 8 propriedades, aí com uns 2 300 hectares. Tudo terras incultas, abandonadas, com o gado a morrer. A princípio, éramos dois. Agora somos setenta e três. Porque a grande vontade do povo daqui é esta: trabalhar em conjunto e fazer produzir as terras onde sempre viveu. Aqui na aldeia, até à data, tem sido um povo unido. Desde que as coisas sejam bem feitas, tenta tudo puxar para o mesmo lado. Agora, se houver erros, isso é claro, há sempre quem os veja.

compreensível. E, nas circunstâncias actuais que vive o País, não foi sequer impossível, como verificámos, concretizar essa revolta pela ocupação de terras. Mais difícil é a organização das condições económico-sociais de existência, após a «tomada do poder».

No caso presente, em cooperativa. Como se organizaram, pois, os trabalhadores da Estrela Vermelha, após a ocupação, em 12 de Fevereiro, da herdade do Pocinho e, da Corona, a 17 do mesmo mês, a meio do ano agrícola, ainda longe das colheitas, quer dizer, das fontes de receita, e sem o mínimo capital? Ou praticamente nenhum.



Em primeiro plano, os arrozais. Ao fundo, o monte da Corona, uma das duas herdades que integram a «Estrela Vermelha»



À direita, o pomar que os cooperadores de Casebres, ao fundo, deseíariam poder alargar

#### A «povoação» das terras conquistadas

Revoltar-se, dadas as condições em que viviam os trabalhadores rurais alentejanos, que é como vivem todos os outros trabalhadores rurais e uma grande parte dos pequenos proprietários de todo o Portugal, é facilmente

Na Corona, por exemplo, na data da ocupação, em 2 118 hectares de terra trabalhavam 14 homens e 12 mulheres! E isto porque o Sindicato lá tinha posto a trabalhar 9 homens e as tais 12 mulheres! Quer dizer, antes desta atitude tomada, compulsivamente em relação aos patrões, pelo Sindicato, apenas 5 pessoas trabalhavam na Corona: 1

guarda de caça, 1 feitor, 2 tractoristas e 1 maioral das vacas...

Havia, pois, para além do desinteresse dos proprietários pelo cultivo das terras, transformadas em coutadas, uma vez que a caça lhes dava mais rendimento e menos despesas de investimento e complicações (num desprezo total pelo desemprego a que assim condenavam os trabalhadores), uma consequente falta de força de trabalho comprometida com as herdades ocupadas. Foi preciso, em primeiro lugar, «povoar» as terras. Encontrar, em seguida, meios financeiros de promover o arranque e desenvolvimento da actividade agrícola.

Essa «povoação» foi facilmente conseguida pela adesão rapidamente declarada de outros trabalhadores rurais, e não só: alguns pequenos proprietários — os chamados «trabalhadores das terras bravias» — e, mesmo, donos de tractores e outras máquinas agrícolas, propuseram juntar-se ao empreendimento cooperativo, investindo nele os seus haveres e toda a sua força de trabalho.

José Maria, um dos trabalhadores da Estrela Vermelha, explicou-nos quem são esses tais agricultores das terras bravias:

— Eram indivíduos que compravam, a prestações, um tractorzito para depois alugar aos outros. Seareiros que tinham um bocado de terra que outros não queriam, mas a maior parte do ano alugavam os seus tractores e os seus braços como tractoristas.

#### Auto-financiamento e financiamento pelo IRA

Após a «povoação», punha-se o problema de encontrar os meios financeiros para fazer arrancar a cooperativa. A maior parte dos associados não tinham o mínimo capital; outros tinham alguns contos de réis, poucos, muito poucos, de lado; outros, tinham a maquinaria. Era necessário um investimento maciço, mesmo porque uma grande parte dos trabalhadores comprometidos com o empreendimento da Estrela Vermelha necessitava, para a sua imediata subsistência, de receber um salário, por menor que fosse.

— Num sábado — conta-nos Zorrinho — conseguimos, apesar de tudo, mais de trezentos contos. Um pedreiro, por exemplo, que tinha uns continhos, uns quinze contos, guardados lá em casa, veio entregarmos, para os trabalhadores.

Mas não era, de forma alguma, suficiente. E revelou-se absolutamente necessário um crédito concedido pelo Governo, que foi solicitado ao Instituto de Reorganização Agrária.

A luta por esse subsídio foi árdua. Ele foi, enfim, conseguido. O IRA acordou um empréstimo de 3 500 contos, dos quais foram já retirados 250

para pagamentos de salários aos trabalhadores irremediavelmente necessitados.

Porque, embora tenha sido atribuído um salário — um salário que é, ainda hoje, diferente para os homens e para as mulheres — cada trabalhador só retira a quantia de que tem absolutamente falta.

Em Casebres, por exemplo, foi-nos dito:

— Os salários também levaram uma grande volta. As diferenças de salários, que permitiam dividir para reinar, aca-

lho, durante quatro ou cinco dias. Foram criados assim. Foi a mentalização que esses fascistas cá deixaram. Esse foi um ponto que nós até discutimos em assembleia. E decidimos que todos os trabalhadores que falem mais do que um mês, sem ser por doença, quando voltarem já não pertencem à cooperativa.

Conseguidos os recursos humanos, pelas adesões de que demos conta e o apoio financeiro, a cooperativa havia encontrado uma base de arranque. Embora essa base, em Casebres (se bem



As mulheres também «cooperam». Uma das herdades de Casebres foi, até, ocupada por sua iniciativa

baram — esclarece-nos João Jesuíno. Dantes, um tractorista ganhava 220 escudos por dia, o que andava a esgalhar ganhava 180, o que tirava bóia ganhava 170, o cavador de enxada, 160; as mulheres 120! Isso acabou: os homens ganham 200 e as mulheres 150, qualquer que seja o trabalho.

Zorrinho, na Estrela Vermelha, confirmou:

— Eu digo-lhes: levem só o dinheiro que vos faz falta para as necessidades que têm. Mas não levem dinheiro para terem lá em casa guardado, pois ele faz cá falta, na cooperativa.

Os trabalhadores associados em ambas as cooperativas foram aderindo pouco a pouco a essa concepção da vida associativa e hoje «isso é uma realidade. Vamo-nos mentalizando uns aos outros. São trabalhadores a educar outros trabalhadores», acrescentou Zorrinho.

E os trabalhadores educam outros trabalhadores não só neste sector. Um outro preocupa grandemente os mais conscientes: o alcoolismo, o «vício do copo». Diz-nos ainda Zorrinho:

— Alguns trabalhadores estavam viciados em receber um ordenado certo ao fim de semana e ir gastá-lo para a taverna, faltando, em seguida, ao traba-

que, como vimos, fornecida do ponto de vista humano) tenha sido notavelmente menos contemplada, financeiramente. Até hoje, os trabalhadores dessa cooperativa, que haviam solicitado um empréstimo ao IRA de 2 500 contos, apenas receberam 300! Pelo que os trabalhadores estão há três meses sem receber os seus ordenados.

Apesar disso, já há quem faça críticas a propósito da gestão da Estrela Vermelha. Zorrinho comenta:

— Pois já andam por aí a dizer que a cooperativa já deu 3 500 contos de prejuízo ao Estado. Então eu pergunto: como é que nós podemos ter dado prejuízo ao Estado se só agora é que ele nos emprestou esse dinheiro, para o arranque da cooperativa? Eu acho que prejuízo é quando as coisas não rendem. Nós, desse dinheiro, só levantámos 250 contos para salários, mas o trabalho está feito. Logo, esse dinheiro está investido e está a render. Isto é como aquela história em que o filho dizia ao pai: Oh pai, compre-me um automóvel. E o pai respondia: Oh filho, eu compro-te um automóvel para tu chegares antes de abalares... Já fizemos mais em três meses do que os latifundiários fizeram em 12 anos! Os trabalhadores estão aí à vista. Pois é à

vista do pano que se faz o preço, como se costuma dizer.

#### Lançar mãos à obra

Os trabalhadores de Casebres só receberam, pois, 300 dos 2 500 contos solicitados em empréstimo ao IRA. Tal diferença de tratamento intrigou-nos e levou-nos a ir pôr essa questão ao eng. João Cabral, da delegação do IRA em Alcácer do Sal. Que nos esclareceu: — O IRA acompanhou, desde o iní-

cio, a cooperativa de Casebres, que representa, para nós um caso exemplar. Temo-la apoiado no que podemos. É um caso de ocupação sucessiva de algumas herdades, que se encontravam em total estado de subaproveitamento, e que só foi possível graças a uma forte organização dos trabalhadores e a um espírito de sacrifício extraordinariamente grande. No aspecto financeiro, receberam, até este momento, 300 contos, o que é manifestamente insuficiente, e só à custa de grandes sacrifícios esses trabalhadores se têm mantido. Esta-

mos, agora, a estudar, nesse sentido, créditos em maior volume, mas este estudo é bastante difícil, no aspecto técnico, pois preparamos, simultaneamente, um plano de exploração. Vamos criar uma caixa de receitas e despesas, para mantermos, efectivamente, um determinado nível de investimentos e de subsistência para os trabalhadores. Há, de facto, toda a boa vontade em apoiar a cooperativa e o subsídio pode ultrapassar, até, esses 2 500 contos.

O IRA não entende, pois, e é a conclusão evidente a tirar destas decla-

### **MODESTO NAVARRO, escritor transmontano:**

## **Não estou a ver em Trás-os-Montes, uma Reforma Agrária, no sentido de entregar imediatamente as terras aos Transmontanos**

Após a nossa observação dos acontecimentos «cooperativos» alentejanos, pareceu-nos importante colher informações sobre a situação e a possibilidade de evolução nesse sentido de reforma agrária de Trás-os-Montes. Modesto Navarro, escritor transmontano e estudioso e divulgador das realidades da sua terra, forneceu-nos essa informação, numa conversa mantida na redacção do *Correio do Povo*.

**M N** — Em Trás-os-Montes, dado o tipo de distribuição das terras e a própria mentalidade que se criou a partir dessa distribuição, penso que é necessário um trabalho preparatório de formação de mentalidades, aceitação de medidas mais profundas no sentido de se criar um espírito mais associativo. Não estou a ver, no Nordeste transmontano, uma Reforma agrária no sentido de entregar de imediato terras de grandes proprietários a pequenos e médios agricultores nem mesmo a trabalhadores rurais. Para que isso se torne realidade são necessárias uma grande mentalização e politização dessas massas trabalhadoras. É bom não esquecer que as relações sociais são mais complexas do que no Sul. Há pessoas que têm as suas terras e alugam pois força de trabalho; mas também a



vendem, em determinadas épocas do ano, indo trabalhar para outrem. O mesmo indivíduo é, desse modo, explorador e explorado. É preciso estudar soluções que levem em conta estes dados e a mentalidade extremamente fechada dessas gentes. Por isso são as medidas de organização associativa que poderão, para já fazer evoluir a situação no melhor sentido.

**CdP** — De que maneira têm os pequenos e médios agricultores encarado o 25 de Abril? E qual a melhor forma de os apoiar?

**M N** — Os pequenos e médios agricultores nunca foram apoiados no tempo do fascismo e quando houve aparência de apoio, veio a traduzir-se numa nova exploração. Basta lembrar o que se passou com o complexo agro-pecuário do Cachão, a «grande obra» do deputado fascista Camilo de Mendonça que serviu pura e simplesmente como trampolim político e como meio de apoio aos grandes agrários da região. Esse complexo bem como os grémios não fizeram mais do que dificultar a vida dos camponeses.

Tenho ido várias vezes ao Nordeste Transmontano e tenho as-

sistido à evolução do modo de estar perante o 25 de Abril dos pequenos e médios agricultores da região. Eles estavam francamente esperançados, mas, começaram pouco a pouco a ficar frios e a reagirem inclusive mal, por vezes, às sessões de esclarecimento. Os problemas da agricultura estavam a ser muito mal dirigidos pela Secretaria de Estado, estou a lembrar-me do caso dos adubos, o aumento do preço dos correios, que veio beneficiar os grandes agrários, o apoio a organizações para fascistas como a Ala. A partir daí verificou-se, realmente, um grande arrefecimento por parte dos pequenos e médios agricultores e um retrocesso no espírito associativo dessas populações.

Com palavras apenas nada se fará. É preciso levar ao Nordeste transmontano o apoio real e muito forte por parte do Estado, que empurre os agricultores para a aceitação de certas fórmulas associativas e uma maior racionalização da produção.

Estou convencido que os pequenos e médios agricultores estão dispostos a arrancar, mas para que isso aconteça é necessário dar-lhes todo o apoio possível: — Antes da produção, na facilidade e no financiamento da compra a preços acessíveis dos adubos e sementes. Durante a produção, com o apoio técnico indispensável. Após a produção, encontrando formas de escoamento para os produtos, livrando-os assim dessa raça de intermediários que se encontram francamente organizados e que liquidam qualquer possibilidade de libertação do pequeno e médio agricultor.

No Norte, conheço muitos indivíduos que fizeram fortunas, pura e simplesmente, a comprar ao produtor no terreno a produção, para depois a transportar para as cidades, onde a vendiam. Hoje, estão ricos, e o pequeno e médio produtor estão na mesma como há anos...

rações do seu delegado em Alcácer do Sal, abandonar a luta dos trabalhadores associados de Casebres. Estes queixam-se, e com razão, das dificuldades que têm vivido. Mas não são vítimas de qualquer discriminação e o cuidado de planejar a exploração agrícola da cooperativa, se dificulta, por um lado, o estudo dos créditos a atribuir, não pode deixar de vir conceder à empresa, no futuro, uma maior rentabilidade e estabilidade que permitam uma também maior justiça social.

Mas os trabalhadores de Casebres e da Estrela Vermelha, apesar de todas as dificuldades iniciais, não estiveram à espera de empréstimos ou subsídios para começarem a trabalhar as terras e a cuidar do gado. Logo após a ocupação, lançaram mãos à obra: os terrenos começaram a ser limpos do mato que durante anos ali cresceu; os sobreiros foram esgalhados; e iniciaram-se as plantações. O arroz, o trigo, o tomate, as batatas, as melancias, o feijão e o milho já germinam nas terras outrora incultas. E desde que os trabalhadores cuidam do gado, não só não morreu mais nenhuma cabeça como já contam algumas dezenas de vitelos.

— Quando tomámos conta disto, esse gado mal se tinha nas pernas. Nem sequer tinha força para marrar. Mas agora já é melhor guardarmos uma certa distância... — comentou um velhote reinadio, que é o maioral das vacas.

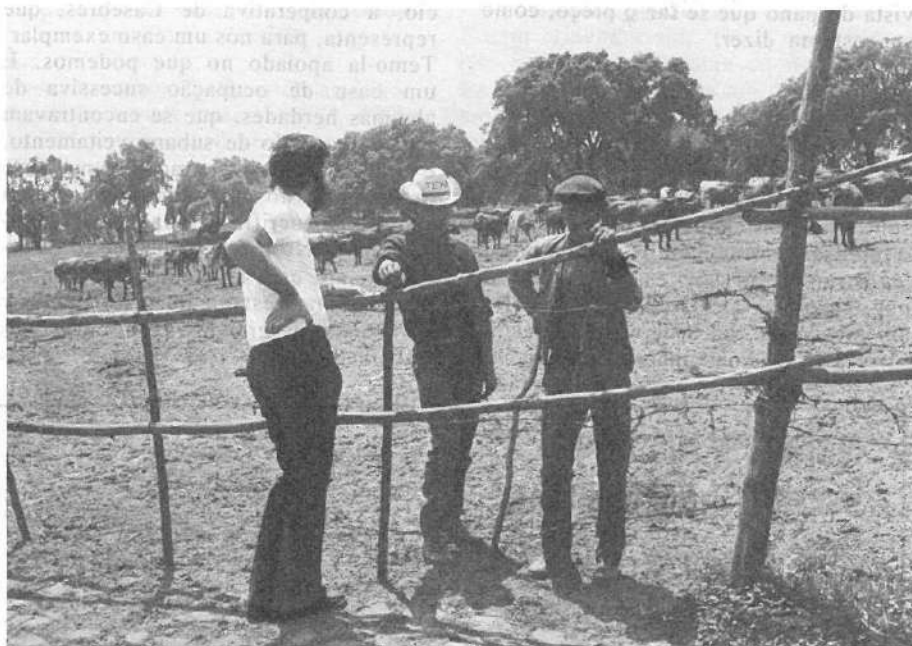
— Pesavam uns 250 quilos por cabeça, quando ocupámos a herdade, — acrescentou Zorrinho — hoje, andam à volta de 500. Ao todo, devem pesar 40 000 quilos de carne a mais.

Mas o desenvolvimento e o sucesso de cooperativas como a da Estrela Vermelha ou a de Casebres não depende só da vontade política que foi necessária aos seus trabalhadores para ocupar herdades parcial ou totalmente incultivadas e para lançar-se, ao trabalho, mesmo antes que qualquer auxílio exterior chegasse. Depende, como já dependeu, desse auxílio financeiro; mas depende, ainda, e fundamentalmente, de duas coisas: de uma boa organização interna; e da capacidade de, por um lado, abastecer-se dos produtos necessários e, por outro, colocar no mercado os seus próprios produtos, evitando, num e noutro caso, boicotes ou sabotagens por parte de fornecedores e compradores, nada interessados no controlo, pelos trabalhadores, da produção e do consumo dos bens nacionais.

#### Organização interna fornecimentos e vendas

Como se organizaram os trabalhadores da Estrela Vermelha e de Casebres para a gestão das suas cooperativas?

Em ambas a organização é semelhan-



O maioral das vacas nunca comeu um bife de vaca em toda a sua vida

te, até na medida em que os segundos buscaram junto dos primeiros informações neste sentido. Foram eleitas democraticamente, por todos os trabalhadores, três comissões. Uma comissão administrativa, uma técnica e uma comercial. Compostas por cinco elementos cada uma. As mulheres participam na gestão da cooperativa, havendo uma mulher em cada uma dessas comissões. Essa participação é, contudo, condicionada pelo facto de que algumas delas são casadas, não podendo dispor inteiramente, pois, do seu tempo. Estão, porém, ao corrente do que se passa nas comissões. As comissões reúnem-se 2 vezes por semana, havendo reuniões conjuntas, sempre que algum problema ultrapassa a competência de uma delas. A assembleia geral dos trabalhadores é o órgão máximo de decisão. Reúne-se de 15 em 15 dias e tem como funções principais eleger ou demitir os membros integrantes de cada uma das comissões, bem como decidir sobre todos os assuntos que lhes forem apresentados pelas ditas comissões. É claro que os estatutos que regem a vida da cooperativa foram aprovados por esta assembleia geral e que só ela pode alterá-los.

Procurámos obter, junto do Ministério da Agricultura, o projecto de estatutos, proposto pelas cooperativas à aprovação governamental. O Chefe de Gabinete do Ministro não pôde fornecer-nos, todavia, esse texto uma vez que, disse-nos, «será publicada, muito em breve, legislação oficial sobre a matéria». Procurámos, por outro lado, contactar o próprio ministro, eng. Fernando Oliveira Baptista, a quem pretendíamos pôr algumas questões mais globais sobre problemas concernindo evidentemente, o seu Ministério. A intensa actividade que tem sido a sua, impediu essa entrevista, que ficou mar-

cada para uma data próxima e de que daremos eco no nosso número 7.

No que diz respeito aos problemas já verificados com diversos fornecedores, Zorrinho referiu-se, emocionadamente, de resto, a dois casos principais: o do gasóleo e o das batatas. Casos criados pela exigência, por parte dos fornecedores, de só cederem a mercadoria contra pagamento imediato.

Zorrinho explica: — Nós, antes de termos dinheiro, foram-nos negadas, muitas vezes, coisas que eram precisas para começarmos a produzir. Pois exigiam pronto pagamento. Fui ali a Santiago do Cacém, à Mercantil, que é dum parasita, comprar batatas para semear. Precisava de vinte sacos. Eu disse-lhe: Nós precisamos dessas batatas para semear mas não temos dinheiro, mas a gente, dentro de poucos dias, já tem e podemos pagar-lhe. O homem disse que não podia vender as batatas sem dinheiro. E não estão mais batatas semeadas por causa disso. Depois, conseguimos, mas já não foi a tempo. E não era a semente que a gente queria. Nós tínhamos que pagar a pronto mas eu fui saber e o tal parasita paga-as, ele, a 90 dias. Com o gasóleo, foi a mesma coisa. Só a pronto. Depois, o antigo feitor desta herdade, acabou por dar-nos a chave de um armazém onde nós sabíamos que se encontravam 5 000 litros de gasóleo. Sem esse gasóleo, claro, os tractores não funcionavam.

Uma cooperativa não é, pois, um grupo fechado sobre si mesmo. As relações de compra e venda com o exterior são uma parte fundamental da sua vida. Há que criar circuitos de comercialização dos seus produtos. Os trabalhadores de Casebres já iniciaram contactos com uma cooperativa de consumo da região de Loures, com vista a uma comercialização directa dos

seus produtos, eliminando, desse modo, os intermediários. Com o mesmo objectivo, a Estrela Vermelha pretende, numa primeira fase, abrir um posto de venda da carne produzida na cooperativa em Santiago do Cacém.

Este contacto directo com a comercialização dos seus produtos, tem criado, nos trabalhadores organizados em cooperativa, uma consciência das necessidades do mercado e das suas próprias possibilidades de fornecer esse mercado em condições muito mais vantajosas, em termos de qualidade e preço, para os consumidores, uma vez que se elimina o elemento perturbador do processo: o intermediário.

— Os povos das vilas e das cidades andam a ser muito explorados. Compram as batatas, as couves, tudo, por um dinheirão. Ora, se nós produzíssemos uma grande quantidade e pudéssemos vender directamente, sem intermediários, beneficiávamos todos. Porque, quem produz, vende barato. E quem consome, compra caro. Isso não pode continuar assim. Se tivéssemos mais dinheiro, podíamos avançar com uma horta, aumentar a área de regadio, etc. A cooperativa tem cerca de 40 hectares de regadio, mas podemos aumentar essa área. Há aqui duas barragens já alinhadas: uma na Junceira, que dava mais uns 40 hectares; outra, numa herdade vizinha. Essas barragens têm o defeito de só servirem para as herdades onde poderiam ser feitas. Mas temos ali outra barragem, nas Pancas, que, a ser feita, dava 1 000 hectares, para mais, de regadio. Esta, já esteve para ser feita vai para uns 30 anos. Valia a pena fazê-la agora. E evitava de fazer-se as outras duas. Era preciso que viesse cá um técnico ver.

Visitámos o local onde se ergueria a tal barragem das Pancas, que apresenta uma bacia imponente. Já em Lisboa, levantámos, na Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos, a possibilidade de construção de qualquer dessas barragens que nos foram referidas. Afirmaram-nos que bastaria uma carta da cooperativa, dirigida a essa Direcção-Geral, indicando os locais e a utilidade dessas construções, para que uma brigada de técnicos lá se deslocasse, para fazer os estudos prévios de viabilidade.

Ainda dentro do domínio da comercialização dos produtos, os trabalhadores de Casebres e da Estrela Vermelha denunciaram uma outra prática intermediária, que descobriram muito recentemente, ao procurarem encontrar apoio financeiro para as suas cooperativas: os fabricantes de concentrados de tomate financiavam os produtores a um juro de 12%; ora esses mesmos fabricantes obtinham, por seu lado, créditos, por parte do Estado, a juros de, apenas, 5 ou 6%! Este ano, a Estrela Vermelha já pediu o financiamento directamente à junta Nacional das Frutas, «porque os parasitas têm de aca-

bar!». E obteve-o, se bem que, ao que parece, a título excepcional.

#### O que há ainda para fazer

Até hoje, como vemos, estas duas cooperativas, onde passámos dois dias, têm vivido da consciência política e da resistência física e moral dos seus promotores. Com muitas dificuldades, que o Estado tem procurado minorar — emprestando inclusive, um *bulldozer* que compensa como pode a falta de máquinas — mas, também, com muita luta.

«Não temos nada a perder», dizem esses pioneiros da Reforma Agrária. E esse não ter nada a perder é uma alavanca poderosa para essa luta. Luta cheia de obstáculos que só mesmo a Reforma Agrária e as conquistas sociais virão terraplanar. Por várias razões: primeiro, porque trabalhadores de outras regiões do País, de propriedade, tendo algum bocadito de terra a perder, embora vivendo a mesma miséria que os seus camaradas alentejanos, se encontram menos motivados e menos afoitos nesse combate pela libertação dos explorados; segundo, porque só a justiça social poderá, mesmo após a Reforma Agrária, igualar os trabalhadores de todo o País, sujeitos uns a terras e climas mais propícios do que outros e, desse modo, sem essa justiça social, a benefícios diferentes e, por isso mesmo, injustos.

Estrela Vermelha e Casebres, como pioneiras que são, representam exemplos, também, de tudo quanto há ainda para realizar, no domínio das associa-

ções de trabalhadores em cooperativas. Do ponto de vista social, de educação e da saúde, tudo resta para fazer.

O analfabetismo, mais de 40%, é uma das maiores preocupações dos membros das comissões, que procuram interessar todos os trabalhadores na gestão da empresa. A impossibilidade desses analfabetos compreenderem a contabilidade, por exemplo, impede-os de participarem plenamente na vida da cooperativa.

— Já pedimos que cá viesse gente ensinar-nos a ler e a escrever, fora das horas do trabalho. Estamos à espera.

Nem Casebres nem a Estrela Vermelha têm médico. Vivem desse modo, cento e muitas famílias a quilómetros da assistência médica mesmo a mais rudimentar, sem qualquer transporte público que lhes permita um acesso rápido e regular aos centros assistenciais.

Para resolver, ainda que de forma mínima, esse gravíssimo problema, os trabalhadores estão procurando ser integrados na rede das Caixas de Previdência; ou, se essa tentativa falhar, e uma vez que já vários médicos se ofereceram para trabalhar com eles, criar um posto de saúde local.

A criação de fundos para a reforma dos trabalhadores é uma questão que, pela sua importância, já por várias vezes foi debatida em assembleia. Chegou-se à conclusão que todo aquele que chegar à idade de reforma tem o direito a que a cooperativa trabalhe para ele, garantindo-lhe um nível de vida idêntico ao de todos.

— A cooperativa deve criar fundos suficientes para dar de comer por igual àqueles que já não trabalham e aos que



Uma empresa do Montijo, solidarizando-se com os trabalhadores da «Estrela Vermelha» ofereceu-lhes 3 000 pintos, bem como a alimentação necessária.

trabalham. Os mais novos virão substituir os mais velhos, pois estes já trabalharam muito. E trabalharam para os mais novos. Vamos lá ver se conseguimos fazer, aqui no monte, casas para todos esses cooperadores já reformados, para estarem aí ao sol a ver trabalhar os mais novos e ensinando-os com a sua experiência.

### O valor do acto e a força e virtude do exemplo

A empresa dos cooperadores de Cosebres e da Estrela Vermelha está aí seneada em ilena terra alentejana, à espera que a colheita seja boa. E crie semente. Porque esta tomada em mãos, pelos trabalhadores, do seu destino, traz com ela, para além do valor económico-social-político do acto, a força e a virtude do exemplo.

As vantagens de tais associações de trabalhadores: melhor aproveitamento das terras, com base na certeza de distribuição e venda seguras dos produtos; maiores possibilidades técnicas, pois uma grande propriedade permite a aquisição e a utilização rentável de uma maquinaria mais eficaz; melhores condições de compra de sementes, adubos, pesticidas, rações, etc., dadas as quantidades adquiridas; maior facilidade de obtenção de créditos e consequentemente maior capacidade de investimento, etc. etc., para não falar dos benefícios humanos, morais, políticos do trabalho colectivo, não poderão deixar indiferentes os assalariados agrícolas e os pequenos proprietários de todo o País, mobilizando-os para este tipo de prática associativa, por mais que ela vá contrariar a vontade política, que é a mesma coisa que dizer os interesses económicos, dos grandes senhores que, ainda hoje, dominam muitas regiões. As forças revolucionárias estão, e estarão, presentes para defender e fazer respeitar os direitos dos, até aqui, explorados. E para apoiar esse tipo de empreendimentos.

Um representante do IRA assegurou-nos:

— Estamos, actualmente, a fazer estudos no sentido de encontrar uma igualdade de estatutos para todo esse tipo de associações cooperativas. Como sabe, a Reforma Agrária só foi lançada após o 11 de Março. Mas pretendemos apoiar ao máximo essas iniciativas. E queremos que as cooperativas sejam criadas e existam autonomamente. É por essa razão que, em vez de darmos subsídios, concedemos empréstimos. As cooperativas são autónomas para gerir esse dinheiro. Têm é que devolvê-lo ao Estado.

— E, a partir do momento em que o Estado é integralmente reembolsado, deixa de interferir na vida dessas cooperativas?



José Maria explica-nos o que são as «terras bravias» e a adesão dos seus proprietários à cooperativa



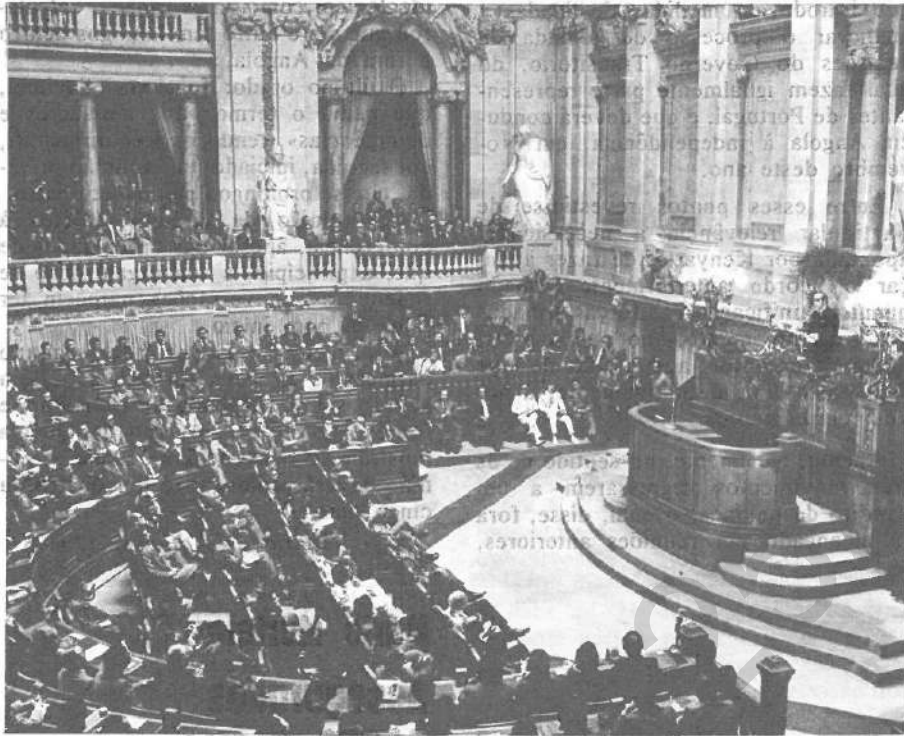
Com a reportagem do Correio do Povo, deslocaram-se à «Estrela Vermelha» dois dos nossos colaboradores, um médico e um economista, que dialogaram com os cooperadores: bem como Vitorino, autor-compositor alentejano, que cantou para os seus conterrâneos

— Esse é um problema muito complicado. Até que ponto terá o Estado o direito de retirar uma parte da riqueza produzida? Não podemos esquecer que vai haver cooperativas ricas e cooperativas pobres. A cooperativa de Mouchão dos Ingleses, por exemplo, é uma empresa cujos trabalhadores, uns 30, ficariam ricos em 2 anos se guardassem só para si a riqueza produzida!

Não pode ser! E concluímos, repetindo o que já atrás escrevemos: só a justiça social, juntamente com a Reforma Agrária, poderá terraplanar o terre-

no cheio de obstáculos que terá que, fatalmente, atravessar o nosso caminho para o socialismo. Que não poderá ser, é claro, uma sociedade de ricos e pobres, de privilegiados e esquecidos, sobretudo no interior das classes laboriosas. A revolução económica, social e política em que estamos empenhados exige a união de todos os trabalhadores, que os seus interesses comuns comandam. Apesar do esforço dos privilegiados do antigo regime no sentido de lançarem a confusão sobre esta realidade, contudo evidente.

# ABERTURA DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE



No discurso inaugural, o presidente da República, general Costa Gomes, afirmou:

**«A nova Constituição deverá garantir progressismo revolucionário».**

## Bases da reforma agrária serão lançadas este mês

«Espera-se que antes do fim deste mês de Junho tenham saído e entrem em vigor as principais normas que permitam a nacionalização e expropriação da terra, que seja promulgada legislação que crie os conselhos regionais da reforma agrária, que são entidades de nível local que tentarão fazer o diálogo entre as classes dos trabalhadores com os agricultores e o aparelho de

Estado. Vai também sair, antes do fim deste mês, legislação sobre saneamento de cooperativas e sobre a restituição dos baldios», anunciou o ministro da Agricultura, eng. Fernando Oliveira Baptista, no acto de abertura do I Encontro Nacional dos Engenheiros Técnicos Agrários, que ontem se efectuou, acrescentando que «a par disso, estamos tentando uma reorganização dos serviços, embora numa fase ainda informal, a que tentaremos, numa segunda fase, dar conteúdo através das leis orgânicas em que, espero, venha já a reflectir-se esta orientação não elitista que o Ministério pretende imprimir».

Mais adiante, e depois de mencionar o quanto a reforma agrária vai exigir

dos técnicos, nomeadamente dos agora chamados «engenheiros técnicos agrários» (ex-regentes agrícolas), que o ministro da Agricultura considerou das classes mais prejudicadas pelo fascismo, o eng. Oliveira Baptista declarou:

«Toda a construção que pretendemos fazer passará, forçosamente, pelo quebrar de barreiras hierárquicas, passará, forçosamente, pelo fim de uma estratificação, neste caso feudal, e permitirá que a todos sejam abertas as mesmas vias em função da competência revelada.»

Ao I Encontro dos Engenheiros Técnicos Agrários, que decorreu na Estação Agronómica Nacional, em Oeiras, assistiram mais de duas centenas daqueles técnicos, os quais se debruçaram sobre a análise de cerca de centena e meia de teses apresentadas como contributo para uma Reforma Agrária.

*A Capital, 9-6-75*

## Cinco milhões de contos para crédito agrícola

Uma nota distribuída pelo Ministério da Comunicação Social esclarece que o montante máximo global do crédito para o continente e ilhas que a banca nacionalizada põe à disposição dos pequenos e médios agricultores é de cinco milhões de contos, o qual será reforçado no caso de se considerar insuficiente.

Acrescenta a nota: «Corre em certos meios interessados em denegrir a acção do Governo Provisório a existência de um limite máximo de 1000 escudos na concessão do crédito agrícola de emergência. Esclarece-se a este propósito que o crédito é concedido a todos os pequenos e médios agricultores definidos pelo Decreto-Lei n.º 251/75, de 23 de Maio de 1975, pelo prazo de um ano para o financiamento do «pagamento de serviços destinados à preparação de terras, à aquisição de fertilizantes e correctivos, sementes e propagulos, pesticidas, rações, complementos necessários à alimentação animal e pequenos equipamentos.»

«Estes produtos ou serviços poderão ser fornecidos pelas comissões liquidatárias dos Grémios da Lavoura e cooperativas que exerçam funções de compra e venda. Quando estas entidades não estejam em condições de fornecer directamente os produtos ou serviços, substituir-se-ão aos pequenos e médios agricultores no pagamento a terceiros das aquisições que aqueles fizerem».

*A Capital, 11-6-75*

## A Cimeira do Quénia

# Exortação de Kenyatta para um cessar-fogo em Angola

Nakuru, 16. — Os três movimentos de Libertação angolanos iniciaram hoje, nesta cidade do Quénia, uma conferência cimeira, no começo da qual o presidente Jomo Kenyatta os exortou no sentido de ordenarem imediatamente o cessar-fogo, a fim de se pôr termo ao derramamento de sangue em Angola.

Após um adiamento de 24 horas, por não ter chegado a tempo o dr. Agostinho Neto, presidente do MPLA, a conferência foi inaugurada, hoje de manhã, na residência do presidente Kenyatta.

Em seguida a uma reunião privada de uma hora com os dirigentes dos três movimentos angolanos, Kenyatta abriu formalmente a conferência com um apelo directo aos Angolanos, aos quais disse que o preço da liberdade exige que cesse a luta que tem vindo a travar-se na antiga colónia portuguesa, que em quatro meses já ceifou as vidas de cerca de 4 000 pessoas.

Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA).

Kenyatta pediu aos três dirigentes que introduzam medidas destinadas a melhorar o processo de tomada de decisões do Governo Transitório, do qual fazem igualmente parte representantes de Portugal, e que deverá conduzir Angola à independência, em Novembro deste ano.

Entre esses pontos revestiu-se de particular relevância a necessidade, apontada por Kenyatta, de fazer avançar o acordo anteriormente firmado quanto à unificação das forças armadas dos três movimentos, ao que o presidente acrescentou a sugestão de que seja posto fim, definitivamente, a novos recrutamentos.

Apelou, igualmente, no sentido de os três movimentos regressarem a um espírito de unidade, o qual, disse, fora já alcançado em reuniões anteriores,

total compromisso para com os Angolanos.»

Em resposta, Agostinho Neto afirmou que forças externas estavam a provocar a divisão dos três movimentos, acrescentando que o MPLA se fará eco do apelo do presidente Kenyatta com vista a promover a união das forças armadas e uma melhor actuação do Governo de Transição.

Numa rara manifestação de acordo, Holden Roberto referiu-se, então, a Agostinho Neto, seu rival no campo ideológico, como «meu irmão», e declarou que um e outro têm inimigos dentro e fora de Angola.

O último orador foi Jonas Savimbi, que pediu o termo «dos massacres e divergências», tendo os três dirigentes, em seguida, iniciado uma reunião privada, que se prolongou pela noite dentro.

Na opinião de círculos afectos à conferência, apesar das dificuldades de que, a princípio, a sua organização se rodeou, as conversações parecem ter tido um bom início.

A primeira sessão privada, segundo os mesmos círculos, foi dedicada a um acordo sobre a agenda de trabalhos, e fontes afectas ao Governo do Quénia mostram-se convencidas de que a reunião deverá prolongar-se por quatro ou cinco dias.

*Diário de Notícias, 17-6-75*

## Mário Murteira:

### Assegurados 34 000 postos de trabalho em novos projectos

«Até fins de Julho, vão ser lançados projectos de investimentos públicos, no continente e ilhas adjacentes, no valor global de 8,5 milhões de contos, que assegurarão, durante seis a doze meses, cerca de 34 mil postos de trabalho, parte dos quais novos empregos» anunciou o ministro do Planeamento e Coordenação Económica, Mário Murteira, numa entrevista concedida à Televisão Portuguesa.

Desses projectos, salientou o ministro, destacam-se investimentos de 1 milhão e 800 mil contos para o sector da habitação; 676 mil e 98 mil contos para construções escolares e hospitalares, respectivamente; 298 mil contos para saneamentos básicos; 234 mil contos para electrificação rural e 5,5 milhões de contos para o sector de transportes e comunicações, compreendendo o arranque da construção das auto-estradas, de várias obras portuárias e ainda investimentos no sector ferroviário. Na mesma entrevista, o dr. Mário



Os três presidentes dos Movimentos de Libertação de Angola, agora reunidos em Nakuru, no Quénia, em busca de uma solução pacífica para os problemas da ex-colónia portuguesa

Numa declaração muito mais enérgica do que aquilo que esperavam muitos observadores, o presidente do Quénia, considerado, de modo geral, como um dos estadistas africanos mais influentes, apresentou vários pontos específicos em relação aos quais, frisou, os Angolanos têm de chegar a acordo.

Além de Agostinho Neto, participam na cimeira Holden Roberto, da Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e Jonas Savimbi, da União

realizadas este ano, especialmente na conferência de Mombaça, em Janeiro.

«Estou convencido de que não se conseguirão progressos, no caso de prosseguirem os combates entre os três movimentos aqui representados», declarou o dirigente do Quénia, acrescentando:

«O Mundo espera isso de vós, para poder avaliar a vossa qualidade de estadistas. Tenho confiança no vosso



Murteira referiu ainda a nossa actual situação económica, que considerou grave, acrescentado a propósito que dois factores se conjugam para determinar o problema: A crise do capitalismo internacional e a de transição numa economia que parte de um capitalismo e pretende uma via socialista.



Mário Murteira, que anunciou o plano de investimento de 8 milhões e 500 mil contos — relativo à primeira fase do Plano de Emergência — criador directo de 34 000 postos de trabalho

O aspecto mais grave e preocupante diz respeito à nossa crise real de desemprego a que se associa a quebra no investimento e mesmo na produção, embora — acentuou — a nossa actual taxa de desemprego (8 por cento) seja semelhante às verificadas em alguns países industrializados.

O ministro do Planeamento e Coordenação Económica, a determinada altura, referiu ainda, dois grandes projectos em curso: o de Sines e o da Barragem do Alqueva.

Sobre o primeiro, «está em curso uma avaliação do respectivo projecto, quer no âmbito do Ministério da Coordenação Económica, quer no do Ministério da Indústria, de forma a que o Governo possa finalmente, fazer um reexame global do projecto para que ele possa assumir um carácter político, adequado ao momento que atravessamos».

Referindo-se a Alqueva, Mário Murteira referiu tratar-se de um projecto de grande envergadura, uma barragem, esclarecendo que um conjunto de outras obras de menor envergadura permitiriam, no caso da realização do projecto, duplicar a área actualmente irrigada no Alentejo.

«O projecto, no montante de 20 milhões de contos, a ser realizado, transformará profundamente toda a região no sul do País, particularmente a alentejana.

Jornal Novo, 9-6-75

## A partir de 1 do corrente 4.000\$00 de salário mínimo nacional

Segundo um decreto-lei, agora remetido ao *Diário do Governo*, estão em vigor, a partir de 1 do corrente, disposições legais que estipulam o salário mínimo nacional de 4000 escudos e o máximo de 48 900 escudos. São porém isentas desse salário mínimo, as empresas com menos de dez trabalhadores, quando se prove a inviabilidade económica de tal remuneração, que não se aplica, igualmente, aos trabalhadores com menos de 20 anos, sem prejuízo do princípio de que a trabalho igual deve corresponder salário igual.

O mesmo decreto-lei congela os salários ao nível de 12 000 escudos mensais, mesmo através da revisão de contratos colectivos de trabalho. Fica proibido, por outro lado, o despedimento sem justa causa. No fim daquele prazo será publicada nova legislação sobre a cessação unilateral do contrato individual de trabalho e despedimentos colectivos.

Em matéria de legislação, é fixada a data de 31 de Dezembro do ano corrente para a publicação do diploma sobre contratação colectiva de trabalho. Até lá, as propostas de revisão dos contratos, deverão ser enviadas ao Ministério do Trabalho e serão discutidas, pelos interessados, os quais poderão acordar na constituição de uma comissão arbitral com a presença de um delegado do referido Ministério.

No que respeita à revisão de salários, o decreto-lei agora enviado ao *Diário do Governo* obriga à fixação de um montante global, que constará obrigatoriamente da proposta de revisão do contrato e terá por base a situação económico-financeira da empresa e subida do custo de vida. Ainda sobre o congelamento dos salários, acima de 12 000 escudos mensais, fica proibida nos novos contratos a fixação diferida de remunerações mais elevadas. Estabelece ainda o diploma que a retroactividade das remunerações não pode, de forma alguma, recuar a data anterior à da apresentação da proposta.

No capítulo das férias e feriados é fixado aos trabalhadores, com excepção dos rurais, domésticos e sazonais, o mínimo de quinze dias de férias remuneradas por ano, com o subsídio equivalente. O período máximo de férias, incluindo os domingos e feriados iniciais, intermédios ou finais, mesmo se gozadas interpoladamente. Finalmente, o decreto determina que nenhuma empresa pública ou privada observe, a título de feriados, além do feriado

municipal, os legalmente obrigatórios, a Sexta-feira Santa ou a segunda-feira posterior ao Domingo de Páscoa e o dia 24 de Dezembro

O Século, 10-6-75

## Produtos abrangidos pelo aumento dos direitos aduaneiros

«Preocupante de há longos anos», como se declara no preâmbulo do Decreto-Lei n.º 271-A/75, o equilíbrio da balança de pagamentos portuguesa tem assente num condicionalismo particularmente favorável da economia internacional. Esse condicionalismo está agora a ser modificado pelo aumento de preços das matérias-primas e dos recursos energéticos.

A posição portuguesa é ainda agravada por um conjunto de circunstâncias relacionadas com as estruturas económicas deficientes do País e com hábitos de consumo francamente artificiais criados no decorrer dos últimos anos. Portugal, como se tem dito inúmeras vezes, consome mais do que produz e, para subsistir, tem de pôr em prática um plano de austeridade mais adequado à sua realidade no plano das importações.

A drenagem, acelerada e inútil, dos meios de pagamento para o exterior, na medida em que o põem em risco de não poder financiar o esforço económico que tem de fazer e o impede de produzir muitos artigos que poderia produzir se estes não fossem, aparentemente, mais baratos no estrangeiro.

O novo decreto-lei que cria, para certas mercadorias, taxas de importação de 20 e de 30 por cento destina-se precisamente a corrigir esta situação, que conduziu a um volumoso «deficit» da balança de pagamentos, destinado inevitavelmente a agravar-se.

Trata-se, evidentemente, de uma medida proteccionista que se impõe e nem sequer é inédita na vida portuguesa. Datam de 1892 as primeiras medidas tomadas neste sentido e, nessa altura, nem a situação era tão grave como é presentemente nem os resultados previstos se destinavam a beneficiar tantos portugueses.

O Decreto-Lei n.º 271-A/75, que tem de ser correctamente entendido e defendido por todos os portugueses, não é a única medida que o Governo prevê para enfrentar a situação presente. É, sim, a primeira das medidas destinadas a corrigir a situação deficitária em que o País se encontra e criar condições

que lhe permitam não depender, numa escala tão vasta de importações que o deixam sem recursos e sem iniciativa para se tornar auto-suficiente na medida do possível.

A este decreto seguir-se-ão medidas destinadas a reactivar certas actividades de produção e a reprimir hábitos não justificados de consumo.

### Com 20 por cento

O novo decreto-lei prevê que a taxa de 20 por cento venha a incidir, entre outros, sobre os seguintes artigos: aves de capoeira e suas miudezas; crustáceos e moluscos; queijo; ovos; mel natural; marfim; esponjas naturais; azeitonas; produtos hortícolas; legumes secos; frutas; café; chá e mate (com excepção de café não torrado); produtos de moagem; farinhas de sementes e frutos; plantas e partes de plantas; sementes e frutos das espécies utilizadas principalmente em perfumaria, em medicina ou como insecticidas, parasiticidas e semelhantes; óleo de palma, purificado ou refinado, óleo de coco, purificado ou refinado, para usos alimentares; extractos de peixe; açúcares, xaropes e melações, corados ou aromatizados, com exclusão de sumos de frutos adicionados de açúcar em qualquer proporção; cacau em pó; tapioca, compreendendo a fécula de batata; arroz expandido, «corn-flakes» e produtos análogos; frutas congeladas adicionadas de açúcar; molhos; condimentos e temperos compostos; sal comum, incluindo o preparado para mesa; águas destiladas aromáticas e soluções aquosas de óleos essenciais; ceras artificiais; pólvoras e explosivos; artigos de pirotecnia; produtos para fotografia e cinematografia; madeiras de tipos especificados; papéis vários; livros de registo; cadernos, livros de notas, blocos para apontamentos etc.; vários tipos de vidro; enxadas, pás, tenazes, sachos, forquilhas, serras manuais e ferramentas intermutáveis para máquinas-ferramentas; moinhos de café, máquinas de picar carne e aparelhos mecânicos para uso doméstico empregados para preparar, acondicionar ou servir alimentos ou bebidas; tesouras, motores não especificados até 25 kW; máquinas de lavar roupa; máquinas de costura para uso doméstico; máquinas de escrever; aspiradores; automóveis para transporte de pessoas ou de mercadorias, compreendendo os de corrida e os trolley-buses; embarcações de vela e de propulsão mecânica; lentes, prismas, espelhos, etc.; máquinas fotográficas, cinematográficas e de projecção de peso superior a 20 kg; relógios; armas; apetrechos de pesca; instrumentos musicais; etc.

### Com 30 por cento

De entre os artigos onerados com a sobretaxa de 30 por cento destacamos

os seguintes: carnes e miudezas (com excepção de fígado, aves de capoeira); flores; banha e outras gorduras de porco obtidas por expressão, fusão ou acção de solventes; margarinas e outras gorduras alimentares preparadas; doces, geleias, compotas, etc.; preparados para a obtenção de caldos ou sopas; bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; tabaco manipulado; sabão; artigos de viagem; artigos para correspondência; vestuário e acessórios de vestuário, de tecidos; calçado; postigos e artefactos semelhantes; objectos de vidro; aquecedores de água; aparelhos para lavar e secar roupa; máquinas fotográficas com menos de 20 kg; relógios; gramofones; máquinas de gravar, gira-discos, etc.; móveis, jogos, etc.

*Diário de Lisboa, 3-5-75*

### Carta de um leitor

## Bairro da Previdência em Valença do Minho

Em Valença, foi construído um Bairro da Previdência. As obras já estão concluídas desde há muito tempo, enquanto que os trabalhadores vivem em casas sem condições nenhuma, aguardando ansiosamente o seu concurso, que por fim chegou, mas sem esperanças para esses trabalhadores, senão vejamos:

Qual o trabalhador que pode pagar rendas de 1 200\$00 e 1 350\$00? Isto é, se for beneficiário da Caixa de Previdência, porque se não o é terá de pagar mais 200\$00.

Ora, tendo sido o referido Bairro construído com o dinheiro descontado pelos trabalhadores, como se compreende que se lhe exija rendas daquele montante? Muitos desses trabalhadores nem sequer recebem o salário mensal mínimo de 3 300\$00 estará isto certo?...

Mais, então como é, que foi anunciado pelo *Jornal Notícias* do Porto no mês de Fevereiro moradias em Viana do Castelo do mesmo tipo pela Caixa Nacional de Pensões pelas quantias de 500\$00 a 650\$00 e ainda em Matosinhos pelas quantias de 650\$00 a 1 050\$00 e algumas destas com arrecadação!... Pergunto: a que obedece esta forma de arrendamentos de moradias económicas? Numa pequena vila o seu custo é superior ao de uma cidade!

António de Oliveira  
Valença — Minho

Deslocámo-nos à Caixa Nacional de Pensões, organismo responsável pela construção do Bairro da Previdência em Valença, onde nos informaram que as rendas são fixadas por um montante que permita reembolsar os custos do empreendimento ao fim de alguns anos e permita ainda à Caixa Nacional de Pensões uma taxa de 5 ou 6% de rendimento do capital empregue no investimento.

Assim foi construído o Bairro da Previdência de Valença, constituído por 54 fogos, para os quais foram fixadas as seguintes rendas:

Tipo	Número de fogos	Rendas por mês
III (4 assoalhadas)	38	1 200\$00
IV (5 assoalhadas)	16	1 350\$00

Caso o candidato não fosse beneficiário da Previdência, pagaria mais 200\$00. O concurso esteve aberto por 30 dias e a ele só se candidataram 2 pessoas, sendo uma beneficiário da Previdência e a outra não. Com base neste facto, o Ministério dos Assuntos Sociais por despacho recente, resolveu fixar as rendas pelo seguinte montante:

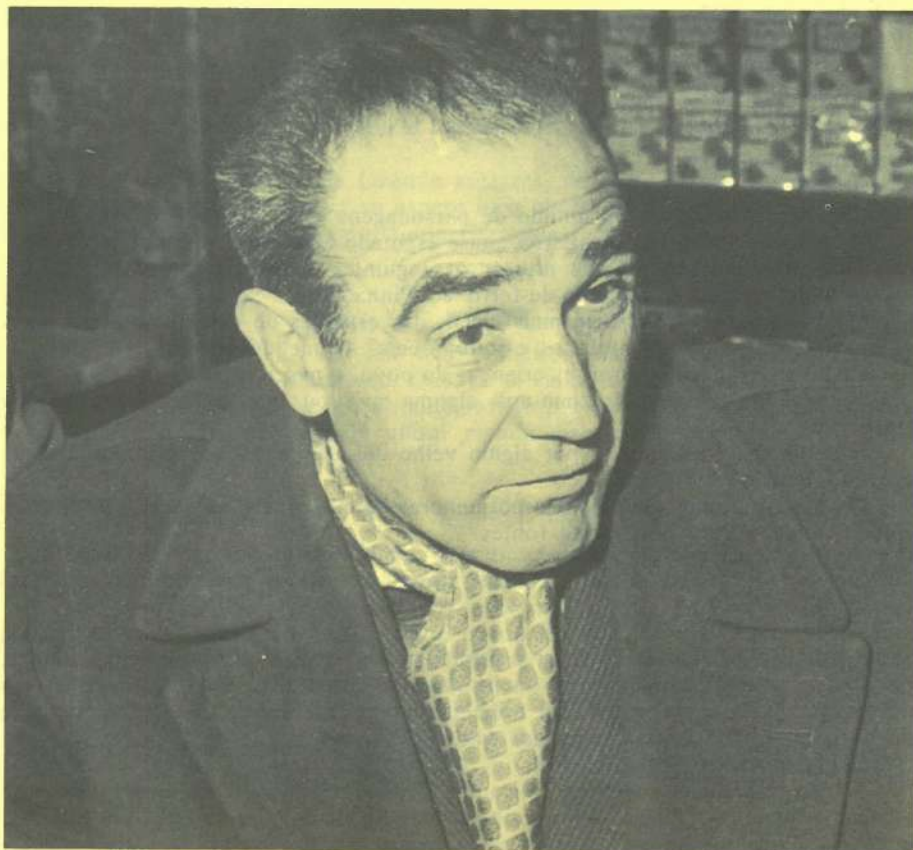
Tipo	RENDAS
III	990\$00
IV	1 170\$00

O concurso é aberto de novo, tendo sido o anterior anulado, pois não fazia sentido que os 2 únicos candidatos fossem prejudicados por este despacho.

Quanto às moradias de Viana do Castelo e de Matosinhos, fomos informados que se trata de bairros de construção mais antiga, sendo os concursos abertos com vista à reocupação de fogos vagos e para os quais foram mantidas as rendas antigas. Não houve portanto actualização das rendas iniciais.

Daí a diferença de rendas entre os vários bairros da Previdência.

Todas as pessoas interessadas em receber gratuitamente esta revista deverão fazê-lo saber, por carta, a O *Correio do Povo*, Ministério da Comunicação Social, Palácio Foz, Praça dos Restauradores, Lisboa 2.



**ALVES REDOL** foi, pela primeira vez, ao Douro colher dados para escrever o seu sétimo romance, *Porto Manso*, no início dos anos 40. Ficou-lhe, dessa estada, e do contacto com as gentes durienses, o desejo de voltar, para uma mais vasta colheita e uma mais longa permanência. Para realizar um «sonho»!

Esse sonho concretizou-se, mais tarde, entre 47 e 53, numa obra — o «Ciclo Port-Wine» — em três volumes, a que pôs títulos: *Horizonte cerrado*, *Os homens e as sombras*, *Vindima de sangue*. Uma obra que Redol quis que fosse um «monumento»! Mas logo no abrir do primeiro volume, o escritor adverte:

«Durienses,

«Sonhei erguer, com este ciclo de romances, um monumento à vossa epopeia, soberana entre as demais que o homem empreendeu. Ao concebê-lo, porém, esquecera-me de que vocês já o haviam construído na terra conquistada à fraga das montanhas e que as minhas limitações de escritor eram bem precário material para a realização de um sonho tão grandioso.

«Que este ciclo fique, pois, e somente, como um voto de gratidão pelo orgulho que me deram de pertencermos ao mesmo povo.»

Armado de sonho, de ambição e de modéstia, lançou-se Redol na tarefa, também ela gigantesca, de fazer o romance do Douro.

Conheci-o, então, em casa do meu pai, onde veio, como já viera para o *Porto Manso*, à preparação e, até, alguma escrita do seu Ciclo duriense.

Poderia, por ter seguido no seu exemplo e na sua convivência durante todos os anos que me levaram até um dia em que, no Rio de Janeiro, li num jornal a notícia da sua morte, que me privou dessa convivência mas não do exemplo, apresentá-lo aos nossos amigos do *Correio do Povo*. Infelizmente, mesmo um escritor como Alves Redol, vindo do povo, dedicando a sua vida à defesa dos interesses do povo, escrevendo para o povo, deixando ao povo, em herança, a sua obra, precisa de ser apresentado. De tal modo o fascismo deixou a nossa gente na ignorância da nossa literatura; e, quantas vezes, na própria incapacidade de juntar direito duas letras. Mas pude conseguir, junto do meu pai, alguns extractos de cartas que Alves Redol lhe escreveu, precisamente nesse período da feitura do «Ciclo Port-wine». Esses trechos dizem, muito melhor do que eu poderia dizer, quem era o escritor e o que foi a sua luta (que era a luta de quem, então, escrevia pelo povo contra os governantes fascistas), para pôr no papel, em honra do «monumento» duriense e dos «gigantes» que o construíram, o «sonho» que, desde a sua primeira ida ao Douro, nele se instalou.

Transcrevo, pois, os trechos das cartas referidas. E, em seguida, o primeiro capítulo do primeiro volume do «Ciclo Port-wine», *Horizonte cerrado*, ciente de que não terá a força cumprida de um conto; mas com a esperança de que deixará, em quem o ler, a vontade decisiva de continuar essa leitura.

ANTÓNIO TAVARES-TELES

16 de Agosto de 1947

Tenho aí no Pinhão uma Pensão ou taberna onde se arranje uma tarimba e umas sopas? É desta vez que me disponho a fazer o romance do seu Alto Douro.

21 de Outubro de 1947

Cá ando à volta de um mundo de personagens e de factos para alinhar os meus romances do Port Wine. Estou quase esgotado e em breve terei de repousar.

Terá possibilidades de me prestar os seguintes esclarecimentos?

Quando chegou o caminho-de-ferro ao Pinhão?

Qual o meio de transporte mais usual, das estações de caminho-de-ferro para as quintas, antes das camionetes e automóveis? Nome desses carros?

Como se explicava por aí, às crianças do povo, o nascimento doutros infantes?

Vinham de França, traziam-nos alguma ave ou que outras fantasias lhe ofereciam?

Sabe alguns pormenores, por algum velho daí, das consequências da cheia de 1909 no Pinhão?

Perdoe-me o questionário. São pormenores de que preciso confirmação directa, embora ande à cata por várias fontes.

7 de Novembro de 1947

Ainda não comecei a escrever o primeiro volume do Douro, o que não admira, porque se a região para dar um cacho de uvas precisa do saibramento e depois dessas mil e uma canseiras que o trabalhador aguenta, é natural que um romance do país do vinho se assemelhe em tratos e fadigas.

Estou a saibrar, calcule!

É uma trabalhadeira pasmosa, fatigante... Todos os dias lhe dou quatro horas de atenção e ainda pouco sei. Só um propósito me dá alento — o de fazer um romance que seja entre os meus livros o que o Douro é entre os vinhos: um romance «generoso».

Logo que haja alguma coisa para ser vista, diga-me, por favor. Conto aí aparecer ainda este mês, mas não sei exactamente quando. Os «cobres» andam curtos e as despesas aumentam, a pesar do nosso ministro das faturas nos encher com palavras.

27 de Novembro de 1947

Não vão bem os sintomas de certas perturbações que me passam pela cabeça. A minha vida é uma triste realidade, contra a qual não tenho forças para reagir ordenadamente. Precisava dum grande calma que não possuo — a calma dum estratega que tudo pensa e resolve a frio.

O livro está na mesma — isto é, sem uma linha escrita. E parece-me agora que o receio começar, porque nunca será aquilo que desejava oferecer ao Douro. Vencerei esta dúvida?...

Olho para trás de mim e julgo que tudo o que tenho produzido é falho de interesse. E pergunto por isso mesmo se valerá a pena continuar.

29 de Janeiro de 1948.

Escrevo-te no intervalo do meu trabalho no «Port Wine». Vencida a incerteza perante as proporções da obra, já iniciei o primeiro volume. Tive-lhe medo, sabes?... Não calculas o que isso representa?

Foi uma batalha dura que conto vencer, lembrando-me que as obras-primas não abundam e eu sou dos que não podem atingir essa meta. Queria oferecer ao Douro um monumento e dou-lhe alguns volumes — fique tudo pela boa vontade.

Quando der volta completa à primeira forma, irei aí para te ler e iniciar depois o trabalho definitivo.

Gostaria que me informasses das épocas em que plantam o bacelo e depois fazem o enxerto, a fim de confrontar pelos meus apontamentos.

30 de Março de 1948

Estou agora editor da «França» e, possivelmente dos outros meus livros. Os abutres tentaram cair sobre mim, ignorando que eu sou dos que não voltam a cara às tempestades da vida. Contos largos para uma grande conversa... O «Port Wine» está agora à margem. Não sei quando lhe pegarei tão cedo, embora conte levá-lo comigo, quando aí for pelas cavas. Peço-te que me avises de data certa, pois agora não posso perder um minuto.

8 de Julho de 1948

Se antes faltava o tempo, agora é um desastre.

Original para a «França», tipografia, papéis, pessoal, cobranças, etc., etc., etc... desorganizaram-me tudo. Já não tenho projectos com possibilidades de serem cumpridos.

Apesar do descalabro, vou fazendo milagres, de boa vontade e tempo, para o «Port Wine». Estou a revê-lo e só espero uma abertura da edição da «França» para subir ao Douro e ler-vos o «Horizonte Cerrado».

14 de Dezembro de 1948

O Horizonte Cerrado vai sair nos primeiros dias de Janeiro. Já está na tipografia e vai em bom andamento. Quando te calhar diz quantos desejas para aí. Vou fazer edição em papel especial, autografado por mim, de 100 exemplares para vender a 70\$00 cada. Se alguém quiser manda dizer para te guardar.

27 de Fevereiro de 1949

Desculpa a minha falta de notícias, mas um esgotamento tem-me impedido de o fazer, embora cá ande na minha ingrata lida de autor e editor.

Ando com saudades do Alto Douro e de vocês, mas não sei ainda quando poderei tirar uns dias para me meter a caminho.

Tentei iniciar o 2.º volume do ciclo, detive-me, porém, por todos os motivos que te aponto. Logo que leias o Horizonte, diz com toda a franqueza o que te parece. Sinto uma enorme angústia por quanto faço; preciso por isso mesmo de ouvir opiniões sinceras e amigas — por tal motivo mais exigentes ainda.

28 de Abril de 1949

Ainda não voltei a pegar na «Terra Mártir», porque a vida não me deixa lugar para as coisas que me dão real prazer. Vamos a ver quando será possível.

15 de Maio de 1949

Ainda não consegui recomeçar o trabalho na «Terra Mártir». A vida é cada vez menos o que nós desejaríamos que ela fosse.

20 de Agosto de 1949

O segundo volume do ciclo continua na mesma — e se não tivesse escrito o primeiro deixaria o encargo para outros. A empreitada é difícil e sem estímulos torna-se penosa. É que isto de fazer literatura a pensar em pagamentos de renda de quarto e comida, é tarefa superior a um cérebro já cansado e que não pode achar repouso.

Mas desta crise que atravesso algo tem de resultar. E depois se verá o quê.

24 de Setembro de 1949

O 2.º volume do ciclo está em «crisálida». Esboçado nas suas linhas gerais, com cerca de quatrocentas páginas escritas, tem necessidade de ser refundido na sua maior parte. A tarefa é a mais pesada de quantas me tenho proposto realizar — e as condições piores do que nunca. Contudo, não publicarei nada mais, sem que o ciclo do Alto Douro seja, dentro das minhas débeis possibilidades, o melhor que eu possa produzir. Não para glória minha que a não ambiciono, mas por gratidão e homenagem a essa terra heróica.

A minha angústia é maior quando penso, ou melhor, quando julgo possível fazê-lo a uma altura, embora modesta, e encontro os obstáculos das preocupações económicas a arrancarem-me as melhores horas e as mais vivas energias deste cérebro já um pouco fatigado.

Mas os limites da minha capacidade de trabalho não-de alargar-se, por força. E ou o ciclo Port Wine será o melhor produto do meu labor, até ao momento da sua publicação, ou se quebrará a pena modesta, mas honrada, de um escriba português do século xx.

1 de Janeiro de 1950

Acabei o 2.º volume do ciclo. Mantenho dúvidas quanto à sua imediata edição, uma vez que a venda de livros está quase completamente represada. É possível que me lance à tarefa do terceiro volume, aguardando para a edição de «Terra Mártir» melhores dias ou melhor oportunidade financeira da minha parte.

3 de Fevereiro de 1950

«Terra Mártir» está na censura; espero ir buscá-lo amanhã e não achar aborrecimentos de monta. A edição deve ficar para Setembro, salvo qualquer milagre inesperado.

1 de Janeiro de 1951

Entretanto cá prossigo, vencendo os inimigos exteriores e mais este que mora dentro de mim, dizendo-te que «heroicamente» refiz por duas vezes «Terra Mártir» e só agora o considero um romance digno do meu propósito: o de dar ao ciclo o meu melhor trabalho. Alterei quase tudo, para não dizer tudo, e modifiquei-lhe o título que será «Os Homens e as Sombras», reservando o outro, o primitivo, para o 3.º volume. A publicação deve ainda demorar, porque não me abunda o dinheiro e não procuro editor.

25 de Maio de 1951

... Mas só quem possa avaliar a minha vida — as exigências de ganhar o dia a dia, para mim e para a casa do meu filho; os 60 quilómetros quase diários das minhas idas a Vila Franca; os mil problemas do pequeno comércio e indústria portugueses, com os casos de consciência que se ligam às exigências de quem é obrigado a meter por este caminho para se não vender; o peso terrível duma saúde por vezes precária, etc., etc... E depois de tudo isto a literatura que são as minhas maiores cartas para todos os amigos, e onde eu lhes digo tudo aquilo que não posso dizer-lhes individualmente. Avalias, com certeza, o que tem sido o trabalho deste ciclo, que prometi a vocês dois, e a mim próprio, constituir o melhor da minha obra. O encadeamento dos aspectos mais diversos — os afectivos, os documentais, os económico-políticos e sociais, os psicológicos — tudo isto uma enxurrada de problemas que não posso largar ao deus-dará, tudo pesado, medido e ponderado em vários ângulos, enfeitando, muitas vezes, páginas e páginas que me traíram o conjunto, como este «Os Homens e as Sombras» que foi escrito três vezes. O material vastíssimo que tenho reunido e feito fichas daria, só por si, vários volumes. Há poucas semanas ainda li todos os jornais políticos de 1914 e 1915, os diários das sessões da Câmara dos Deputados e do Senado desses mesmos anos, e também recolhi os elementos para o enquadramento do problema do Douro nos grandes acontecimentos mundiais dessa época: desde as memórias do ministro inglês Grey às do embaixador russo em Paris, aos problemas balcânicos, à Tríplice Aliança, à política francesa e alemã, às manobras dos trusts internacionais. Nada neste mundo sucede por acaso — e então em problemas desta natureza — e é preciso vasculhar, apontar e fazer a interpretação de tão complexo manancial, de modo a que possa surgir aos leitores algum tanto do que é a verdade. A megalomania inglesa de ser senhora dos mares, um caminho-de-ferro distante do Cairo ao Cabo, a ocupação francesa de Marrocos, justificam aspectos da crise duriense. E onde está escrito e fundamentado este aspecto particular do grande todo que são os manejos imperialistas?!...

É preciso catar no meio duma floresta quase virgem os elementos para tudo isso. Têm de se ler páginas de Teixeira Gomes — nosso ministro em Londres — extractos de comícios no Ribatejo, saber quem são certos homens que afirmam certas coisas, e porque é que as afirmam, compreender, ou procurar compreender, os liames que vão de uns para os outros, até aos que estão ocultos e se não mostram nunca.

E a preparação para se chegar a este sentido de compreender que não há problemas isolados?! Quantos anos são precisos?! Quantas décadas para quem não teve cultura paga por outrém, e que só aos doze anos leu pela primeira vez um livro emprestado, porque na casa onde nasceu e viveu até aí, não se sabia o que era um livro quanto mais uma biblioteca?!...

Reparo agora que estou a falar demasiado no que tenho conseguido, eu que tantas vezes descreio em mim! Mas esta carta que meti à máquina para te dar notícias minhas, levou-me ao passado e às canseiras sem conta que nunca enjetei para chegar até onde estou aos 39 anos, embora devesse fazer mais e realizar melhor.

Depois vem-me logo a pergunta: realizar melhor como, se desde os 16 anos nunca comi um naco de pão que não fosse ganho por mim?

A tua amizade desculpa, bem o sei, o que outros poderiam julgar um enfartamento de vaidade. E não é disto que se trata, mas antes o reconhecimento de como o trabalho constante, a vontade de ser útil e o espezinhar a todas as horas de quase todas as solicitações, podem fazer de um pobre indivíduo um escritor, mesmo precário, como eu sou.

A opinião que me mandaste deu-me alento para continuar. Trabalho agora o terceiro volume — Terra Mártir — ou Vindima de Sangue? — do qual já devo ter escrito 1/6 daquilo a que se pode chamar o primeiro rascunho. O caminho está cheio de dificuldades mas conto vencê-las. Veremos se com êxito.

Perguntas-me quando irei ao Douro. Abalaria agora mesmo, se me fosse possível. Necessito até de passar uns dias perto de Valdigem ou Cambres para colher os últimos elementos que me faltam para o terceiro volume. Estou a tomar balanço para fazer a viagem. Não haverá por aí um dono de automóvel que venha a Lisboa e não se importe de transportar um homem de má-nota!?... Seria um empurrão para me decidir.

Entretanto, continuo com o propósito firme de a empreender de qualquer maneira.

Podes saber como me arranjarei para dormir e comer em qualquer das aldeias de que falo?

2 de Agosto de 1951

Continuo sem saber quando poderei voltar ao Douro — e já lá vão tantos meses!

Estou a tratar-me dum esgotamento, e só agora, mais de um mês decorrido, é que começo a ter conta em mim, apesar de nunca ter abandonado o trabalho de Vila Franca. Mas isto não se compadece com esgotamentos...

5 de Março de 1952

O romance está numa curva difícil e não caminha; parece que tomou receio à estrada. Andava a ver se ia até ao fim — na primeira fase de redacção, é claro e se depois arranjava quatro ou cinco dias para subir ao Douro.

27 de Agosto de 1952

A minha vida é agora, e ainda, a mesma destes longos meses que não me deixam uma folga para subir até ao Douro e abraçar os amigos. Espero, porém, dar um esticão a tudo isto e abalar até aí.

«Vindima de Sangue» vai agora a caminho do fim da primeira versão — designemos deste modo o borrão do romance. Já tem muitas e muitas páginas que considero definitivas, embora outras tantas necessitem de rectificações, mudanças várias e até cesto dos papéis. Gostaria de o publicar no fim deste ano.

19 de Novembro de 1952

Ando em revisão do 3.º volume do ciclo, contente algumas vezes, descontentíssimo noutras, embora a tipografia comece esta semana a imprimi-lo. Mas até ao fim há «espinhos» por arrancar, ficando ainda com a certeza de que tantos outros permanecem, como a avisar o pobre escriba que a literatura já se não pode fazer por amadorismo.

Acabo, porém, o ciclo com a impressão de que deixei nele o melhor que consegui até hoje — e lembro-me quase todos os dias, eu que sou um falhado de memória, naquilo que te prometi ao iniciá-lo. Tive vontade — sincero desejo mesmo — de subir até ao Douro e fazer uma leitura contigo e o Zé-Arnaldo.

6 de Fevereiro de 1953

Quería escrever-te já com «Vindima de Sangue» na rua, mas a tipografia trabalha em rodas de granito e não sei quando o volume chegará ao fim. Espero que chegue antes da primavera oficial. E depois me dirás das tuas impressões acerca do conjunto do ciclo.

Agora trabalho nas provas e nos afazeres profissionais, propriamente ditos, embora no cartão de identidade esteja averbada a minha qualidade de «escritor».

## HORIZONTE CERRADO

*por Alves Redol*

Enrolado numa saia que lhe dera a Maria Dolorosa, Luís continuava encostado ao parapeito do janelo, embora, o queixo lhe tremelicasse com o ar agreste da noite ponteadada de estrelas e nimbada por um luar macio que lhe dava ajuda na vigilância da estrada, onde esperava que surgisse o vulto desejado de um cigano com o seu macho ligeiro, ferindo de lume as pedras do caminho. Ele estava ausente das conversas do avô e do Fontelas, dos remoques do irmão e até do cheiro dos fritos

de abóboça-menina que a Maria Dolorosa vigiava ao lume da lareira. Toda a sua atenção estava presa na rua, donde só vinha um grande silêncio, talvez medonho, se tivesse que andar lá por fora.

O temporal dos últimos dias amainara — a chuva não fustigava os portais, nem o vento mugia nas telhas quebradas, vindo solto dos lados do Caedo para tanger, de mansinho, o sino da igreja. Só o taró apertara mais — devia haver neve no Marão, como lá para riba, na Terra Fria. E a aldeia descoberta, no alto dum monte rasgado por varandins de vinhedos, de mistura com calços arruinados de mortórios, suportava a braveza daqueles frios de navalha que corriam afoitos por ali.

— Fecha lá isso, neto — insistiu o velho Teimas. — Vem dessa banda uma aragem dos dianhos...

— Só mais um bocadichinho, avô.

— Já tenho as mãos garanhas... Queres matar-me?

— Não, avô. — E Luís voltou-se para dentro, contrariado com a conversa que lhe desviava a atenção. — Não deve tardar, com certeza, a menina apressada pelo meu pai na feira da Senhora do Monte.

Todos riram, e mais do que ninguém o irmão, querendo dar assim a entender que já não o enganavam com pataranhas daquelas. Luís ficou abespinhado, sentindo percorrer-lhe o corpo um grande calor de vergonha. Teve vontade de chorar só por raiva daquele Chico... E, mentalmente, repetiu a assoada com que a canalha mais miúda se desferrava das vezes em que ele corria o adro da igreja, com jeitos de vendaval, fazendo saltar os piões ou os pinos de jogar à malha.

O avô percebeu-o e quis deitar água na fervura, dizendo que talvez o cigano se tivesse perdido no caminho e só chegasse de madrugada.

— A 'nha mãe disse-me que vinha cedo; ela até se deitou de manhã para ir aquecendo a cama...

A mancha duma lanterna acesa surgiu num cabeço, mas logo desapareceu. Pelos montes que esborratavam a claridade da noite, uma ou outra luz lembrava cortelhos isolados ou quintas distantes. Mais ao longe, e para além do Douro, lúmes acesos de outros povos perdidos nas dobras dos montes pareciam agora pregados no céu, como luzeiros de estrelas.

Maria Dolorosa voltou para junto de Luís e apertou-o nos braços, querendo afastar-lhe o amuo e defendê-lo do frio; ele pôs-se em bicos de pés, sobre o banco, encostando, agradecido, a cabeça ao ombro da rapariga.

— Aquele Chico larico...

— Deixa-o lá. Ele tem ferro é que eu goste de ti.

E aquela certeza venceu a sua ira pelo irmão. Era uma graça que se contava naquele sítio do povo, a do Luizito do Teimas dizer-se noivo da Maria Dolorosa e ter feito cena de ciúmes quando um dia lhe parara à porta um rapazola de Valença que por ali deitara nas últimas vindimas. «Já a morte tem vícios», comentaram as velhas nas conversas e risadas dos portais.

Mas Luís lá se achava com as suas razões. Em seu entender, se ela o ia despir todas as noites, dando-lhe um beijo de despedida, e se ele gostava de a ver sorrir-lhe e animá-lo com aquela voz que parecia guardar o gorjeio dos pássaros mais cantaroleiros do Douro, é porque entre os dois haveria casamento concertado, lá mais para diante, quando ele fosse capaz de puxar o cabo duma ranhola nas cavas das vinhas, carregar um cesto vindimo ou entrar na corta dum lagar.

Encostar-se agora ao seu ombro era ter a melhor ajuda para que a fantasia lhe não faltasse. E idealizou um cigano a primor, daqueles que vira na festa da Pesqueira, a correr burricos, machos e cavalos a ponta de chicote.

— Se calhar, o macho vem com campainhas... E a cabeçada deve ser como a do cavalo daquele almocreve que veio vender panos pela Senhora da Ribeira. Lembras-te?!... Tinha umas risquinhas de muitas cores e umas vassourinhas de pano que batiam-batiavam quando o garranote andava. E a manta do albardão?... Era mais bonita que a do fidalgo da Casa Grande. Mais bonita, sim. Se a visses ao pé, como eu...

E ficou-se à espreita, mais senhor daquele deslumbramento que a imaginação lhe oferecia.

Proseguiu depois, baixando a voz.

— Tu achas que o cigano vem? Ainda o não oiço...

— Só a tua mãe o pode ver, Luís. É que lhe podiam roubar o menino...

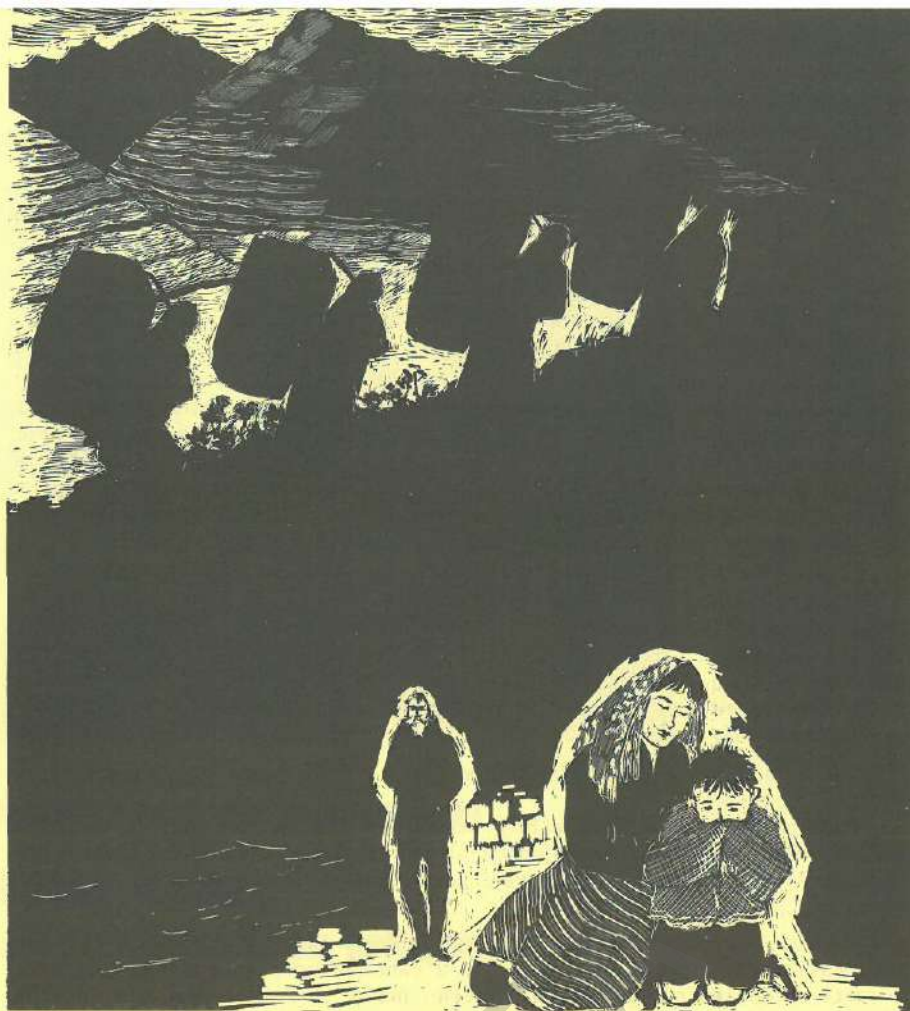
— Não é menino, é menina. Pedí ao meu pai e ele disse que sim, que mandava trocar. Quero uma menina para ir comigo à escola e andar na brincadeira. Depois quando formos grandes... assim grandes com'a ti, hei-de levá-la a todas as festas, até à Senhora do Socorro e aos Remédios havemos de deitar.

— Então já não casas comigo? — perguntou Maria Dolorosa para o ouvir.

— Vamos os três, pois. Rai me pele se não ganhar para irmos a toda a banda!

Depois ficou calado, por instantes, azedado de novo com as gargalhadas do Chico, porque se lembrava agora do que lhe dissera o Fatinário, o filho do Chasco carreiro. E não ficou descansado com aquela dúvida que voltava a animá-lo.





— O Fatinário é maluco, pois não é?... Disse-me que não acreditasse nessa história de a menina ser encomendada na Senhora do Monte.

— Ele é tolo...

E Maria Dolorosa sorria.

— Que era o meu pai e a 'nha mãe... Por isso é que ela tinha deitado aquele corpo todo.

— Deixa-o falar — respondeu a rapariga, já perdida de riso.

— Mas olha que o Fatinário sabe muita coisa! — disse Luís, ainda desconfiado. — Conhece os pássaros todos que cantam e não há terra das duas bandas do Doiro onde não tenha deitado. — E, fixando bem Maria Dolorosa, tentou perceber o que o seu rosto lhe dizia. —

— Não me estás a enganar, pois não?..

O avô insistiu na sanfoia da janela aberta, e ela teve de convencer o rapazito a deixá-la fechar, com o pretexto de que o cigano não chegava, porque o via ali e tinha receio de se aproximar do povo.

Luís não ficou muito convencido, mas acedeu. Foi sentar-se no outro lado da lareira, longe do irmão que já cabeceava, e quis prestar toda a atenção à conversa do avô e do Fontelas para não adormecer.

— Se todos fossem como eu, não entrava no Doiro um almude de vinho do Sul — dizia o velho. — É como te canto! Vinhos há muitos... há, pois... Em qualquer banda uma cepa se agarra; mas do nosso, criado na fragaria...

— É verdadeiro sangue de Cristo — interveio o Fontelas, num menear de cabeça, enquanto enrolava o tabaco na mortalha.

— Mais do que isso!... Vinho do Doiro é sangue dos homens. Sangue dos homens, pois!...

Os seus olhos azuis, cansados de verem o mundo, acenderam-se no rosto magro e esverdeado das últimas maleitas. Passou os dedos ossudos pelos bigodes espigados e descaídos, deixando-os correr até à ponta do queixo, e ficou a olhar os netos com ternura. Depois franziu a testa, num jeito muito seu de preocupações, e bateu no ombro do Fontelas, que seguia o cirandar da filha, na preparação da ceia.

— É praga antiga que se roga por aí: Deus te dê um filho estudante e uma quinta no Doiro. E é bem certo. A gente agarra-se à terra... Eu já não sei bem, mas talvez seja ela que nos prende ainda mais do que às árvores. Se vem um porradão de vento; uma árvore desenraiza-se; um homem que se mete com vinhas, nunca mais as larga, haja o que houver: é uma sina...

— Quando os homens se chamam Teimas — interveio o Fontelas.

— Puseram-me a alcunha quando não quis abalar daqui... E sabe-me bem ouvi-la, porque os que fogem no meio do temporal nasceram com sangue sem tripas. São como os vinhos brandos, que nem a aguardente os aguenta.

Os netos dormitavam, de cabeça deitada sobre a mesa. António Teimas olhou-os com ternura.

— É o que te digo, Fontelas; e a tua filha que o oiça. Se todos fossem como eu, esses fazedores de vinho a martelo não metiam aqui uma lágrima que não fosse do nosso. O Jerónimo havia de contar com a gente, quando se metesse a fazer vinho fino com essa zurrapa do Sul, misturada com aguardente pra lhe dar força, baga de sabugueiro pra lhe emprestar cor e açúcar pra que tenha doçura.

— É vinho como os fumadores por conta doutros: pedem o papel, o tabaco e até a acendalha. E a gente que se amole sem trabalho.

— Porque vossemecês querem — reforçou o velho, com firmeza no olhar. — Se as novidades são mal pagas pelos comerciantes e se a maior parte dos pequenos lavradores tem de ficar com elas na vasilha, como querem vossemecês arranjar trabalho?... Os granjeios fazem-se de fugida, quando se fazem: os poucos dias de jorna que podemos dar são mal pagos, e os que não arriscam com a terra uma baga de suor, nem uma hora de ralações, continuam a viver na grande lá prá Régua e plo Porto, ou aqui mesmo nas nossas barbas, que ainda é pior.

— Mas eles que não abusem — interveio o Fontelas de rosto sombrio.

— Não têm feito outra coisa. Já se pediu ao rei que olhasse prá gente, dizem por aí. Mas o rei está em Lisboa e Lisboa é Sul... Terras de pouca-vergonha e de maganas, onde nem sonham o que passa um homem do Doiro, pra lhes dar uma golada de vinho que mal sabem beber. Isto é lá gente!...

O velho levantou-se, depois de esfregar as pernas trôpegas, e foi aquecer as mãos na fogueira.

— A hora tarda — disse Maria Dolorosa. — Tinha graça se a criança nascia mesmo à meia-noite.

— Era como Cristo. E cruz bem pesada lhe vai cair nos ombros — juntou António Teimas. E depois de uma reflexão momentânea: — Já se faz tarde... tens razão. A Elvira bem sofreu desta vez; pôs-se para aí magra que nem um canelo velho...

— A chuvada é que deu conta dela — reforçou o Fontelas, tapando o Luís com o seu casaco de remendos. — Meter-se a caminho com uma manhã assim...

— O vinho não manda chover, homem, manda andar, era um dito do velho fidalgo, que Deus tenha a sua alma em descanso. Depois de ter a criança, enrija. Com a Ana Sarrifa à sua beira tudo há-de correr bem.

Passaram uns instantes sem conversa. o velho foi afagar os netos e voltou a sentar-se no seu lugar. O reco começou a grunhir na loja e logo o Fontelas pegou no balde da vianda, dirigindo-se para a porta.

— Porcos com frio e homens com vinho... é barulheira certa.

Antes, porém, que a abrisse, outra mão dera volta ao trinco pelo lado de fora e um vulto entrou de rompante.

— Alguma novidade, Francisco? — perguntou o velho, mal viu no rosto do filho o sinal de preocupações.

— A Ana não s'entende com aquilo; vou chamar o doutor. Se a Dolorosa pudesse lá chegar...

— É pra já, homem — acúdiu o Fontelas, pousando o balde à entrada da porta. — E se quiseres vou eu plo doutor.

— Não, obrigado; não tenho coragem pra ficar à espera.

E saiu enrolado no gabão. O pai seguiu-o a manquejar até à ombreira; dali ficou a ouvir-lhe os passos e a acompanhar a mancha da luz da lanterna. Depois ergueu o olhar para as estrelas que adivinhava no céu, lançando-lhes uma súplica muda.

Um coro de Natal foi crescendo no silêncio, como uma prece trazida pela aragem que corria os capelos dos montes. E aquele som espalhou-se por sobre as casas da aldeia, querendo servir a todos na mesma paz daquela noite; mas em muitos cortelhos a lareira não se acendera, porque nada havia com que fazer a ceia. Os vinhos não se vendiam e o trabalho era raro na Terra Quente.

O coro, porém, ia sempre de quebrada em quebrada, agora mais forte, porque outras vozes desesperadas se lhe juntavam, e essas pareciam mais um clamor do que uma súplica.

O velho Teimas voltou pra dentro, em passos lentos, foi sentar-se no banco com os olhos cerrados e ficou assim, esquecido, por largo tempo, a bichanar uma oração, com a cabeça apertada entre as mãos trémulas e magras.

*Foi nascer a Belém,  
Numa triste manjedoura,  
Onde ao Divino Infante  
O boi bento cobria  
E a mula descobria...*



## Na hora da independência de Moçambique Presidente SAMORA MACHEL, aos intelectuais e revolucionários portugueses

# Deixem os discursos e vão à prática

Importante entrevista concedida por Samora Machel a Joaquim Letria, foi transmitida pela RTP no programa Teledomingo. Importante, e não só por ser a primeira que o «leader» da Frelimo concedeu a um jornalista português. Samora Machel foi, de facto, uma surpresa para quantos acompanharam menos bem o desenvolvimento da luta em Moçambique e correspondeu amplamente àquilo que dele pensavam outros mais bem informados.

Joaquim Letria começou por perguntar-lhe como se sentia neste regresso a Moçambique.

«Regresso?» — disse Samora — «Como é que me sinto depois deste fim da guerra. Tira o regresso. Regresso? Eu nunca saí! Ganhei a guerra porque sempre estive aqui dentro. Agora estou a visitar as bases que permitiram o desenvolvimento da luta em Moçambique que permitiram a criação da consciência nacional, que permitiram a consolidação e desenvolvimento da unidade nacional, da linha política, da nossa estratégia e da visão global do mundo. É por isso que eu visito as bases, não regresso. Eu estive sempre aqui».

### PORTUGAL - MOÇAMBIQUE RELAÇÕES EXEMPLARES

JL — O camarada presidente falou de um novo tipo de relações com Portugal, no futuro. Disse isso ontem ao visitar, e ao falar ali, no infantiário. Que tipo de relações...»

SM — Durante 500 anos, as relações entre Portugal e Moçambique eram relações de colonizador e colonizado. Portanto, e como Portugal é um País europeu e Moçambique é um país africano, infelizmente pode-se confun-

dir com facilidade o colonialismo com a cor: É isto que nós queremos sublinhar bem aqui: pode-se confundir facilmente o colonialismo com a cor e nós, infelizmente, fomos colonizados por um país europeu, de cor branca. É como se não pudesse existir outro tipo de colonialismo, quando o colonialismo podia ser um colonialismo negro. Portanto, nós queremos, primeiro, eliminar completamente a confusão sobre o colonialismo e o povo. Nós temos relações, desde início, com o Povo português, mas essas relações estavam

bloqueadas pelo colonialismo. Portanto, o nosso povo não tinha contacto directo com o Povo Português, e nós queremos que as relações de amizade, de cooperação, no domínio político, cultural, social, se estabeleçam ao nível do povo, não ao nível do indivíduo, não ao nível, somente, de Governo. Por isso dizemos: nós queremos estabelecer novo tipo de relações com Portugal, e relações essas exemplares para o mundo».

JL — Nos seus discursos, aqui, referiu-se «a ambições possíveis e futuras a lutas ou contradições...»

SM — Essa luta de classes. É a existência de classes e a luta de classes. E essa luta é uma luta permanente. Nós não a podemos ignorar de forma nenhuma e confundir a vitória militar com a vitória política e dizemos: porque acabou a guerra, nós eliminamos a luta de classes. A luta de classes mantém-se».

### A POLÍTICA COMANDA AS ARMAS

JL — «Portanto, quando fala nisto às populações, é porque a luta continua?»

SM — A luta continua! Agora: como consolidarmos o poder popular? É por isso que dizemos: a luta permanecerá. Luta de mentalidade nova, de criar o homem novo que construirá a sociedade nova. E isso exige um combate, um combate ao nível de estruturas, ao nível de relações, de pontos de vista político, com o povo e entre nós e, sobretudo, governo e partido. Há tendência geral, tendência humana, vamos dizer, de projectar muitas das vezes o governo e esquecer o partido. O partido é que deve dirigir o Governo. Como fizemos durante a guerra. A política dirigiu as armas, não foram as armas que dirigiram a política. E, portanto, todas as contradições no nosso seio, foi possível resolvê-las recorrendo à prática, recorrendo ao povo, que é uma fonte inesgotável: tem soluções para qualquer tipo de contradições. É a nossa força principal, essa: o povo. Por isso, dissemos no nosso discurso ontem: quaisquer contradições que encontrarmos lá, de novo viremos ao povo. E o povo saberá conduzir-nos».

### NÃO HÁ FUZILAMENTOS

JL — Também aqui, o presidente Samora Machel tem apresentado o caso de Lázaro Kawandame e de outros traidores do povo moçambicano, como exemplo às populações. Disse que não foram mortos, que não morreram. Por outro lado, também algures e aqui há algum tempo, recorde-me de ter lido que o presidente Samora Machel afirmou que Moçambique será um país sem prisões. O que vai acontecer com os presos políticos?

SM — Não termos prisões? Primeiro, durante a guerra, nos momentos difi-

ceis, evitávamos resolver questões políticas por métodos administrativos. Questões políticas, soluções políticas. E não há questões administrativas que não tenham implicações políticas. Por isso pensamos que nós não devemos recorrer aos métodos administrativos para resolvermos questões políticas. E, em segundo lugar, evitamos corrigir ideias erradas utilizando o cano de arma. Evitámos. Teríamos permitido criação de assassinos no nosso exército, que não respeitariam as vidas humanas. Nós evitámos isso. Não queremos. Fuzilamentos não existem na nossa guerra. Não fuzilámos. Todos os prisioneiros, agentes infiltrados, recrutados no nosso seio, estão vivos até hoje. Nós pensamos que só há prisões onde há banditismo, roubos, isto e aquilo.

E porque é que há isso? O sistema é que prepara. E nós temos um sistema para destruir, precisamente, a existência de banditismo, de ladrões e de outro tipo de malandros. Portanto: o trabalho político e o trabalho ideológico. Acharmos que é o instrumento fundamental para transformar o homem. Todo o homem se transforma. Não é preciso prisão paredes.

JL — Portanto, esses homens estão a ser reeducados...

SM — Estão sendo reeducados. Há reeducação. Há reeducação, no seio do povo, discutindo, trabalhando com o povo. Para o povo provar que está correcto, sempre, e eles estão errados. Por isso virão ao povo, vão receber lições ao povo.

## A FACE DA ÁFRICA AUSTRAL JÁ ESTÁ MUDADA

JL — Recentemente, o presidente Sa-

mora Machel, em Nashingwea, disse que a face da África Austral se irá transformar em breve...

SM — ... e já está, já está. Há novo tipo de relações, mesmo incluindo a África do Sul.

JL — O que é que vai acontecer com um vizinho tão poderoso e...

SM — ... Qual? Qual?

JL — ... e não amigo, como a África do Sul?

Não é poderoso! A África do Sul vai mudar a sua política. A África do Sul vai mudar a sua política! A África do Sul não precisa de guerra! A África do Sul vai mudar o sistema. Rodésia, nem falar, não precisa de falar. Rodésia não.

JL — Fala por si.

SM — É um caso imediato, estou convencido. O tipo de relações, a face da África Austral, está mudada já. Não é preciso guerra. E Moçambique será modelo para isso. Os homens de todas as raças, de todas as cores, é possível conviverem. Só isso. Só isso e trabalho. E já é possível para a África do Sul. Nós, vivendo junto, trabalhando juntos, discutindo juntos, trabalhando juntos. Modifica relações, e já é combate, isso. Não é preciso arma. Trabalho político. E o nosso país, pensamos, vai ser modelo para isso. Não acha?

JL — Acho. E as novas relações de Moçambique independente com a Tanzânia...

SM — Com a Tanzânia já estão desenvolvidas.

## MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA

JL — Para acabar, podia só dirigir umas palavras ao Povo Português?

SM — O que é que direi ao Povo Português? Ainda não determinou bem a linha. Não sabemos para que direcção vai o Povo Português. E não sei se tem poder. Eu diria ao Povo Português para fazer o combate para se libertar. Apoiar a linha justa que penso que vai ser estabelecida em Portugal. Mas essa linha, orientada profundamente para melhorar as condições do Povo Português. Antes de tudo, melhorar as condições de vida do Povo Português, que esteve oprimido durante 40 anos. Não se permitiu nenhum desenvolvimento em Portugal. E pensamos que com a mudança, mudança no mundo (os ventos sopram fortemente e vocês estão ali, apesar da Espanha ser fascista ainda), temos a certeza de que vai mudar: o povo vai tomar o poder lá. E poderia dizer aos pequenos intelectuais de Portugal para irem à prática, deixar os discursos e irem à prática...

JL — ... e o café, como o presidente disse há pouco...

... e frequentarem menos os cafés e os «ice-creams». Trabalhar com o povo, consciencializar o Povo Português, esclarecer o Povo Português. Que não está livre. Isso é que é. Esclarecer o povo. Mas, para isso é necessário quadros conscientes, que tenham consciência nacional. Que Portugal está atrasado e a guerra trouxe um maior atraso para Portugal, para o Povo Português, e fazer com que se arranje emprego para o Povo Português, melhorar as condições de vida do Povo Português. Nós insistimos: condições de vida. Pelo menos ter hospital, ter roupa, ter lugar para dormir e ter comida. O Povo Português necessita disso. São coisas imediatas. Depois, o resto.

# Lei do arrendamento

Eu e minha esposa temos 77 anos de idade, sendo o nosso sonho de sempre ter uma casa nossa onde terminar a vida e que nos possibilitasse um rendimento para as necessidades do agregado familiar, composto pelo casal e por uma filha solteira com 52 anos de idade, que nos quer fazer companhia enquanto formos vivos.

Para que o nosso acalentado sonho se tornasse concreto, trabalhamos muito, fizemos muita poupança, nada de coisas supérfluas e vida muito equilibrada, até que em 1971, enfim, vimos o nosso sonho concretizado com a nossa casa construída, a qual, é composta por três habitações, indo nós ocupar uma e alugamos as duas restantes.

Já em 1971 o rendimento recebido era insuficiente para os gastos do

dia a dia, despesas com médicos, remédios, etc. etc., mas enfim lá se ia vivendo, esperançado de ao quinto ano de arrendamento, como era de Lei, beneficiarmos de um aumento de renda de acordo com o inquilino ou por uma avaliação fiscal.

Ora isto foi em 1971, mas agora!... agora com o alucinante aumento de tudo o que nos é necessário, os senhorios pequenos e pobres — e eles são tantos — que pela impossibilidade de tratamento médico e insuficiente alimentação, se lhes depara um fim de vida muito sombrio.

Eduardo da Silva Baptista  
Aveiro

A Secretaria de Estado da Habitação e Urbanismo informou-

-nos que segundo o Decreto-Lei 445/74, de 12 de Setembro:

— Foi estendida a todo o País a proibição das avaliações fiscais, que eram realizadas de 5 em 5 anos, com vista à actualização de rendas de prédios destinados a habitação;

— Só poderá haver alteração na renda, se houver novo contrato de arrendamento; salvo para as rendas fixadas por contrato posterior a 31 de Dezembro de 1970, as quais não podem ser superiores às fixadas no anterior arrendamento. As rendas fixadas até 31 de Dezembro de 1970, poderão ser alteradas por novo contrato de arrendamento, mas não poderão exceder certos limites resultantes da aplicação de determinados coeficientes, indicados no decreto-lei, às rendas anteriores.

No entanto, a Secretaria de Estado da Habitação e Urbanismo salientou que o decreto-lei atrás referido está a ser alvo duma revisão por parte do Governo e que se espera saia em breve.

# Alqueva

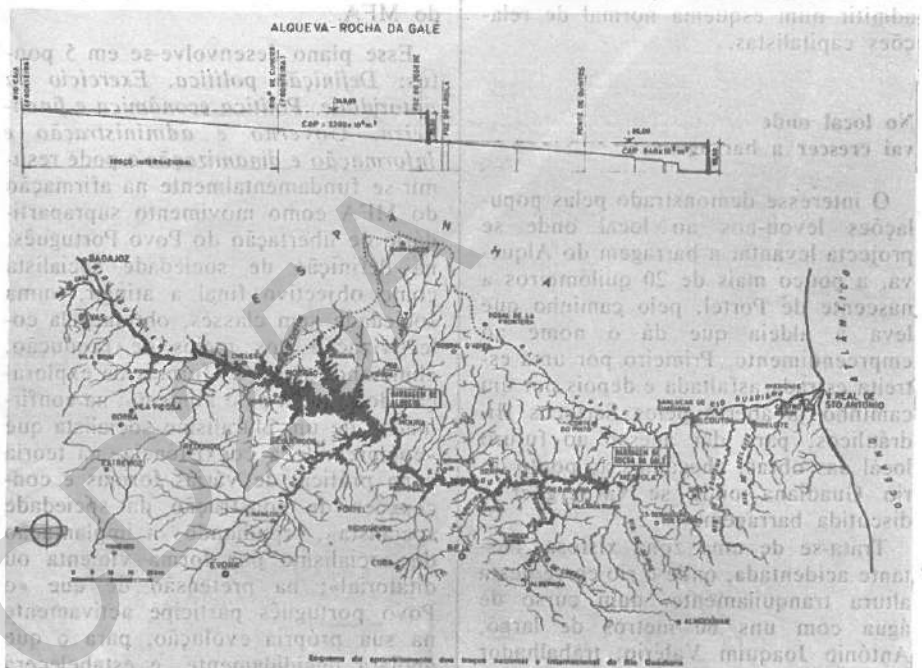
## esperança e desafio para trabalhadores alentejanos

A barragem do Alqueva e todo o complexo hidroeléctrico a que ela dará lugar surgem neste momento aos olhos das populações mais esclarecidas do Alentejo como uma esperança e como um desafio. Sem a realização da tão discutida obra de engenharia hidráulica não será possível pensar-se — dizem uns — na solução dos graves problemas económicos da região, assim como se tornam aleatórias todas as pseudo-soluções de abastecimento de água às localidades, como se demonstra com o caso de Évora e da sua barragem do Divor. Com a promessa de vir a possibilitar a rega de 153 mil hectares de terrenos ora mobilizados por culturas de sequeiro, ou simplesmente improdutivos, a barragem produziria ainda energia eléctrica para satisfazer as necessidades de uma certa zona agrícola

Para José Baptista Soeiro, do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Beja, as obras ainda não começaram «por evidentes razões de ordem política». E concretiza: «Antes do 25 de Abril eram os grandes agrários que se opunham a uma obra com esta dimensão, porque sabiam que ela ia alterar completamente as estruturas na região. Agora há ainda muita gente que está interessada em travar o avanço da revolução. Os projectos apodrecem nas gavetas, os centros de decisão continuam emperrados pela burocracia. A história do costume. Fala-se da barragem há muitos anos. Os estudos estão prontos, mas não se anda. Isto apesar de toda a gente saber que se trata de uma obra vital para o desenvolvimento do Alentejo e, consequentemente, para o progresso económico do País, para a batalha da produção em que todos estamos empenhados».

### Muitas localidades sem água

Para este dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Beja, o abastecimento de água às populações, de Évora a Mértola é um dos problemas mais graves que o Alentejo vive hoje, e que ficaria solucionado com a construção do complexo das barragens do Alqueva e da Rocha da Galé. Évora já no ano passado esteve à beira de ficar com o abastecimento reduzido a zero e este ano talvez ainda venha a ter maiores dificuldades. Em Beja as coisas não são, de forma alguma, mais fáceis. Mas a opinião de José Baptista Soeiro encontra-se por todo o lado. Pode até dar-se o caso de haver algumas desvantagens na construção da barragem, mas a verdade é que as populações se encontram convencidas de que ela não foi construída durante o fascismo por razões políticas, assim como é, por razões políticas, que se retarda o início dos trabalhos.



O mapa mostra, na mancha a negro, a extensão do lago que vai ser criado pelas barragens do Alqueva e da Rocha da Galé. Lago que transformará o panorama económico e social do Alentejo

Ao que parece, os que opõem algumas reservas à construção do complexo do Alqueva filiam as suas dúvidas no receio de que as águas do Guadiana possam vir a ser retidas em Espanha, nas barragens que o Governo do país vizinho decidir fazer ao longo do curso do rio, para irrigação de vastas áreas da Andaluzia. Nestas circunstâncias, em anos de seca, o nosso complexo poderia ver reduzida grande parte da sua capacidade produtora, com grandes repercussões na economia de toda a região que vai beneficiar.

É fácil de calcular, por exemplo, quais seriam os prejuízos que resultariam para o sistema nos anos em que as duas barragens (Alqueva, em Portel, e Rocha da Galé, em Mértola) só pudessem garantir água para metade da área. No Alentejo, todavia, as pessoas julgam-se bem informadas e afirmam que

esta hipótese não se põe e que os cálculos já efectuados demonstram a plena viabilidade do projecto.

Os estudos feitos parece que apresentam uma estimativa de garantia de rega da ordem dos 90 por cento, que é superior à garantia normal em obras similares, a qual é da ordem dos 70 por cento. Por outro lado, os estudos já efectuados, quer pela Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos, quer por empresas especializadas, parece que garantem uma rentabilidade do investimento calculada em 8,3 por cento.

Além do fornecimento de água e energia ao complexo industrial de Sines, à transformação do agreste clima do Baixo Alentejo e da criação de vastas reservas de peixe nas gigantes cas albufeiras, com influência muito considerável na melhoria do nível ali-

mentar das populações, as barragens do Alqueva e da Rocha da Galé contribuiriam ainda para reforçar as reservas subterrâneas de água em certas zonas da região, tornando possível o recurso à abertura de furos artesianos para resolver muitos problemas de rega, abastecimentos de água às populações e abertura de unidades industriais de transformação dos produtos da terra.

### Lago com 140 quilómetros de comprimento

As barragens do Alqueva darão origem ao mais comprido lago artificial da Europa Ocidental, pois vai de Mértola a Elvas, numa extensão de 140 quilómetros. A existência de um lago tão grande dará lugar, seguramente, ao aparecimento de uma indústria turística.

ca, a que já se faz referência no relatório apresentado há meses pela Câmara Municipal de Moura, no qual se chamava a atenção do Governo Provisório para a necessidade de se acelerarem os estudos finais do empreendimento.

Segundo veio à lume no último fim-de-semana nas páginas de um semanário de Lisboa, os estudos a que se referia o relatório da Câmara de Moura devem ficar concluídos ainda este mês. Competirá depois ao Conselho de Ministros tomar a decisão de fazer arrancar os trabalhos. A primeira fase da obra poderá estar concluída ao fim de sete ou oito anos, mas o complexo só ficará pronto, em toda a sua extensão, dentro de vinte anos, se entretanto a dinâmica da revolução não criar condições para que os trabalhos se desenvolvessem a ritmo mais rápido, difícil de admitir num esquema normal de relações capitalistas.

#### No local onde vai crescer a barragem

O interesse demonstrado pelas populações levou-nos ao local onde se projecta levantar a barragem do Alqueva, a pouco mais de 20 quilómetros a nascente de Portel, pelo caminho que leva à aldeia que dá o nome ao empreendimento. Primeiro por uma estreita estrada asfaltada e depois por um caminho já aberto pelos Serviços Hidráulicos, para dar acesso ao futuro local das obras, chegámos ao ponto do rio Guadiana onde se vai erguer a discutida barragem.

Trata-se de uma zona xistosa, bastante acidentada, onde o rio corre nesta altura tranquilamente, num curso de água com uns 60 metros de largo. António Joaquim Valério, trabalhador que permanece no local por conta da Companhia Portuguesa de Electricidade, diz-nos que a profundidade do rio, naquele ponto, deve ser de uns 16 metros. A barragem vai ser levantada entre duas montanhas que, no coroaamento, se afastam uns 250 metros. Quer dizer que a barragem é relativamente pequena para o lago a que vai dar origem. O paredão de betão que vai ser construído ficará com a altura de oitenta metros, incluindo os 16 agora submersos pelas águas do rio.

No local encontra-se neste momento uma sonda, que procede mais uma vez à recolha de amostras de terreno, para se completarem os estudos sobre a resistência e permeabilidade do assento da barragem. No lado oposto, a poente, é que deverá ser aberta a galeria de desvio do curso do rio, para se efectuarem as obras. Esta galeria contorna o leito natural do rio e vai reencontrá-lo uns 500 metros mais ao Sul. Numa primeira fase poderão ter que trabalhar neste grandioso empreendimento cerca de 1.500 homens.

## Última hora

# M.F.A. suprapartidário e organizações populares unitárias de base

## no plano de acção política do Conselho da Revolução

Após ter estado reunido, durante cerca de uma semana, o Conselho Superior da Revolução aprovou e tornou público o plano de acção política do MFA.

Esse plano desenvolve-se em 5 pontos: *Definição política, Exercício da autoridade, Política económica e financeira, Governo e administração e Informação e dinamização* e pode resumir-se fundamentalmente na afirmação do MFA como movimento suprapartidário de libertação do Povo Português; na definição de sociedade socialista como objectivo final a atingir, «uma sociedade sem classes, obtida pela colectivização dos meios de produção, eliminando todas as formas de exploração do homem pelo homem»; na confirmação de um pluralismo socialista que «compreende a coexistência, na teoria e na prática, de várias formas e concepções de construção da sociedade socialista», repudiando «a implantação do socialismo por forma violenta ou ditatorial»; na pretensão de que «o Povo português participe activamente na sua própria evolução, para o que apoiará decididamente, e estabelecerá ligações, com todas as organizações unitárias de base», que «constituirão o embrião de um sistema experimental de democracia directa»; na «determinação em fazer cumprir integralmente os termos da plataforma de acordo constitucional»; em prosseguir uma política de independência nacional; em reforçar e firmar a autoridade revolucionária do MFA; no esclarecimento da situação económica, «grave mas não alarmante», e no reconhecimento da necessidade de adoptar: a) medidas imediatas pontuais; b) estratégia de desenvolvimento económico, definida em função dos três pontos críticos: balança de pagamentos, desemprego e independência económica; c) configuração dos sistemas político-económicos, incluindo a discussão de alguns pontos, entre os quais o «controlo organizado da produção pelos trabalhadores, mobilização local para o desenvolvimento, etc.».

Em matéria de Governo e Administração, a descentralização é a ideia mestra. O MFA considera que, na

fase actual da Revolução, é extremamente importante e talvez decisivo o fortalecimento e dinamização das estruturas populares unitárias de base, como factor determinante da unidade popular e da superação das contradições ao nível das estruturas políticas de topo.

No que se refere à Informação, reconhece o CSR que é urgente uma «mobilização e consciencialização» que só serão possíveis através de uma política de informação que prevê, inclusive, «a transformação de um ou mais jornais diários, já actualmente pertencentes virtualmente ao Estado, em órgãos cujo noticiário e doutrina reflitam, naturalmente, as posições do MFA»; e afirma a sua crença de que «a liberdade e a opção socialista não são incompatíveis mas é necessário que o exercício de uma não limite a existência da outra».

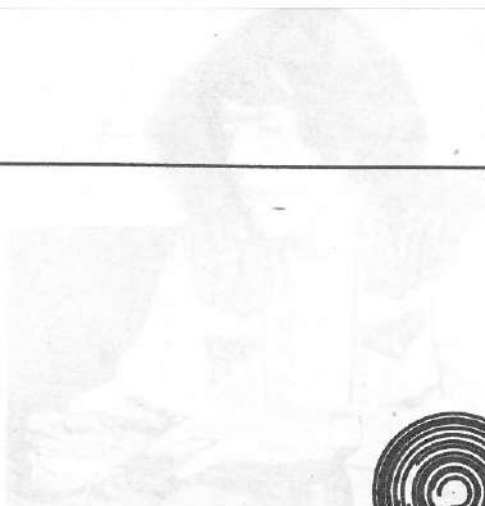
Termina o plano afirmando, no seu último parágrafo, no que diz respeito à Dinamização:

A mobilização do Povo Português para a via socialista exige, além de uma nova política de informação, uma acção dinamizadora constante que, pela presença e pela prática, torne visíveis e operantes as recomendações e programas emanados dos órgãos centrais.

Para tal é necessária uma acção intensa e eficaz de dinamização cultural militar adequada numa acção conjunta com as organizações populares unitárias de base que, melhor do que ninguém, poderão reflectir os mais justos anseios e necessidades da população. Para esta acção deverão ser postos à disposição os meios humanos e materiais convenientes, não se esquecendo que a Revolução de 25 de Abril foi feita para o Povo e será desse Povo que lhe virá a sua força, continuidade e razão de ser.

Da importância deste plano de acção política, agora tornado público, ninguém poderá duvidar. Ele representa uma análise aprofundada de temas que já tratámos, em parte, na entrevista com o ministro da Comunicação Social comandante Corrêa Jesuino, que neste número publicamos e será seguramente factor determinante do nosso evoluir.

# VASCO



# SÉRGIO GODINHO



Só há liberdade  
quando há paz, o pão,  
saúde, educação,  
liberdade e decidir, quando



*vasco*

# SÉRGIO GODINHO



Só há liberdade  
a sério quando houver a paz, o pão,  
habitação, saúde, educação,  
liberdade de mudar e decidir, quando  
pertencer ao povo  
o que o povo produzir

## QUE FORÇA É ESSA

Vi-te a trabalhar o dia inteiro  
Construir as cidades para os outros  
Carregar pedras, desperdiçar  
Muita força p'ra pouco dinheiro.  
Vi-te a trabalhar o dia inteiro  
Muita força p'ra pouco dinheiro

Que força é essa  
que força é essa  
que trazes nos braços  
Que só te serve para obedecer  
que só te manda obedecer  
Que força é essa, amigo  
que força é essa, amigo  
Que te põe de bem com outros  
e de mal contigo  
Que força é essa, amigo  
que força é essa, amigo

Não me digas que não me compreendes  
Quando os dias se tornam azedos  
Não me digas que nunca sentiste  
Uma força a crescer-te nos dedos  
E uma raiva a crescer-te nos dentes  
Não me digas que não me compreendes

Que força é essa  
que força é essa

que trazes nos braços  
Que só te serve para obedecer  
que só te manda obedecer  
Que força é essa, amigo  
que força é essa, amigo  
Que te põe de bem com outros  
e de mal contigo  
Que força é essa, amigo  
que força é essa, amigo

Vi-te a trabalhar o dia inteiro  
Construir as cidades para os outros  
Carregar pedras, desperdiçar  
Muita força p'ra pouco dinheiro  
Vi-te a trabalhar o dia inteiro  
Muita força p'ra pouco dinheiro

Que força é essa  
que força é essa  
que trazes nos braços  
Que só te serve para obedecer  
que só te manda obedecer  
Que força é essa amigo  
que força é essa amigo  
Que te põe de bem com outros  
e de mal contigo  
Que força é essa, amigo  
que força é essa, amigo.

## SENHOR MARQUÊS

Olhe p'ra aqui uma vez  
Senhor Marquês  
Do bairro da lata  
Está a gente farta  
Senhor Marquês  
E o nosso fim do mês

Passe p'ra cá a carteira  
Da sua algibeira  
Carteira em couro  
Relógio de ouro  
Não lhe faz falta  
E faz-nos jeito à malta

Ó da guarda, ladrões  
Pelos meus braços  
Ai meu Deus socorro  
Jesus que eu morró  
Grita o Marquês  
Ninguém vem desta vez

Venha por aqui ver isto  
Senhor Ministro  
Que estes bandidos  
Uns mal-nascidos  
Ainda sem dentes  
E já delinquentes

Meta aqui o nariz  
Senhor Juiz  
Nós somos bandidos  
Ou mal-nascidos?  
Senhor Ministro  
Perdoe se insisto

Se nós somos ladrões  
Temos razões  
Que não são as suas  
São minhas, tuas  
E de outros mais  
De muitos, muitos mais

Olhe p'ra aqui uma vez  
Senhor Marquês  
Do bairro da lata  
Está a gente farta  
Senhor Marquês  
E o nosso fim do mês

Passe p'ra cá a carteira  
Da sua algibeira  
Carteira em couro  
Relógio em ouro  
Não lhe faz falta  
E faz-nos jeito à malta  
P'ró nosso fim do mês.

## LIBERDADE

Vimos com o peso do passado e da semente  
Esperar tantos anos torna tudo mais urgente  
e a sede de uma espera só se estanca na torrente  
e a sede de uma espera só se estanca na torrente

Vivemos tantos anos a falar pela calada  
Só se pode querer tudo quando não se teve nada  
Só quer a vida cheia quem teve a vida parada  
Só quer a vida cheia quem teve a vida parada

Só há liberdade a sério quando houver

A paz, o pão,  
habitação  
saúde, educação

Só há liberdade a sério quando houver  
Liberdade de mudar e decidir  
quando pertencer ao povo o que o povo produzir  
quando pertencer ao povo o que o povo produzir



## As crianças e a actividade artística

Entre os primeiros estímulos que contribuem para o desenvolvimento da personalidade da criança estão a forma e a cor, conceitos que ela não cessa de desenvolver ao longo da sua vida. Ainda a criança não sabe ler nem escrever, já ela sente a diferença entre uma superfície vermelha e outra azul, entre um quadrado e um círculo.

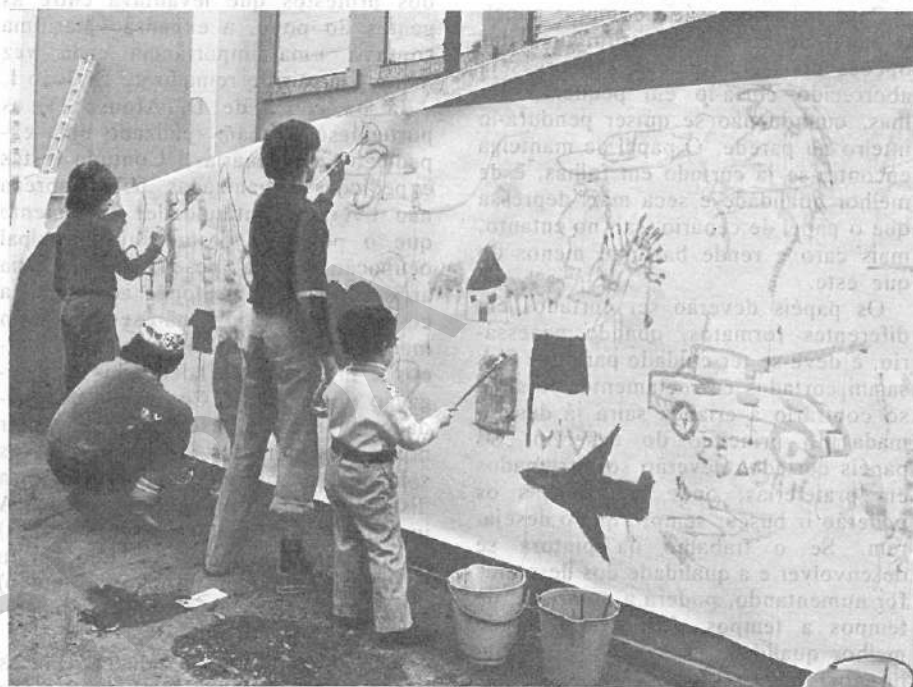
Por isso, a partir dos 3 ou 4 anos, se lhe dermos os meios de desenvolver essa forma de conhecer o mundo, estaremos a contribuir para o aperfeiçoamento da sua cultura, o enriquecimento da sua humanidade. Se olharmos para o desenho de uma criança veremos que, na maioria dos casos, ela colocou nele os elementos essenciais da sua vida: a sua casa, a sua mãe, ela própria. Isto é, entregou-se ao desenho com tudo aquilo que lhe é mais querido ou importante, e procurou dar ao todo uma forma estética, organizada e harmónica. Isto constitui um importante treino destinado a habituar a criança a saber que pode, consoante a sua vontade, organizar livremente a sua própria vida, ou seja, que deve intervir na realidade social, tal como intervém naquela realidade delimitada pela folha do papel, do material de modelagem, ou pelo tempo dos ensaios e das representações teatrais. A arte é assim, aprendizagem e prática da liberdade.

Cabe aos pais e aos professores um importante papel na educação artística dos seus filhos e alunos. Ao facilitarem a actividade de pintura livre das crianças estão a promover uma mais fácil integração das crianças na escola e na vida. Compete-lhes a eles ajudar crianças a perceberem que a pintura está em todo o lado: no reflexo da água, no abanar das folhas, nas cores das nuvens e da terra, nos animais, na sala de aula, nas ruas das suas aldeias.

Deverão os pais e os professores fornecer às crianças o material indispensável à sua expressão plástica, encontrar um local adequado para funcionar como sala de pintura, velar pela liberdade de expressão dentro dela, encorajar resultados e conduzir as crianças a outras formas de organização mais elaboradas. Quanto aos materiais vamos tentar indicar alguns substitutos da Natureza, para os materiais industriais, mas nos casos em que isso não for possível, aconselhamos as professoras, caso não possível contar com o apoio material dos pais ou de associa-

ções locais, a dirigirem-se a quem de direito compete resolver tais dificuldades, como o Ministério da Educação e Cultura e a Direcção-Geral da Cultura Popular e Espectáculos, e a exigirem o apoio que lhes é devido.

No que toca a instalações, quaisquer servirão: as próprias instalações da escola ou qualquer salão destinado a actividades recreativas. O que importa é ter um tecto para os dias de chuva, bastante luz, para que não aconteça às crianças estragarem a vista, e espaço para não estarem umas em cima das outras.



Existindo estas condições e uma pessoa disposta a estar à frente das actividades de educação artística, função para a qual as professoras parecem estar especialmente indicadas, só falta entusiasmar as crianças para esta actividade, o que não é difícil, pois ninguém é mais receptivo a ideias novas do que elas.

### O material

**TINTAS** — É suficiente arranjar três cores, o azul o amarelo e o vermelho, além do preto e do branco. Pela sua combinação podem obter-se quase todas as cores e os tons existentes. Há formas de produzir a tinta artesanalmente, é, no entanto, fácil encontrar tintas relativamente económicas, no mercado. É o caso do guache em pó, que se pode comprar em sacos de 1 kg, e é usado misturado com água. É também, o caso da tinta cenográfica, em pó, bastante mais barata que o guache, sendo no entanto necessário misturar dextrina, para além da água.

**Pincéis** — Tanto para a pintura com

guache como com a tinta cenográfica, aconselhamos os pincéis terminados em ponta, que cobre com igual facilidade grandes e pequenas superfícies. Os pincéis devem ser lavados imediatamente a seguir à sua utilização, pois caso contrário estragar-se-ão.

Caso não existam bons pincéis as crianças poderão pintar com os dedos, desde que possam lavar frequentemente as mãos, sobretudo quando quiserem mudar a cor. Trata-se de um tipo de pintura em que existe um contacto extremamente directo entre a criança e os materiais, contacto esse que se torna

bastante educativo. Para pintar pequenas superfícies podem ser utilizados bocadinhos de madeira pontiagudos, espigas ou penas de ave.

**LÁPIS** — Certas vezes as crianças querem fazer um esboço do desenho a lápis, antes de pintarem, e por isso convém ter alguns lápis cinzentos, normais e um afia-lápis. Os lápis de cor e os lápis de cera são bastante mais higiénicos que as tintas, mas têm o inconveniente de serem bastante mais caros e de as cores obtidas serem menos fortes.

**PALETA** — Este instrumento é bastante útil para que cada criança possa fazer as suas próprias cores, a partir das misturas que quiser, independentemente do seu vizinho do lado. É absolutamente desnecessário que sejam daquelas paletas de artista que se encontram nas lojas da especialidade. Vários objectos podem servir, como por exemplo, quadrados de faiança, bocados de pratos, de ardósias, de contraplacado ou de vidro (neste caso ter o cuidado de cobrir os bordos cortantes com fita gomada).

Recipientes de água ou godés — Os godés, bastante caros nas lojas, podem ser fabricados em gesso, ou substituídos por qualquer tipo de recipientes em vidro ou de preferência em plástico, para não se partirem. Copos, frascos de nescafé, caixas de plásticos ou boiões de iogurte.

**PAPEL** — As crianças gastam quantidades enormes de papel, pelo que convém comprar um papel bastante barato, embora sólido, para não se rasgar facilmente. Podem ser usados, por exemplo, folhas de papel de máquina do mais espesso, velhos cartazes de parede ao contrário, papel de jornal não impresso, papel pardo de embalagem, que pela sua cor incita as crianças a pintarem toda a superfície.

Caso seja necessário comprar papel, o papel de cenário constitui uma das opções mais económicas, embora seja aborrecido cortá-lo em pequenas folhas, quando não se quiser pendurá-lo inteiro na parede. O papel de manteiga encontra-se já cortado em folhas, é de melhor qualidade e seca mais depressa que o papel de cenário, sai, no entanto, mais caro e rende bastante menos do que este.

Os papéis deverão ser cortados em diferentes formatos, quando necessário, e deve-se ter cuidado para que eles saiam cortados correctamente, pois caso contrário a criança sairá já desanimada no princípio do desenho. Os papéis cortados deverão ser arrumados em prateleiras, onde as crianças os poderão ir buscar sempre que o desejarem. Se o trabalho da pintura se desenvolver e a qualidade dos desenhos for aumentando, poderá a monitora, de tempos a tempos, fornecer papel de melhor qualidade, «cavalinho» ou «fabriano».

**VERNIZ** — Necessário para passar uma capa sobre objectos que foram pintados e cuja tinta já se encontra seca, como pedras, pinhas, outros elementos da natureza, e realizações em terra ou gesso. O verniz pode ser substituído por algumas camadas de goma arábica.

Convém também que o monitor tenha consciência de que todos os materiais podem ter um aproveitamento estético e plástico. Não só barro para modelar, como as folhas, para colar em papéis, como o próprio lixo, caixas vazias, tecidos e mais materiais que por vezes deitamos fora, e que podem ser extremamente úteis, sobretudo para os trabalhos manuais.

Em próximo artigo falaremos da organização da sala de pintura e de possíveis métodos de pintura colectiva, para que criem as condições ideais para o livre desenvolvimento da imaginação, das faculdades de expressão e da capacidade de trabalhar em conjunto da criança.

FILIPE ROCHA DA SILVA

## 1415-1579

# A exploração colonial portuguesa

Ultrapassado o interesse pela expansão territorial para o norte de África, devido aos prejuízos que daí vinham e dos protestos que levantava entre as gentes do povo, a expansão marítima tomava uma importância cada vez maior a partir do reinado de D. João I.

Já na época de D. Afonso IV os portugueses tinham realizado uma expedição às Canárias. Contudo estas expedições organizadas pela nobreza não tiveram continuidade. Certamente que o povo da costa, cuja principal ocupação era a pesca, já se teria arriscado a ir mais longe ao longo da costa de África. E se não se arriscaram mais é porque não dispunham de barcos e instrumentos adequados à navegação do mar alto. Contudo a necessidade levou estes pescadores a inventar novos instrumentos, a adoptar novas soluções, a aperfeiçoar a navegação a distância pela observação dos astros. A introdução da bússola (invento chinês) e do astrolábio (aparelho que servia para determinar a posição do navio) vieram rasgar os horizontes do misterioso oceano.

Não existiam só dificuldades técnicas a vencer, mas havia também o medo das lendas do mar que povoavam o oceano de monstros sempre prontos a atacar os marinheiros que se arriscassem adentro dele. Porém esses perigos, verdadeiros ou lendários, constituíam ao mesmo tempo um desafio. O perigo, o desejo de aventura, atraíram sempre os Portugueses. Muito timidamente a princípio; mais afoitamente depois, o povo português, lançou-se na aventura do mar.

### Início dos descobrimentos

A partir de D. João I vemos um pequeno país, o nosso, com uma diminuta população, lançar-se num empreendimento para o qual não tinha homens nem barcos. Imagine-se que a população portuguesa, desfalcada pela peste negra que matara em Portugal cerca de 2/3 dos seus habitantes, rondava o milhão de pessoas, no início das descobertas.

Em 1419 redescobre-se o arquipélago da Madeira. Dizemos redescobre-se porque estas ilhas eram já conhecidas

na época romana com o nome de ilhas Afortunadas. Depois segue-se-lhe o arquipélago dos Açores, e Cabo Verde, ao mesmo tempo que se explora toda a costa africana.

Começam, com os descobrimentos, a chegar à Metrópole escravos (1471), ouro, malagueta, madeiras, etc., que foram dar maiores possibilidades à burguesia portuguesa e mesmo à nobreza a quem não repugnava enriquecer pela via do comércio. Aparece o nobre-mercador que vai dirigir toda a empresa dos descobrimentos. A própria família real e a igreja não desdenham participar dos enormes lucros que tal empresa proporcionou durante algum tempo.

Com a descoberta e a exploração de toda a costa de África os vários navegadores vão abrindo caminho para a Índia onde Vasco da Gama chega em 1498, quando reinava D. Manuel I. Riquezas fabulosas invadem o mercado português que as redistribui pela Europa.

No dizer do cronista, em Lisboa havia «muitas e desvairadas gentes», querendo significar com isto que se encontravam na capital do reino gentes de toda a parte do mundo que aqui vinham para negociar os produtos chegados do Oriente.

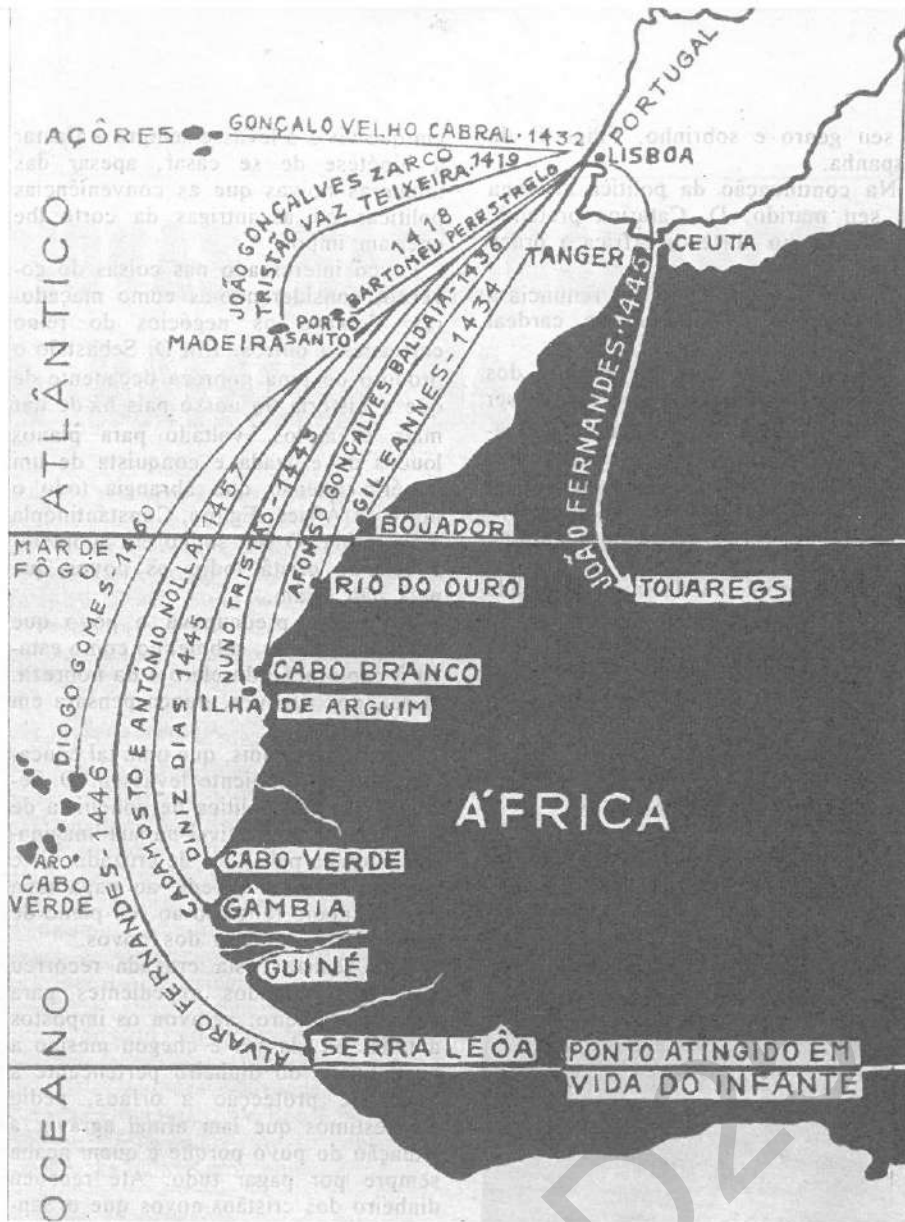
A Coroa obtinha lucros fabulosos através da «Casa da Índia», espécie de armazém central onde eram descarregadas as mercadorias vindas do já então vasto mundo descoberto pelos Portugueses.

Esta prosperidade era contudo só aparente uma vez que a população portuguesa vivia, cada vez mais, na miséria e via-se obrigada a fugir para as cidades, sobretudo Lisboa, atraída pelas riquezas vindas de além-mar ou seduzida por outra espécie de trabalho mais bem pago, servindo como marinheiros, na carga e descarga dos barcos ou na indústria de construção naval, quando não emigrava para terras distantes esperando encontrar vida nova que lhe permitisse enriquecer ou pelo menos adquirir uma liberdade que a Metrópole não lhe dava.

Do produto das descobertas o povo nada beneficiava, porque as actividades que davam lucro eram-lhe vedadas. A desigualdade entre as classes agravou-se em vez de diminuir.

A riqueza dos mercadores, nobres e clérigos, continuava a fazer-se à custa da exploração, agora em espaços mais vastos. Se a exploração anterior às descobertas incidia exclusivamente sobre os naturais da Metrópole, agora ela exerce-se também sobre os indígenas africanos, brasileiros e indianos.

Seguindo o exemplo dos portugueses e querendo com eles participar dos lucros que os descobrimentos traziam,



Descobertas em vida do Infante

lançam-se na aventura de exploração, saque e pirataria, espanhóis, franceses, ingleses, holandeses...

A pirataria ou ataque a navios que vinham carregados de mercadorias, tornava-se mais rendosa do que demandar as terras distantes.

Foi a época dos corsários ou piratas. Foram-no os portugueses, ingleses, franceses, etc. Muitos fidalgos eram piratas com a aprovação real e usavam uma carta de corso que os autorizava a assaltar navios mouros ou outros que tivessem a infelicidade de lhes passar ao alcance.

Durante bastante tempo aos reis portugueses e às classes privilegiadas não interessou a conquista de territórios no norte de África, tão entretidos andavam com as descobertas de novas terras, fascinados pelo lucro fácil obtido através da exploração colonial.

#### Grandezas e misérias

A Metrópole sofria entretanto com isso porque os campos ficavam por cultivar e a falta de produtos essenciais constituía um grave problema. Os lu-

ros obtidos pela exploração colonial escoavam-se para o estrangeiro na compra de produtos alimentares. Esta situação era agravada pelo gosto do luxo das classes privilegiadas. A economia portuguesa sofre um colapso, devido à má orientação, de que não iria libertar-se facilmente. A política das descobertas favorecia uma minoria que desprezava a Metrópole. O lucro que deveria ser empregue no desenvolvimento interno do reino ou se acumulava nas mãos de uns poucos ou saía para países estrangeiros que eram quem na realidade usufruía do esforço do povo português.

Não bastando isto, o monopólio comercial português na Índia começa a sofrer os ataques dos turcos e árabes o que leva a uma política de conquista na Ásia e agravou ainda mais a situação geral portuguesa.

O dinheiro segue agora caminho inverso do que tinha percorrido e sai da Metrópole para o Oriente na tentativa de manter pela força o comércio português.

As praças do norte de África absorviam grandes quantidades de homens e dinheiro porque os mouros mantinham-

-se sempre em guerra contra a ocupação portuguesa de Ceuta, Tânger, Arzila, Alcácer Ceguer, etc.

Tantos eram os prejuízos causados a Portugal com a manutenção destas praças fortes que muitos houve que aconselharam D. João III a abandoná-las pura e simplesmente. Embora não tendo inicialmente aceitado a solução, a pressão exercida pelos mouros forçou o monarca a abandonar algumas praças.

Tornava-se impossível manter o Império do oriente donde aliás já pouco vinha. A economia portuguesa sofria os resultados de uma economia colonial mal dirigida, baseada unicamente na exploração. Por isso havia necessidade e tornava-se urgente procurar noutros locais a riqueza que mantivesse o «esplendor» português. Volta-se assim a atenção dos portugueses para o Brasil donde se vinha realizando um quase insignificante comércio do pau-brasil desde 1502. Para compensar o desastre económico motivado pelo ruir do comércio oriental e pelo falhanço da conquista de Marrocos, tenta-se, a partir de 1530, a exploração do Brasil.

#### A exploração do Brasil

Porém o sistema de divisão do Brasil em capitanias, que seriam entregues a nobres para as administrarem, cultivarem e povoarem, trazia em si as contradições que iriam fazer falhar todo o sistema montado por D. João III. Nem outra coisa era de esperar de um sistema em que o povo ficava arredado da distribuição de terras e mais uma vez ficava sujeito ao plano inferior de explorado. A exploração do Brasil iria falhar porque se baseava no trabalho escravo e na divisão em áreas enormes dirigidas por senhores a quem interessava somente o lucro fácil. Enriquecer era a única preocupação dos exploradores.

Falhada a tentativa de escravização do indígena brasileiro, inundou-se o Brasil com mão-de-obra negra escravizada proveniente de Angola.

A monocultura da cana-de-açúcar absorve a quase totalidade do trabalho escravo, mas também é empregue em trabalhos domésticos.

Os trabalhos de preparação da terra, a plantação e corte de cana, o engenho que a esmaga, a fervura do melaço, até obter o açúcar, são tarefas realizadas penosamente quase exclusivamente por escravos negros cujo estímulo físico é muitas vezes o chicote e o apoio moral o palavrão injurioso.

A diferente produtividade e riqueza das várias parcelas em que foi dividido o Brasil provoca lutas entre os seus possuidores. Os inconvenientes deste sistema pretende D. João III ultrapassá-los com a unificação do Brasil, centrando todos os poderes num governador-geral. Modificado o sistema de divisão administrativa, permaneceram

os inconvenientes do mesmo tipo de exploração escravagista, sistema este que irá provocar revoltas internas que, juntamente com outras causas, conduzirão à independência do Brasil em 1822.

O reino, já desfalcado pela emigração, sofre nova sangria com a fuga dos judeus e cristãos-novos perseguidos pelo Tribunal do Santo Ofício que D. João III introduziu em Portugal, num infeliz gesto político.

### A morte de D. João III

Quando D. João III morre, Portugal corre novamente o risco de perder a independência porque morreram todos os numerosos filhos do monarca.

Se a linha masculina não produzisse um descendente capaz de herdar o trono, este iria caber por direito a D. Carlos, filho de Filipe II de Espanha e neto de D. João III, por linha feminina.



a seu genro e sobrinho, Filipe II de Espanha.

Na continuação da política africana de seu marido, D. Catarina pretende abandonar no norte de África a praça de Mazagão.

Depois de alguns desaires renuncia à regência que é entregue ao cardeal D. Henrique.

O sistema de governo absoluto dos reis tira a possibilidade ao povo de ser ouvido. Contudo, aproveitando a ocasião em que as cortes foram reunidas para entregar a regência do reino ao cardeal, os procuradores do povo expressaram a sua preocupação quanto ao destino do reino. Nessas cortes foi tratado o problema da impossibilidade da ligação de Portugal à Espanha, a educação do rei, o problema da sucessão e foi ainda estudado um pedido da formação de um Conselho de Estado formado unicamente por portugueses. Cuidava assim o povo ver arredada a possibilidade da ingerência da Espanha nos problemas internos do País.



D. João III, o monarca que introduziu em Portugal o Tribunal do Santo Ofício, a tenebrosa Inquisição, morreu sem deixar descendência. Todos os seus filhos haviam morrido. O nascimento de D. Sebastião, neto do rei, veio impedir a instalação no trono português de um príncipe espanhol e a perda da independência

O povo português depositava todas as esperanças no filho de D. Joana, mulher de D. João, filho do monarca português. Por isso D. Sebastião foi tão «desejado» por todos os que não queriam a ligação de Portugal com a Espanha.

D. Sebastião era ainda muito novo quando o avô morreu, por isso ficou como regente do reino a rainha viúva D. Catarina.

O povo e alguns membros das outras classes não viam com bons olhos esta regência pelos receios que tinham dos favores que a rainha poderia dispensar

### D. Sebastião

Não eram infundados os receios do povo português quanto à educação de D. Sebastião que fora entregue a religiosos. Preocupava-se o povo com a propensão religiosa e guerreira do futuro monarca. Criado num ambiente em que se enaltecia a fé e o zelo religioso de um Tribunal da Inquisição, entre duas correntes políticas contrárias, uma de ligação à Espanha e outra nacionalista, o futuro monarca preferia os exercícios violentos, as caçadas e a equitação. Talvez o ambiente religioso

em que vivia o levasse sempre a afastar a hipótese de se casar, apesar das inúmeras noivas que as conveniências políticas ou as intrigas da corte lhe queriam impor.

Pouco interessado nas coisas do governo, considerando-as como maçadoras, deixava os negócios do reino entregues a outros. Era D. Sebastião o produto de uma nobreza decadente de que a história do nosso país há-de dar mais exemplos, voltado para planos loucos de cruzada e conquista de um império imenso que abrangia todo o norte de África, Egipto, Constantinopla e Palestina. O seu sonho era submeter à religião cristã todos os povos que nela não criam.

Tudo isto preocupava o povo que nada podia fazer, submetido como estava à exploração do clero e da nobreza. O rei, por sua vez, nunca pensara em consultá-lo.

Não admira, pois, que uma tal educação, um tal ambiente levassem D. Sebastião a uma política de conquista de um império só possível na sua imaginação alterada pela ideia de cruzada. Este exagero levou-o a pedir ao papa uma bula de apoio religioso ao seu plano de conquista e domínio dos povos.

Para realizar esta cruzada recorreu aos mais variados expedientes para arranjar dinheiro: agravou os impostos a todas as classes e chegou mesmo a apoderar-se do dinheiro pertencente a casas de protecção a órfãos, pediu empréstimos que iam afinal agravar a situação do povo porque é quem acaba sempre por pagar tudo. Até recebeu dinheiro dos cristãos-novos que o Santo Ofício perseguia com o seu consentimento.

«Iluminado» pelo fervor de cruzada e aproveitando a disputa entre tio e sobrinho, senhores de vastos territórios no norte do continente africano, D. Sebastião envolve-se numa empresa para a qual queria arrastar a Espanha que chega mesmo a prometer-lhe auxílio.

Apesar dos desejos de paz dos próprios mouros cai na aventura e arrasta com ele a miséria de todo um povo que contribuirá obrigatoriamente para tal empresa.

O seu comportamento alucinado foi censurado por todos os fidalgos que tentaram mesmo demovê-lo dos seus propósitos. Cego pelo orgulho e pelo fervor religioso, D. Sebastião recebe aquilo que ele, se tivesse sobrevivido à batalha de Alcácer Quibir, teria chamado o castigo de Deus.

Cuidando das coisas de Deus, o rei descuroou as dos homens, ouvindo «vozes do Alto» o rei abandonara as realidades concretas do seu povo.

A 4 de Agosto de 1579 tudo estava terminado: o exército faminto e mal preparado fora derrotado, o rei morto prenunciava a morte de Portugal como nação independente.

DIAMANTINO TRINDADE

# NOVAS NACIONALIZAÇÕES E BATALHA DA PRODUÇÃO

No primeiro número do *Correio do Povo* tentámos definir, em linhas gerais, quais os assuntos que aqui iríamos discutindo. Em todo o caso, cada vez que esta revista está para sair, o que acontece uma vez por mês, acabamos por considerar que sucederam entretanto no País coisas tão importantes que não podemos deixar de falar-vos delas. É por isso que esta secção de Economia tem deixado de parte alguns dos temas que inicialmente se propunha tratar, procurando levar-vos um comentário à prática diária do Processo Revolucionário que todos vivemos.

## As nacionalizações

Desde a nossa última conversa, fizeram-se várias nacionalizações desta vez principalmente de fábricas, algumas delas monopolistas mas, de uma forma geral todas representando grandes capitais em sectores fundamentais da nossa Economia. Importante também foi a saída de legislação quanto à dimensão máxima das propriedades agrícolas com interesse muito especial para a zona rural do sul do País, mas também estabelecendo novas formas de crédito para a agricultura e protecção especial para as cooperativas o que é importantíssimo para ajudar o nosso pequeno e médio agricultor nortenho!

## Batalha da produção

Têm-nos chegado por várias vias, informações de que, a «Batalha da Produção», produção, sendo bem aceite e compreendida quanto à sua necessidade quase por toda a gente, levanta por vezes problemas quanto a ser posta em prática.

É o caso de um fabricante do Centro do País que nos diz «não poder aumentar a sua produção por já ter o armazém cheio de produtos».

Também é o caso de um pequeno agricultor do Norte que nos informa «não valer a pena produzir mais porque o preço porque vende os produtos não, paga as despesas».

Antes de mais queremos lembrar-vos que no número do mês passado do *Correio do Povo* há uma entrevista com o ministro das Finanças e com o secretário de Estado do Tesouro onde este assunto é discutido e que pensamos vos terá levantado aqui ou ali algumas dúvidas. Pois é altura de nos escreverem contando-nos tais dúvidas, às quais nós procuraremos dar uma resposta.

Ha evidentemente que esclarecer estas situações e fazermos um esforço por compreender o que se quer dizer quando se fala em Batalha da Produção.

Assim poderemos responder ao fabricante que tem o armazém cheio, sugerindo-lhe que talvez aquilo que ele produz neste momento não seja preciso, mas certamente com a mesma máquina poderá fazer outras coisas para as quais não falem encomendas. Ou então, será que é o preço que faz com que não consiga vender? Nesse caso, não haverá processo de fabricar esse produto mais barato?

E igualmente ao pequeno agricultor diríamos que talvez o preço não compense a despesa porque a sua propriedade é pequena. Ou então porque o lucro fica na mão do intermediário que lhe vai lá comprar os produtos. Mas então, porque não juntar-se com outros agricultores? Talvez assim até arranjassem meios para poderem vender directamente às cooperativas das grandes cidades ou ao público da vila mais próxima.

Ora, é exactamente pensar todas estas novas maneiras de trabalhar, imaginar todas as modificações que será preciso fazer no nosso trabalho, pô-las em prática — pedindo ajuda sempre que se não saiba o que fazer ou como fazer — que nós considerámos o verdadeiro significado da batalha de produção.

Em conclusão, gostaria que pensassem se concordam com um dito já muito antigo, que tem muito a ver com a Batalha de Produção e que é:

— PREFIRA OS PRODUTOS NACIONAIS — mas ao qual nós achamos que se deve agora, mais do que nunca, juntar outra frase ficando:

«Prefira os produtos nacionais, mas exija qualidade»

## O leitor

Apesar de um técnico de problemas de agricultura ir responder a estas questões queremos todavia dar um esclarecimento e algumas sugestões a um amigo que nos escreve do Porto pondo «o problema dos salários da agricultura que são insuficientes para



A batalha da produção é uma luta colectiva que passa pela contribuição de cada um de nós

pagar o trabalho pesado que aí se faz e o abandono a que esses trabalhadores estão deitados quanto à doença e às condições de vida e à ajuda técnica e financeira».

Refere esse leitor que tal se deve «ao abandono, ao êxodo rural, à emigração, à má organização».

Além disso, também pergunta «como funciona uma cooperativa» e pergunta «quais são os prós e os contras» informando que «a gente de lá não faz a mínima ideia do que é uma cooperativa, chegando até a ter-lhe medo».

Ora, o *Correio do Povo* está interessado exactamente em esclarecer este tipo de dúvidas e como se disse dedica ao problema da agricultura em si, da comercialização e das cooperativas, uma atenção especial neste mesmo número.

Para já podemos dizer-lhe que o abandono e a emigração não são em nosso entender a causa dos magros salários, mas exactamente o contrário.

Aqueles baixos salários são sim, consequência da má organização e também em muitos casos consequência da exploração de alguns senhores que, nunca se tendo preocupado em modernizar as suas propriedades, sempre quiseram viver bem à custa delas. Ora isso só era e em alguns casos ainda é possível, pagando baixos salários. Daqui para a frente, porém, se a má organização não se vencer, também não será possível pagar salários dignos aos trabalhadores. Para encontrar as soluções desse problema irá o Ministério da Agricultura dar as sugestões necessárias para se conseguir a melhoria da produtividade e por seu lado, terá o trabalhador de pensar no que acima se disse, quanto à Batalha da

(Cont. na pág. 32)

## Alimentação infantil

# Vantagens da alimentação natural

## (Amamentação)

Após o nascimento e durante as primeiras 12 horas de vida a criança necessita do máximo repouso para se recompor do choque que sofreu no parto. Não há, pois, necessidade de dar qualquer alimento durante este período.

Após 12 horas de repouso absoluto torna-se necessário fornecer à criança água ou água com glicose (soro glucosado a 5%) a fim de satisfazer as necessidades alimentares do recém-nascido que neste período são quase exclusivamente constituídas por água.

No período logo após o nascimento a criança inicia a adaptação à vida fora do ventre materno. O seu aparelho digestivo irá pela primeira vez desempenhar as suas funções e convém ter presente que as necessidades calóricas neste primeiro período da vida são muito pequenas, não se devendo ter pressa em alimentar artificialmente a criança nas primeiras 48 horas.

Se a criança nasceu e não apresenta perturbações ou anomalias de nascença é, sem dúvida, a alimentação natural, ao peito, a que melhor satisfaz as suas necessidades e favorece o seu normal desenvolvimento.

Não é de mais chamar aqui a atenção para as grandes vantagens que a alimentação natural oferece em comparação com a alimentação artificial, por mais perfeita e tecnicamente avançada que esta possa ser.

Na verdade, não só o leite de mulher possui a composição equilibrada que permite a sua melhor digestão e absorção em comparação com o leite dos outros animais, mas ainda possui e fornece anticorpos que protegem a criança de doenças infecciosas que a mãe já teve ou para as quais está imunizada.

Por outro lado, com a amamentação evita-se um dos maiores perigos desta idade que consiste nas infecções intestinais. O perigo das enterites, que tão frequentemente vitima as crianças desta idade, sobretudo nas classes económicas e culturalmente mais desfavorecidas, diminui consideravelmente nas crianças alimentadas ao peito, porque o leite é fornecido sem a contaminação por bactérias dos biberons. Com a

amamentação, a mãe fornece ao filho o alimento natural, na percentagem e concentração adequada, à temperatura aconselhável, ainda com a comodidade de estar sempre e não exigir conhecimentos e técnicas de preparação que implicam conhecimentos e recursos financeiros. A amamentação é assim uma das melhores condições de vida e saúde que a mãe deve procurar proporcionar ao seu filho.

### Para uma boa amamentação

Para conseguir uma amamentação eficaz há que proporcionar à mãe condições de saúde, alimentação cuidada e estabilidade psíquica. Para que o leite que fornece ao seu filho não venha a ser deficiente ou carente em qualquer dos seus elementos, terá que a alimentação da mãe ser equilibrada. Não é necessário forçar o apetite, ingerindo quantidades exageradas de alimentos e criando excesso de gorduras no organismo mas antes, satisfazendo o apetite normal, cuidar da qualidade da dieta da mãe. Esta dieta deve ser particularmente rica em proteínas, vitaminas e sais minerais. Tal dieta deve conter um suplemento de leite (não superior a meio litro diário) fruta e vegetais frescos, carne, peixe e aves. É ainda aconselhável fornecer à mãe, que amamenta, um suplemento vitamínico e esclarecê-la da desvantagem de ingerir, durante o período de amamentação, bebidas alcoólicas ou estimulantes, como chá ou café. Será bastante aconselhável criar o hábito de, antes de iniciar cada mamada, a mãe beber um copo de sumos de fruta ou de leite.

Embora não esteja impedida de trabalhar, a actividade da mãe que amamenta deve ser moderada, evitando a instabilidade nervosa. As condições de insegurança psíquica são uma das causas da diminuição ou desaparecimento do leite, na mulher que amamenta.

Todas estas condições devem ser socialmente asseguradas à mãe, a fim de proteger a criança, proporcionando-lhe a melhor alimentação possível — a alimentação natural.

Protegendo especialmente a mãe que amamenta, a sociedade não só cuida efectivamente da criança mas ainda, do ponto de vista económico, poupa no presente e investe no futuro. Na verdade, além do imperativo é ainda mais económico dar boas condições de maternidade do que gastar em indústrias lácteas substitutivas que, além de não terem as vantagens do leite materno, levam à saída de divisas do país e obrigam frequentes vezes a gastos de medicina curativa originados pela deficiente informação da técnica da alimentação artificial.

### Os problemas do aleitamento artificial

Os problemas que o aleitamento artificial continua a criar no sector da saúde infantil de muitas regiões do globo levou recentemente a Organização Mundial da Saúde a fazer um apelo a todos os sectores interessados na primeira infância, no sentido de divulgar as vantagens da alimentação natural e a estimular a sua generalização.

É nos países de mais fracos recursos económicos, e portanto de menos assistência materno-infantil, que as infecções intestinais maior influência tem na mortalidade infantil e onde, portanto, mais benéfica pode ser a generalização da alimentação natural.

Diremos que, no caso concreto do nosso país, o subsídio de aleitamento dado às mães, ampliado e associado a leis de trabalho especiais para as mães que amamentam, poderão representar uma medida sanitária de grande alcance, ao mesmo tempo que constituirão uma economia nacional muito válida.



*Para dar o seio sustenha a cabeça do bebé com o seu braço. Segure o seio de forma que a criança possa respirar livremente. Não a deixe muito tempo ao peito. Cada mamada não deve durar mais de 15 a 20 minutos*

A assistência à grávida deve compreender um esclarecimento eficiente acerca das vantagens da alimentação natural e preparação psíquica e fisiológica para a amamentação. A mãe deve ser esclarecida quanto à protecção a dar às mamas e aos mamilos, preparando-os, ainda durante a gravidez, para a futura amamentação.

### Cuidados

Após as primeiras 24 horas de vida, o bebé deve ser levado ao peito de 8 em 8 horas no 1.º dia, de 4 em 4 horas nos dias seguintes. A secreção da mama, durante estes primeiros dias,

(Cont. da pág. 32)



## Da revolução à informação

—Trajectória de uma conversa entre o ministro da Comunicação Social, Cte. Correia Jesuino, e o «Correio do Povo»

Longe, na sua maioria, dos centros de decisão política e da grande informação, os nossos leitores têm-nos exprimido, em grossa correspondência, dúvidas e ansiedades a respeito do momento que vivemos e futuro próximo da nossa Revolução, de que compreendem mal, por vezes, os contornos e o sentido exactos.

Levantam críticas aos comportamentos por demais partidários e afirmam-se sobretudo esperançados na chamada união Povo-MFA, única força, crêem, capaz de estimular e conduzir o processo revolucionário em curso no nosso país. Queixam-se, por outro lado, de falta de informação política e solicitam-na do *Correio do Povo*, uma vez que,

no seu dizer, a *Imprensa regional*, as mais das vezes, não a fornece. Ou deturpada.

Estas questões levaram-nos junto do ministro da Comunicação Social, comandante Correia Jesuino que, como membro do MFA e do Governo Provisório e como responsável máximo da informação e do *Correio do Povo*, lhes responde:

**CdP — Senhor comandante, diz-se que o processo português é original. Poderá caracterizar essa originalidade e definir, no interior desse processo, o papel dos partidos políticos?**

**MCS —** A primeira originalidade do processo português é conhecida: umas Forças Armadas, tradicionalmente conservadoras, tomaram a iniciativa de derrubar o regime fascista e desencadear, desse modo, um movimento revolucionário de esquerda. Facto esse que perturba muitos observadores estrangeiros, de resto. A partir do momento em que esse movimento revolucionário foi desencadeado, também o nosso processo tem sido original. E essa originalidade consiste na conciliação de um socialismo com um pluralismo não necessariamente partidário mas sim de, digamos, opinião ideológica. Daí que eu, muitas vezes, já tenha sugerido que o nosso processo poderia ser chamado de socialismo participativo. Que é que isto quer dizer? Quer dizer que nós entendemos que terá de ser estimulada a maior participação possível das populações nas decisões. Uma vez isto definido, o resto vem por si. Todos os demais parâmetros ideológicos da Revolução podem deduzir-se deste conceito de participação. Porque, repare: para haver participação é necessário que as pessoas estejam interessadas em participar, é necessário estimulá-las, pois, para que se organizem, discutam em conjunto os seus problemas, aprendam a respeitar a opinião dos outros, aprendam, no fim de contas, a ser livres.

**CdP —** Nós sabemos, contudo, que em muitas regiões, são os chamados caciques locais os únicos estimuladores e manipuladores dessa participação. E acontece, então, que as manifestações da vontade popular, assim manipulada, são frequentemente, reaccionárias.

**MCS —** Eu creio que não podemos considerar reaccionárias decisões tomadas por maioria popular, a menos que elas se revelem contra os interesses das próprias pessoas que as tomam. Isto no que se refere às classes mais desfavorecidas. Se isso acontece, é porque essas pessoas não têm consciência dos seus problemas nem das soluções mais convenientes para esses mesmos problemas. Eu creio que só com o tempo e muito trabalho se poderá conseguir esse esclarecimento popular. Nós não vamos é impor, por decreto, soluções

que as pessoas, neste momento, julgam que não são as que mais lhes convêm. Para que este nosso processo continue a ser, como até agora, não-compulsivo, não-repressivo, nós teremos que criar condições para que as pessoas, por si sós e através de uma discussão alargada e conjunta, cheguem realmente à conclusão que, muitas vezes, as soluções que preconizam não são as mais convenientes. Mas repito: não podemos insultar as pessoas, dizendo-lhes que estão pouco esclarecidas. Estarão talvez, pouco esclarecidas; mas também não podemos dizer que somos nós os detentores da verdade.

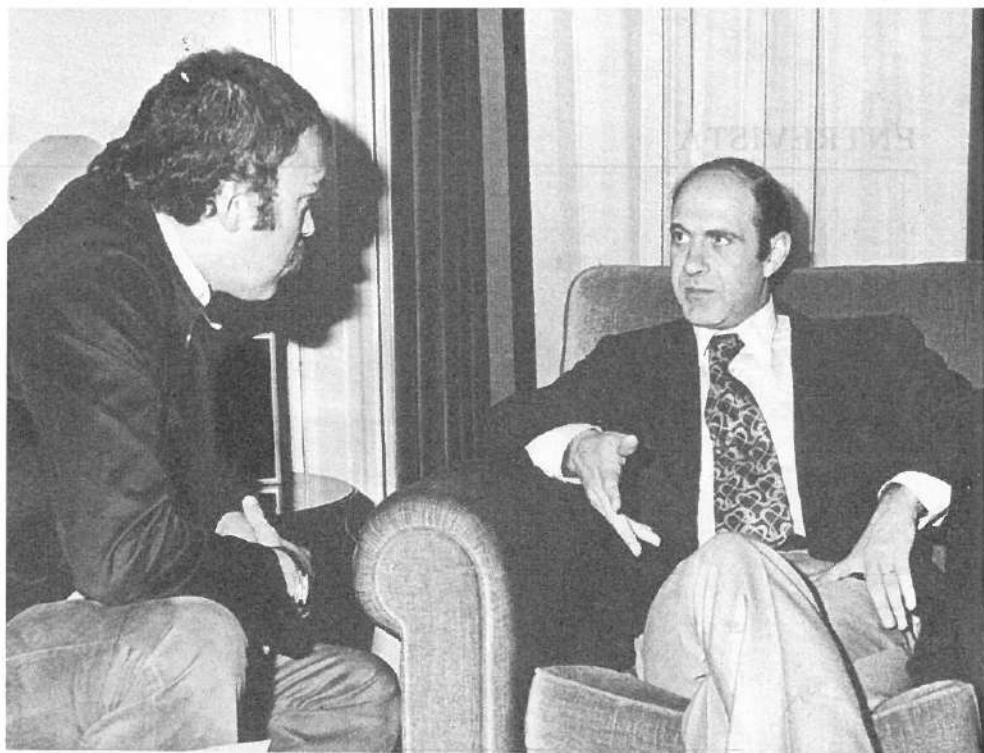
**CdP** — Creio, contudo, que há um grande trabalho a fazer em relação às forças conservadoras, reaccionárias, que dominam certas regiões do País e que utilizam, justamente, processos compulsivos e repressivos para obrigar o povo trabalhador, inteiramente na dependência delas, a ter um comportamento político que, e esse povo trabalhador sabe-o muito bem, vai contra os interesses populares.

**MCS** — Sim, claro, quanto a isso, não temos dúvidas de que tem que desenvolver-se um grande esforço para impedir essa manipulação do povo. Eu disse que respeitamos a vontade maioritária, desde que ela seja realmente maioritária e desde que corresponda a uma convicção profunda. Mas é preciso dizer igualmente que, se há entidades que fazem écran, se intrometem, manipulam e atemorizam o povo, é evidente que teremos que desenvolver um esforço para eliminar esse écran. Dá-me a ideia que teremos que vencer ainda essa batalha contra o medo, para que o povo possa tomar consciência dos seus problemas e chegar, por si só, às soluções. Nesse sentido, poderemos fazer evoluir o nosso processo para o que chamo de socialismo participativo.

#### DUAS VIAS APARENTEMENTE CONTRADITÓRIAS

**CdP** — Evoluímos, hoje, no interior de duas vias aparentemente contraditórias. Temos uma Assembleia Constituinte em funcionamento, que poderá lançar as bases de um regime democrático parlamentar do tipo que encontramos nos países ricos do ocidente europeu; temos, por outro lado, um Conselho da Revolução, que prefigura uma sociedade socialista revolucionária, por certo mais de acordo com a nossa realidade económica e a nossa vocação actual. Essa contradição é factor de incompreensão, de confusão e de insegurança, que nos é frequentemente manifestada nas cartas que recebemos...

**MCS** — Sim, essas duas vias existem, realmente, entre nós. Mas não desejaríamos que elas existissem separadamente e se reforçassem de costas voltadas uma para a outra, em processo portanto alheio a qualquer dialéctica



«Não temos dúvidas de que tem que desenvolver-se um grande esforço para impedir a manipulação do Povo pelas forças conservadoras»

possível entre elas. Existe a via, como o senhor disse, democrática, de democracia formal, via essencialmente eleitoralista, tradicional, sem dúvida. É a que conduziu às eleições do 25 de Abril, a uma certa distribuição da representatividade popular. É a que será sempre reivindicada como processo tradicional de normalização das instituições em Portugal. Eu chamo a essa a via da democracia indirecta, que é uma via em que as pessoas não elegem outras pessoas porque conhecem, de forma imediata, as suas qualidades mas as elegem, sim, através de partidos, de associações políticas. Nesse caso, quando escolhemos um delegado nosso para uma qualquer assembleia, não estamos a escolher o homem mas o partido que ele representa, o especialista das coisas políticas, como há o especialista em carpintaria ou serralharia, sem sabermos se vai representar-nos bem ou mal, porque ele representa, sobretudo, um partido. É uma via eleitoralista, repito, que é sempre privilegiada por aqueles que, no fundo, procuram retardar ou refrear o nosso processo revolucionário. A via revolucionária, e cá estamos novamente na originalidade do processo português, não é antidemocrática. Pelo contrário, é altamente democrática, privilegia simplesmente o processo de democracia directa, utilizando a via revolucionária, em vez da via eleitoralista. Não há interposições: quando eu elejo fulano, lá na minha fábrica, na minha universidade, na minha rua, na minha escola, eu conheço esse senhor, sei quem ele é, sei que ele representa os meus interesses com toda a sua capacidade, porque não representa, por outro lado, este partido ou aquele. É a isto que chamo, também, participação, a esta democracia directa que é, de facto, a mais revolucionária.

#### INTERMEDIÁRIOS E LUCROS ABUSIVOS

**CdP** — O senhor comandante falou de interposição, de partidos que se interpõem. Poderia ter utilizado, por certo, a palavra intermediários. Considera que os partidos políticos são intermediários entre o povo português e o poder estabelecido e que eles usufruem, nessa qualidade, lucros abusivos e lesivos da Revolução Nacional?

**MCS** — Bom, eu vejo, para os partidos políticos, três vocações fundamentais: fornecer alternativas, quer dizer, fazer sugestões sociais, políticas, económicas, pensar os problemas dentro de um determinado quadro político. Esta é a sua primeira vocação. A segunda é, a meu ver, uma vocação pedagógica, procurando, junto das suas clientelas, divulgar e incentivar os seus pontos de vista. A terceira vocação dos partidos é a conquista do poder. Ora, essa conquista do poder faz-se, nas democracias formais, através do voto, dando-lhes, segundo uma maior ou menor aceitação popular, exprimida dessa forma indirecta, uma maior ou menor capacidade de manobra no poder. É exactamente esta competição pelo poder que nós, hoje em dia, contestamos. Achemos que os partidos têm uma função muito importante a desempenhar, porque eles exprimem diversas opções que ajudam a esclarecer e a enquadrar o povo. Se eles estiverem dispostos a inserir-se nesse processo de democracia directa e abdicarem — para já, durante este período dos próximos três ou cinco anos, assim terá que ser — da luta pelo poder que poderão dar um contributo preciosíssimo ao processo revolucionário que vivemos. Não entendemos prosseguir este processo nas costas dos partidos. Oferecemo-lhes, pelo contrário, que



participem connosco na organização das massas, ao nível da empresa, da fábrica, da escola, da rua, etc. Que participem connosco mas não que compitam connosco na conquista do poder. Hoje em dia há, de facto, uma separação entre o poder militar e o poder civil. Há uma supremacia do poder militar. Porque fomos nós que fizemos a Revolução. Estamos interessados em reforçar a nossa aliança com os civis e gostaríamos imenso que os partidos colaborassem nesse sentido, em vez de competirem inutilmente connosco na conquista pelo poder.

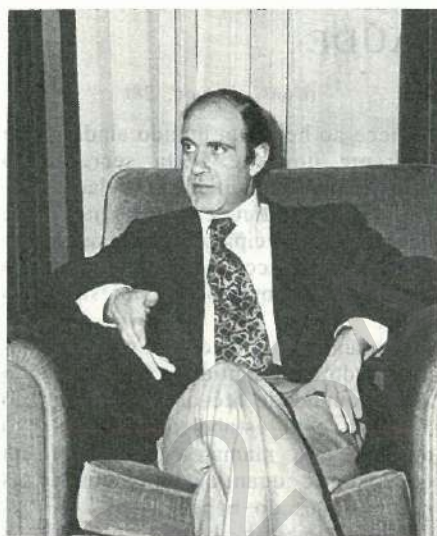
**CdP — E no caso dos partidos serem ultrapassados pela própria dinâmica popular, por actos e reivindicações populares espontâneas dificilmente enquadráveis, que o MFA parece mais capaz de compreender e assumir, acha o senhor comandante que, a breve, médio ou longo prazo, poderemos vir a ter um Governo militar em Portugal?**

**MCS —** Nós não desejamos um Governo militar em Portugal e eu aprecio a sua expressão «Governo militar», porque ele não significaria necessariamente uma ditadura militar mas sim um Governo formado exclusivamente por militares. Nós nunca desejámos isso. Pensámos, pelo contrário; que precisamos fortemente das competências civis e já lhe disse isso relativamente aos partidos. Creio que é uma hipótese de excluir, que não está, de forma alguma, nas nossas intenções. O que não se pode excluir é que haja modificações na coligação. Pelas mais diversas razões. Até hoje, tivemos 4 Governos... Nada impede que venhamos a ter 5, 6 ou 7. Far-se-ão tantos arranjos governamentais quantas as exigências operacionais do Governo da Nação. O que importa é que tenhamos um Governo que governe e foi esse o espírito que presidiu às anteriores remodelações. Se uma outra for feita, sê-lo-á dentro do mesmo espírito.

## INFORMAÇÃO E REGIONALIZAÇÃO

**CdP —** Senhor Comandante, o senhor é ministro da Comunicação Social e, em nome do *Correio do Povo*, onde recebemos inúmeras cartas que exprimem dolorosamente o problema da falta de informação, gostaríamos de levantar a seguinte questão: num país onde existem, se bem que concentrados em alguns dos centros mais importantes, um tão grande número de órgãos de informação, a maior parte deles nacionalizados, como conceber que 2/3 do território, correspondendo a 1/3 da população nacional, vivam ainda sem praticamente informação alguma, de tal modo que a própria ideia da criação do *Correio do Povo* nasceu, exactamente, da constatação dessa enorme carência e da vontade de remediá-la? Criando assim mais um órgão de informação pago pelo dinheiro público...

**MCS —** O problema da informação em Portugal é, realmente, um problema grave, porque, disse muito bem, há excesso de órgãos de informação, por um lado; mas, por outro, há poucos órgãos de informação, na medida em que eles não chegam onde deviam chegar. Há populações que não recebem, é verdade, a mínima informação e, desse modo, se por um lado há excesso, por outro há carência pois. É uma situação que necessitamos corrigir. Pensamos muito nisso, estamos a trabalhar nisso afincadamente, pensamos na regionalização da nossa imprensa, bem como na da nossa rádio, a fim de que haja mais informação que chegue, o melhor possível, ao nosso povo. No que diz respeito ao *Correio do Povo*...



*«Estamos interessados em reforçar a nossa aliança com os civis e gostaríamos que os partidos colaborassem nesse sentido, em vez de competirem connosco na conquista pelo poder»*

**CdP —** Perdão, o senhor falou na imprensa, na rádio mas não falou na televisão. Por alguma razão especial? Não há nenhum projecto de regionalização para a TV?

**MCS —** Também há. Mas é, tecnicamente, mais difícil. Enquanto, no que diz respeito à rádio, nós podemos multiplicar rapidamente digamos, os postos regionais, com a televisão o problema, desse ponto de vista, é mais complicado. Não é coisa que se possa anunciar assim a curto prazo. O que, por ora, se pode fazer, no domínio da regionalização da televisão, é imprimir um muito maior dinamismo ao serviço de reportagens e também desenvolver o papel dos correspondentes. Ao nível da programação. Cobrindo melhor as regiões. Não uma regionalização de postos emissores, pois, como disse, essa é tecnicamente muito mais exigente e não pode ser anunciada a curto prazo, se bem que esteja já prevista.

**CdP —** cremos, porém, que não poderá aumentar indefinidamente o tempo dos telejornais, como seria necessário para dar toda essa informação de que fala, pois a quantidade de informação da

capital, quer na TV quer nos jornais, é de tal modo importante em quantidade que...

**MCS —** Por isso mesmo é que os nossos planos passam pela regionalização da imprensa. É claro que toda a gente deve ter conhecimento das grandes decisões que são tomadas. Mas há, para além disso, os problemas regionais. E esses problemas têm que ser pensados por pessoas da região. Quando nós falamos de participação e dizemos que estamos interessados em estimular a imaginação e a criatividade, pois necessariamente isso implica a descentralização em questão. A descentralização é uma ideia muito importante neste processo revolucionário. Está a ser pensado ao nível da Administração Interna, da Educação, da Saúde, da Agricultura — Reforma Agrária... Temos que acabar com a ideia que Portugal é Lisboa e o resto é paisagem. Acabar com essa ideia, mas na prática.

## IMPRENSA REGIONAL E CORREIO DO POVO

**CdP —** Não falou da imprensa regional...

**MCS —** Sobre a imprensa regional, a nossa ideia é, precisamente, fazer toda uma desconcentração da Imprensa citadina, de Lisboa e do Porto e, com essa reformulação de meios, e sem forçar soluções, porque estas coisas têm que ser amplamente debatidas e amplamente consentidas, nós passaremos a dispor de grandes órgãos de informação regional, ao nível de centros regionais. Entretanto, o nosso *Correio do Povo*, pois está a preencher uma lacuna que resulta da necessidade de uma informação suprapartidária, isenta, uma informação que atinja os recônditos da nossa população. Temos, inclusive, que fazer um esforço no sentido de aumentar-lhe a tiragem. Devo dizer que já encontrei, para isso, grande receptividade por parte do Governo. O Ministério da Comunicação Social é um Ministério muito pobre. Havia, de facto, um estigma muito grande sobre este Ministério, que vinha doutros tempos, do antigo regime, em que este Ministério nadava em dinheiro, tinha possibilidades de dar subsídios a quem muito bem entendia. Como existia esse estigma, os orçamentos foram altamente cortados e nós passamos de um extremo para o outro, da corrupção para a penúria. O Governo começa, no entanto, a atender a essa situação e eu penso que vamos ter um apoio nesse sentido, podendo aumentar a nossa capacidade produtiva de informação e assegurar uma melhor circulação dessa informação.

**CdP —** O Senhor Comandante definiu o *Correio do Povo* como um órgão de informação suprapartidário e isento, dirigindo-se a uma população leitora regional. Por outro lado, nós sabemos que uma grande parte da imprensa regional

se dirige a essa mesma população, não é nem suprapartidária nem isenta. Temos recebido muitas cartas perguntando-nos se vamos continuar a lutar com essas frágeis armas democráticas contra quem não as usa nem nunca as usou?

MCS — Eu creio que essas reformas — a descentralização — de que lhe falei, acompanhadas de um indispensável saneamento, poderão ajudar a corrigir, num breve prazo, essa situação.

## PUREZA E INCORRUPCIÓN

CdP — Tenho aqui uma carta onde pode ler-se: «e também é certo que há cada vez mais gente descontente com a

revolução. Pelo que posso averiguar, é isto uma triste verdade. Por isto ou por aquilo, os que contestam muitas coisas no 25 de Abril, são cada vez mais. E o que é lamentável, é que alguns têm mesmo razão.»

MCS — Os casos de que essas pessoas se lamentam com razão, é urgente corrigi-los. Nós não temos a pretensão de estar a conduzir um processo isento de falhas. Há, certamente, injustiças que se cometeram, até por ignorância, por incompetência, etc. Temos que corrigir urgentemente as nossas falhas. Mas pretendemos que a nossa imagem junto do Povo seja realmente uma imagem pura. Somos honestos, somos incorruptíveis e cremos preservar essa

imagem, custe o que custar. Quanto ao facto de existir descontentamento, pois é verdade que as Revoluções têm altos e baixos. Conhecemos, neste momento, uma certa crise que, justamente, as lutas partidárias muito alimentam e aumenta. Essa crise tem um efeito desgastante sobre a capacidade heróica que é própria das revoluções. Mas eu creio que é passageira, até na medida em que nós temos a capacidade de corrigir as nossas falhas. O importante é sabermos quais são. Uma vez corrigidas, e sempre empenhados em clarificar a honestidade dos nossos processos, eu estou convencido de que voltaremos rapidamente ao equilíbrio e ao entusiasmo anteriores.

## ECONOMIA

(Cont. da pág. 27)

Produção, ou seguir, quanto à colaboração que dele tem de vir.

Cada um no seu trabalho tem a responsabilidade de, na medida do seu saber e da sua capacidade, dar a necessária ajuda para sairmos da triste situação de País mais atrasado e mais pobre da Europa, lugar em que 48 anos de promessas nunca cumpridas nos deixaram e onde estávamos no dia 24 de Abril de 1974.

As vantagens da «falsa paz» em que vivemos todos esses anos, estão bem à vista — tivemos de ver cerca de 1 1/2 milhão de portugueses irem procurar vida mais compensadora em outras terras — e pela razão simples de que essa paz, só era paz para quem não vivia do seu salário, mas sim da exploração desses salários de fome.

A grande maioria desses homens querera agora adaptar-se à nova situação, fazendo um esforço para recuperar o tempo que no País se perdeu, quando nada se fez ou quase, para melhorar as condições de trabalho por forma a permitir pagarem-se salários decentes a todo aquele que trabalha. Entretanto, aqueles que não querem contribuir com o seu trabalho para isso, já fugiram ou pensam fazê-lo. Que o façam, pois não nos fazem falta. Que fiquem só os que querem trabalhar — patrões ou empregados.

Ao Governo compete dar todo o auxílio a quem agora quer trabalhar a sério e melhorar a qualidade daquilo que produz.

Mas não vamos comodamente pedir aos ministros para decidirem qual a forma mais rentável de guiarmos o nosso negócio ou a nossa quinta. É a nós que compete pensar e ter ideias, evidentemente com o apoio dos técnicos e isso sim, exigir que nos expliquem quando alguma coisa não correr como se desejaria, sem que para tal se encontrem explicações próprias.

JOSÉ GUIMARÃES

## SAÚDE

(Cont. da pág. 28)

fornece ao bebé um líquido ainda muito diferente do leite. Esta secreção, o colostro, é um líquido amarelado, turvo, pegajoso, rico em proteínas. Este líquido, ao princípio em escassa quantidade, possui acção laxativa e ajuda o bom funcionamento do intestino do bebé.

Gradualmente este colostro vai aumentando em quantidade e modificando a sua qualidade até que, por volta do 5.º dia, está estabelecida a lactação normal, e a mama segrega leite em qualidade e quantidade adequadas às necessidades do bebé.

Nos primeiros 4 dias de vida, as necessidades alimentares da criança são maiores em água e escassas em calorías pelo que o colostro, que a alimentação natural lhe fornece, satisfaz essas necessidades calóricas, devendo ser suplementado com água, que se oferece à criança nos intervalos das mamadas.

Antes da mamada a mãe deve ter o cuidado de lavar o mamilo com água fervida, não usando nessa desinfecção álcool ou outro desinfectante.

Se houver qualquer lesão no mamilo, deve consultar o médico e não aplicar qualquer produto sem a indicação deste, uma vez que o seu bebé vai contactar com esse produto, pela boca, durante a mamada.

Estabelecida a lactação, os intervalos entre as mamadas são variáveis de bebé para bebé, dentro de limites que vão de 3 a 4 horas.

A escola de pediatria alemã dos anos 30 criava horários rígidos entre as mamadas. Hoje, essa prática está completamente posta de parte, como prática corrente na criança normal. Se não houver ansiedade da mãe nem perturbações fisiológicas no bebé, este acaba por estabelecer o seu ritmo alimentar. No primeiro mês é frequente a criança manter o mesmo ritmo de dia e de noite, sem pausas alimentares. Habitualmente, passado o primeiro mês de vida a criança faz espontaneamente

uma pausa alimentar de pelo menos 6 horas, durante a noite, o que corresponde a uma necessidade do seu organismo e proporciona repouso à mãe.

A ignorância e ansiedade da mãe são, muitas vezes, as causas de descontrolo e desacerto no horário das mamadas. Nem sempre o choro do bebé é indício de fome, apesar de o bebé aceitar a mama sempre que chora, numa tentativa de aclamar o seu mal-estar.

É necessário distinguir entre o choro da fome e o de qualquer indisposição (cólica intestinal, má posição, incómodo da roupa, etc.) a fim de evitar ritmos de mamada desajustados com as verdadeiras necessidades alimentares da criança. Uma criança com normal desenvolvimento não necessita ter refeições com intervalos inferiores a 3 horas, sendo o mais frequente o horário que tem intervalos de 3 horas e meia ou 4 horas, entre as mamadas.

Enquanto dá a mamada a mãe deve estar calma, sem pressões de tempo, sentada num acento baixo com os joelhos ligeiramente levantados, a fim de evitar a inclinação demasiada do tronco, o que lhe traria fadiga mais rápida. A mama deve ser suportada com a palma da mão, a fim de evitar que ela encoste ao nariz do bebé.

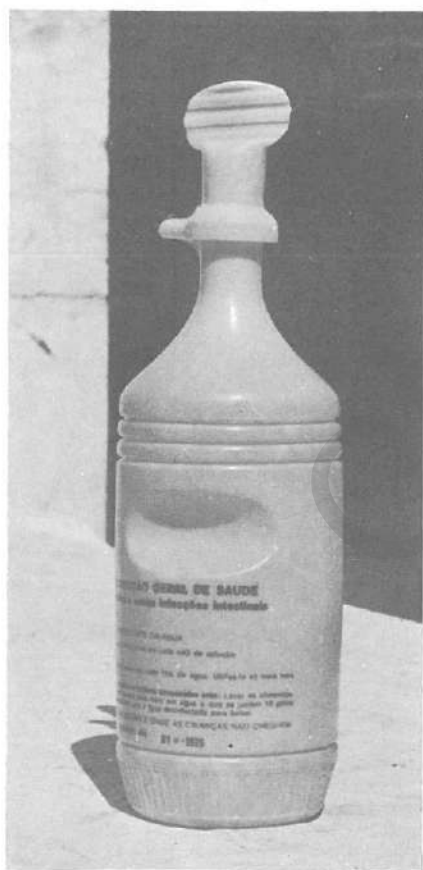
É conveniente dar a mamar uma mama em cada mamada. Se o leite de uma só mama não chega para saciar o bebé, deve continuar-se a mamada oferecendo a segunda mama mas, na mamada seguinte, deve oferecer-se primeiro a mama que se ofereceu em segundo lugar na mamada anterior. Procura-se assim que em cada mamada uma das mamas fique completamente vazia e que alternadamente as duas sejam esvaziadas.

A alimentação natural, tecnicamente bem feita, satisfaz as necessidades alimentares do bebé nos 4 primeiros meses mas, a partir desta data, este tipo de alimentação terá de ser suplementado com outros alimentos, sem o que não se processará o melhor desenvolvimento da criança.

MARIA DE LURDES PIRES NEVES

# A DIRECÇÃO-GERAL DE SAÚDE

**recomenda**



## **DESINFECTE A ÁGUA PARA BEBER**

**Deite 2 gotas de desinfectante  
em 1 litro de água  
espere 1/2 hora e depois ...  
beba à vontade**

## **DESINFECTE FRUTAS, SALADAS E ALIMENTOS QUE COME CRÚS**

**Deite 10 gotas de desinfectante  
em cada litro de água.**

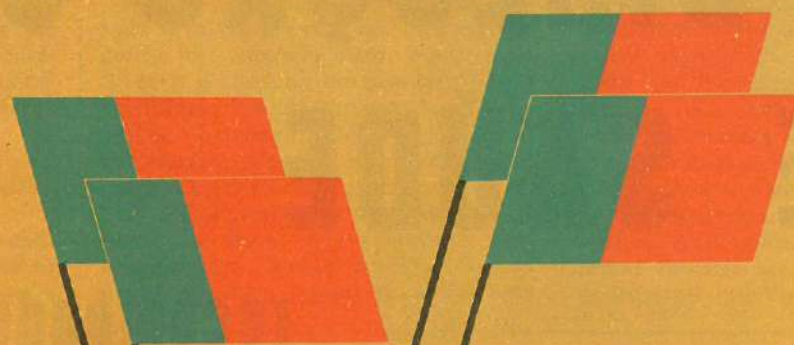
**Deixe 1/2 hora de molho  
totalmente mergulhados no água.**

**Lave a seguir com  
a água de beber.**



**Este é o desinfectante que a Direcção-Geral de Saúde distribui gratuitamente através dos:**

**Centros de Saúde — Subdelegações de Saúde — Câmaras Municipais  
— Juntas de Freguesia**



# REVOLUÇÃO MFA

## *A REVOLUÇÃO EM MARCHA*

DINAMIZAÇÃO CULTURAL • ACÇÃO CÍVICA